

# OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO,  
JUSTIÇA, MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

*Carlos Sangreman*



OBSERVATÓRIO  
DOS DIREITOS





# OBSERVANDO DIREITOS NA GUINÉ-BISSAU

EDUCAÇÃO, SAÚDE, HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA, SANEAMENTO,  
JUSTIÇA, MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

*Carlos Sangreman*

FINANCIADORES



**C** CAMÕES  
INSTITUTO  
DA COOPERAÇÃO  
E DA LÍNGUA  
PORTUGAL  
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS E FINANÇAS

PARCERIA



acep



TÍTULO

Observando Direitos na Guiné-Bissau 2016  
Educação, Saúde, Habitação, Água, Energia,  
Saneamento, Justiça, Meios de Subsistência

AUTOR

Carlos Sangreman, UA/CEsA/CSG/ULisboa

EDIÇÃO

ACEP, com LGDH e CEsA

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

PAGINAÇÃO

António Filipe Júnior

IMPRESSÃO

GUIDE Artes Gráficas

DATA

Fevereiro de 2017

ISBN

978-989-8625-16-8

DEPÓSITO LEGAL

390684/15

*Esta publicação foi elaborada com o apoio da União Europeia e do Camões, I. P.. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva do autor e das organizações parceiras, e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.*

*O autor adoptou o Novo Acordo Ortográfico.*

# ÍNDICE

|         |   |         |   |
|---------|---|---------|---|
| 7 /     | AGRADECIMENTOS  | PARTE 3 |   |
| 8 /     | NOTAS PRÉVIAS   | 59 /    | <b>ANÁLISE GLOBAL POR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS</b>  |
| 10 /    | SIGLAS E ABREVIATURAS   | 61 /    | DIREITO À EDUCAÇÃO  |
| 11 /    | RESUMO EXECUTIVO  | 69 /    | DIREITO À SAÚDE   |
| 23 /    | INTRODUÇÃO  | 81 /    | DIREITO À HABITAÇÃO, ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO   |
|         |   | 91 /    | DIREITO À JUSTIÇA   |
| PARTE 1 |   | 102 /   | DIREITO A MEIOS DE SUBSISTÊNCIA   |
| 29 /    | <b>A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UM SUBSISTEMA ESTATÍSTICO</b> |         |   |
| 31 /    | METODOLOGIA – EQUIPA E ESCOLHA DE INDICADORES                   | PARTE 4 |   |
| 41 /    | AMOSTRAGEM  | 111 /   | <b>CONCLUSÕES</b>   |
|         |   | 117 /   | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  |
| PARTE 2 |   | 119 /   | ANEXOS  |
| 47 /    | <b>CONTEXTO GERAL</b>   | 121 /   | ANEXO I – RECOLHA EM 2015 E EM 2016 POR INDICADOR   |
| 49 /    | O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS                                  | 123 /   | ANEXO II – LOCALIDADES INQUIRIDAS (5% DAS LOCALIDADES DE CADA SETOR)                                  |
| 53 /    | O QUADRO LEGAL DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU             | 124 /   | ANEXO III – OS QUADROS DE INDICADORES POR REGIÃO E SAB  |
| 55 /    | A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS                 | 172 /   | ANEXO IV – METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE SÍNTESE DE ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS DA GUINÉ BISSAU |

## ÍNDICE DE TABELAS

|      |  |      |   |
|------|--|------|---|
| 13 / | TABELA 1 – INDICADORES DE ACESSO A EDUCAÇÃO BÁSICA, 1ª–6ª CLASSE, 2016 POR REGIÃO                              | 66 / | TABELA 2.2 – VALOR MÁXIMO, MÉDIO E MÍNIMO DE ALUNOS POR PROFESSOR NO INÍCIO DO ANO NAS ESCOLAS (1ª–6ª CLASSE) |
| 15 / | TABELA 2 – INDICADORES DE ACESSO A EDUCAÇÃO BÁSICA, 7ª–9ª CLASSE, 2016 POR REGIÃO                              | 67 / | TABELA 3.1 – DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA DE ENSINO BÁSICO  |
| 16 / | TABELA 3 – INDICADORES DE ACESSO A SAÚDE, 2015 E 2016 POR REGIÃO   | 69 / | TABELA 4.1 – DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM LOCAL ONDE EXISTA CONSULTA PRÉ-NATAL                              |
| 17 / | TABELA 4 – INDICADORES DE ACESSO A SAÚDE, PESSOAL DE SAÚDE, 2015 E 2016 POR REGIÃO                             | 70 / | TABELA 5.1 – CUSTO TOTAL MÉDIO DE CONSULTA PRÉ-NATAL  |
| 18 / | TABELA 5 – INDICADORES DE ACESSO A JUSTIÇA, DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA (KM) | 71 / | TABELA 5.2 – CUSTO MÉDIO DE CARTÃO, CONSULTAS E ANÁLISE DE CONSULTA PRÉ-NATAL                                 |
| 18 / | TABELA 6 – INDICADORES DE ACESSO A JUSTIÇA, CENTROS DE DETENÇÃO POR CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO            | 72 / | TABELA 5.3 – DIAS DE CONSUMO DE ARROZ EXPRESSOS EM CUSTOS DE CONSULTA PRÉ NATAI                               |
| 18 / | TABELA 7 – INDICADORES DE ACESSO A JUSTIÇA, CENTROS DE DETENÇÃO POR ACESSO A ÁGUA E ALIMENTAÇÃO                | 74 / | TABELA 6.1 – DIAS DE CONSUMO DE ARROZ EXPRESSOS EM CUSTOS DE MEDICAMENTOS                                     |
| 19 / | TABELA 8 – INDICADORES DE HABITAÇÃO, ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO  | 74 / | TABELA 6.2 – CUSTO DE PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA E HIDRATAÇÃO INFANTIL  |
| 21 / | TABELA 9 – FAMÍLIAS POR NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE TEM POR DIA POR SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA                       | 76 / | TABELA 7.1 – DIAS DE CONSUMO DE ARROZ EXPRESSO EM CUSTOS DE TRATAMENTO  |
| 21 / | TABELA 10 – ORDENAÇÃO DAS REGIÕES DE ACORDO COM OS INDICADORES RECOLHIDOS                                      | 78 / | TABELA 8.1 – NÚMERO DE HABITANTES POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE  |
| 43 / | TABELA 11 – LOCALIDADES INQUIRIDAS EM 2016   | 79 / | TABELA 8.2 – NÚMERO DE HABITANTES POR AGENTES DE SAÚDE  |
| 44 / | TABELA 12 – AMOSTRAGEM   | 80 / | TABELA 8.3 – MÉDICOS POR MIL HABITANTES   |
| 46 / | TABELA 13 – AGREGADOS FAMILIARES A INQUIRIR PARA “MEIOS DE SUBSISTÊNCIA” E “SANEAMENTO”                        | 81 / | TABELA 9.1 – NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO   |
| 62 / | TABELA 1.1 – ABANDONO E RELAÇÃO DE GÊNERO NO ENSINO BÁSICO 1ª–6ª CLASSE  | 84 / | TABELA 10.1 – CASAS MELHORADAS EM % DAS OBSERVADAS  |
| 63 / | TABELA 1.2 – ABANDONO POR GÊNERO E ALUNOS POR PROFESSOR (7ª–9ª CLASSES)  | 85 / | TABELA 10.2 – CASAS COM ÁGUA CANALIZADA EM % DAS OBSERVADAS   |
| 66 / | TABELA 2.1 – ALUNOS POR PROFESSOR NO INÍCIO E FINAL DO ANO LETIVO, NAS 1ª–6ª CLASSE                            | 87 / | TABELA 11.1 – POÇOS DE ÁGUA POR TIPOS DE CONSTRUÇÃO EM % DO TOTAL EXISTENTE                                   |
|      |  | 89 / | TABELA 12.1 – CASAS ILUMINADAS COM LUZ ELÉTRICA EM % DAS OBSERVADAS   |

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

|       |   |       |   |
|-------|---|-------|---|
| 90 /  | TABELA 13.1 - DESTINO DO LIXO DOS AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE DESTINO                                | 33 /  | FOTOGRAFIA 1 - EQUIPA DE RECOLHA E ACOMPANHAMENTO DE DADOS EM 2015 E 2016 |
| 92 /  | TABELA 14.1 - DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA (KM)                          | 35 /  | FOTOGRAFIA 2 - ENTREGA DE LIVRO DE RESULTADOS EM CACHEU                   |
| 93 /  | TABELA 15.1 - ÁREA EM M2 DE CELA NOS CENTROS DE DETENÇÃO POR GÉNERO DO DETIDO                             | 64 /  | FOTOGRAFIA 3 - ESCOLA GABU, 7ª-9ª CLASSE                                  |
| 95 /  | TABELA 16.1 - ÁREA EM M2 DE CELA NAS PRISÕES DE MANSOA E DE BAFATÁ POR GÉNERO DETIDO                      | 65 /  | FOTOGRAFIAS 4 E 5 - ESCOLAS EM GABU E QUINARA                             |
| 97 /  | TABELA 17.1 - CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO                                     | 68 /  | FOTOGRAFIA 6 - MANIFESTAÇÃO DE ALUNOS PELO COMEÇO DAS AULAS EM CACHEU     |
| 97 /  | TABELA 17.2 - CONDIÇÕES DAS PRISÕES DE BAFATÁ E MANSOA  | 72 /  | FOTOGRAFIA 7 - CONSULTA BIOMBO  |
| 98 /  | TABELA 17.3 - CONDIÇÕES DE VENTILAÇÃO E ACESSO A ÁGUA NOS CENTROS DE DETENÇÃO                             | 77 /  | FOTOGRAFIA 8 - MULHER SAINDO DE CONSULTA                                  |
| 99 /  | TABELA 17.4 - CONDIÇÕES DE COBERTURA E ACESSO A ALIMENTAÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO                       | 82 /  | FOTOGRAFIA 9 - CASA COM TECTO EM COLMO EM GABU                            |
| 99 /  | TABELA 17.5 - CONDIÇÕES DE DORMITÓRIO NOS CENTROS DE DETENÇÃO   | 83 /  | FOTOGRAFIA 10 - CASA COM PAINÉIS SOLARES EM CACHEU                        |
| 102 / | TABELA 18.1 - AUTORIDADE A QUE SE QUEIXA NO CASO DE ROUBO DE GADO E NÚMERO DE QUEIXAS                     | 86 /  | FOTOGRAFIA 11 - FONTANÁRIO PÚBLICO EM TOMBALI                             |
| 103 / | TABELA 19.1 - CARACTERÍSTICAS DOS AGREGADOS FAMILIARES INQUIRIDOS   | 88 /  | FOTOGRAFIA 12 - RUA ILUMINADA NO BIOMBO                                   |
| 105 / | TABELA 19.2 FAMÍLIAS POR NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS TOMADAS NA CASA, EM VALOR E EM %                     | 91 /  | FOTOGRAFIA 13 - RETIRADA DE LIXO EM CACHEU                                |
| 106 / | TABELA 19.3 - FAMÍLIAS POR NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE TEM POR DIA POR SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA               | 96 /  | FOTOGRAFIA 14 - CELA DE CENTRO DE DETENÇÃO NO BIOMBO                      |
| 106 / | TABELA 19.4 - FAMÍLIAS COM CRIANÇAS, POR ACESSO A ESCOLA E NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS                    | 98 /  | FOTOGRAFIA 15 - INTERIOR DO CENTRO DE DETENÇÃO DA PJ BISSAU               |
| 107 / | TABELA 19.5 - FAMÍLIAS POR SECTOR DE ACTIVIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA E NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE TEM POR DIA | 101 / | FOTOGRAFIA 16 - ABRIGO DE GADO NO GABU                                    |
| 109 / | TABELA 20.1 - ORDENAÇÃO DAS REGIÕES DE ACORDO COM OS INDICADORES RECOLHIDOS                               | 103 / | FOTOGRAFIA 17 - ACTIVIDADE ECONÓMICA DE TECELAGEM NO SAB                  |
|       |   | 108 / | FOTOGRAFIA 18 - MULHERES A VENDER ALIMENTAÇÃO NO CACHEU                   |

*“Uma certeza que sempre tive é que a verdade não pertence em exclusivo a ninguém e não há nada que substitua a tolerância”*

*(Mário Soares, 1986)*



# AGRADECIMENTOS

*Carlos Sangreman*

O autor quer agradecer antes de mais a todos os inquiridores, aos técnicos e ao presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) o empenho demonstrado em obter os dados que permitiram elaborar este relatório de estudo. Um agradecimento é devido também às organizações que são parceiras no Projecto da Casa dos Direitos, a ACEP e a própria LGDH em geral, que criaram as condições para tal execução bem como a União Europeia e a Cooperação Portuguesa que financiaram. Queria ainda referir as autoridades guineenses a vários níveis de hierarquia que colaboraram na recolha de dados com uma atitude muito positiva independentemente das variações no clima de esperança que encontrámos no país durante estes três anos de contactos.

# NOTAS PRÉVIAS

## NOTAS PRÉVIAS

(1) Este Relatório é sobre os Direitos Humanos Económicos e Sociais que se podem analisar a partir dos indicadores e das informações recolhidas e tratadas sobre alguns aspetos da educação, saúde, habitação, água, energia, saneamento, justiça e meios de subsistência (alimentação). Não se podem tirar destes indicadores análises sobre aspetos que não estão incluídos no seu cálculo. Por exemplo as taxas de abandono no ensino nas classes 1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> básico podem não ter nada a ver com as mesmas taxas nas classes 7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup>. Mas os indicadores destas últimas só foram recolhidos em 2016 e com uma metodologia sem significado estatístico. Logo nada se sabe em 2014 e 2015 sobre essas classes. Outro exemplo são os dados sobre género que não existem neste estudo. O que foi recolhido são informações sobre homens e mulheres em áreas como a justiça e a educação mas não há indicadores sobre violência doméstica, casamento forçado, tráfico humano, práticas danosas, presença de mulheres na direção de empresas, nos órgãos de decisão política e social, etc.. Nestes três anos o que se recolheu é o que se encontra nas páginas seguintes e ninguém pode querer saber aquilo que não inquiriu.

(2) As Partes I e II partem do texto do relatório do primeiro ano de recolhas de dados (editado em Sangreman, 2015), atualizam, quando necessário, e introduzem a evolução verificada neste segundo ano de recolhas, seja em termos de conceção de um subsistema estatístico, seja de indicadores de novas áreas dos Direitos Humanos. Apesar de serem, em boa parte, uma repetição desse primeiro relatório, optou-se por editar todo o texto de modo a facilitar a leitura de quem não dispõe do texto ante-

rior. Procurou-se também incluir quadros com dados de 2014, 2015 e 2016 ao nível das regiões de forma a facilitar uma análise dinâmica, conjunta dos anos recolhidos. Variou a dimensão da amostra, tornando-se estatisticamente significativa em 2015 e 2016, mas, apesar dos anos mais fiáveis para comparações serem estes dois últimos, a metodologia foi sempre pensada para não introduzir quebras de série, prejudiciais á compreensão dos fenómenos registados.

# SIGLAS E ABREVIATURAS

**ACEP** Associação para a Cooperação entre Povos

**AMIC** Associação dos amigos da criança

**CESA** Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

**DENARP** Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza

**DH** Direitos Humanos

**DR** Distritos de Recenseamento

**DUDH** Declaração Universal dos Direitos Humanos

**INE** Instituto Nacional de Estatística

**LGDH** Liga Guineense dos Direitos Humanos

**MICS** Multiple Indicator Cluster Surveys

**OHCHR** Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

**OIT** Organização Internacional do Trabalho

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PNUD** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**SAB** Setor Autónomo de Bissau

**UE** União Europeia

**UNFPA** Fundo das Nações Unidas para a População

**UNICEF** Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças

**UNIOGBIS** United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau

**UNWOMEN** Nações Unidas Mulheres

# RESUMO EXECUTIVO

1. O objetivo principal do terceiro e último ano do projeto Observatório dos Direitos foi recolher dados em 2016 comparáveis com os de 2015 e tanto quanto possível com os de 2014. Assim manteve-se a equipa de recolha e controle estatístico em Bissau e nas regiões (com exceção de Bolama/Bijagós), a forma de continuar a recolha de dados aproveitando a formação entretanto adquirida, consolidou-se a recolha de meios de subsistência (alimentação) e saneamento, recolheram-se dados numa amostra de escolas com a 7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup> classes, manteve-se a amostra de localidades significativa e aperfeiçoou-se o tratamento estatístico.

2. A amostra em 2016 é de 5 % das localidades de todas as regiões do país definidas a partir das existentes no recenseamento de 2009 nos setores, exceto Bolama Bijagós (que não foi incluída no projeto inicial). No setor autónomo de Bissau, inquiriram-se tal como em 2015, dezasseis dos quarenta e cinco bairros de Bissau (que representam 70,8% da população da cidade segundo os recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram 741 famílias nas regiões e no SAB (veja-se o ponto de metodologia para detalhes).

3. Há 38 setores administrativos na Guiné-Bissau e 34 nas regiões inquiridas pelo projeto. Nas regiões escolhidas não se conseguiu inquirir este ano um setor na região de Cacheu (Bigene) e outro só parcialmente (São Domingos) na capital e na povoação mais importante e outros dois na região de Quinara (Fulacunda e Empada) também parcialmente; o primeiro devido a divergências com as autoridades locais sobre o acesso a instituições que se arrastaram todo o ano de 2016, o segundo por avaria no meio de transporte do inquiridor que também não foi resolvida atempadamente permitindo recolher apenas parte dos dados. Mesmo assim o número de famílias inquiridas subiu de 751 para 755 porque o inquiridor de Cacheu procurou compensar aumentando as localidades e as famílias inquiridas noutros setores.

4. A equipa de inquiridores manteve-se em 2016 com pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais guineenses) e têm o reconhecimento das pessoas das regiões onde habitam. Não são portanto simples inquiridores mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. As formações ministradas deram a estas pessoas uma cultura de recolha de dados estatísticos que nenhuma possuía. E são hoje a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós) pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um responsável fixo por região mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para as operações que executa.

5. **Os indicadores de educação** tinham-se revelado muito sensíveis à retoma do pagamento regular dos salários dos professores, permitindo um funcionamento normal das escolas a partir das condições existentes e também se ressentiram da volta das greves dos professores, tendo-se assistido em 2016 a manifestações de alunos a reivindicarem aulas. Os indicadores de abandono escolar no básico entre o início e no final do ano letivo voltaram a deteriorar-se, com a exceção de Tombali e com os valores máximos em Quínara. Ou seja, confirma-se que o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a greves de professores nas escolas. As condições de funcionamento das escolas são muito diferentes e procurou-se exprimir essa diferença com a apresentação da amplitude do intervalo de número de alunos por professor em cada região, como se exemplifica no gráfico abaixo para a região de Bafatá. Temos também a percepção que a instabilidade política existente ao longo de 2016 não permite que o Ministério da Educação exerça a sua função de coordenação/direção do setor, e origina um nível de desorganização que se deve refletir nas escolas, sobretudo se as direções respetivas não têm capacidades de liderança.

## INDICADORES PARA A EDUCAÇÃO:

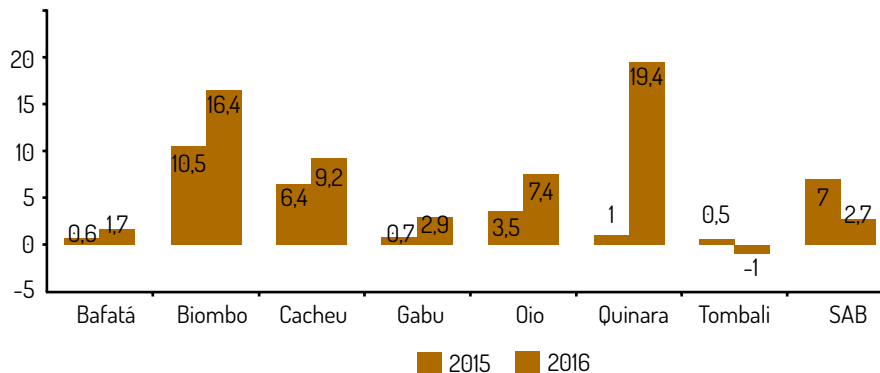
1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano letivo
2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo
3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico.

Tabela 1 – Indicadores de acesso a educação básica, 1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe, 2016 por região

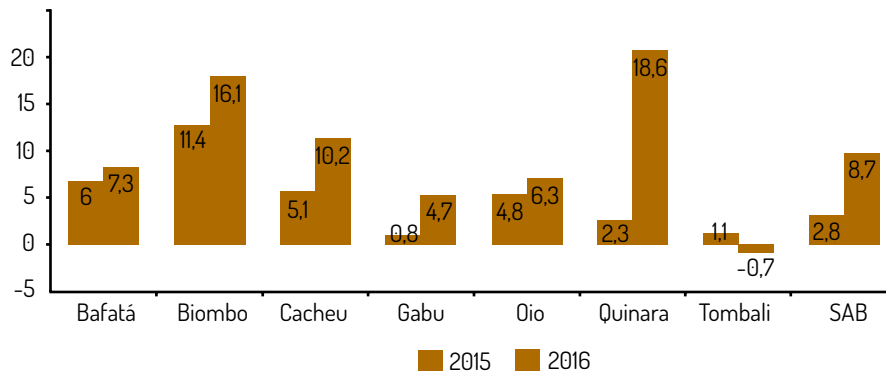
| Região<br>/Anos | Alunos do ensino básico 1 <sup>a</sup> - 6 <sup>a</sup> classe |      |                       |      |  |      | Distância habitação escola básico (km) |      |      |
|-----------------|--|------|-----------------------|------|--|------|--|------|------|
|                 | Abandono masculino (%)   |      | Abandono feminino (%) |      | Alunos por professor (n <sup>o</sup> ) |      | Relação m/f                            | 2015 | 2016 |
|                 | 2015   | 2016 | 2015                  | 2016 | 2015                                   | 2016 |  |      |      |
| Bafatá          | 0.6  | 1,6  | 6.0                   | 6,6  | 61                                     | 66   | 1,1                                    | 6.0  | 8.0  |
| Biombo          | 10.5   | 16,4 | 11.4                  | 16,1 | 30                                     | 28   | 1,1                                    | 3.0  | 4.0  |
| Cacheu          | 6.4  | 9,2  | 5.1                   | 10,2 | 36                                     | 33   | 1,1                                    | 2.0  | 3.0  |
| Gabu            | 0.7  | 2,9  | 0.8                   | 4,7  | 71                                     | 67   | 1,1                                    | 0.70 | 0.3  |
| Oio             | 3.5  | 7,4  | 4.8                   | 6,3  | 51                                     | 45   | 1,5                                    | 2.0  | 2.0  |
| Quinara         | 1.0  | 13,7 | 2.3                   | 15,1 | 49                                     | 43   | 1,3                                    | 0,78 | 0,7  |
| Tombali         | 0.5  | -1,0 | 1.1                   | -0,7 | 56                                     | 43   | 1,2                                    | 2.0  | 2.5  |
| SAB             | 7.0  | 7.2  | 2.8                   | 8,7  | 34                                     | 32   | 1,0                                    | 1.0  | 0,95 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Abandono Masculino nas 1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classes, 2014/15 e 2015/16



Abandono Feminino nas 1ª-6ª classes, 2014/15 e 2015/16



Os dados recolhidos em 22 escolas de 3 regiões com 7ª-9ª classe, não permitem conclusões muito claras quando comparadas com as escolas que tem 1ª-6ª classe. O número de alunos por professor é mais baixo em Biombo e Cacheu mas similar no SAB. É preocupante que as taxas de abandono sejam mais altas na 7ª-9ª classe que nas anteriores, com exceção dos alunos masculinos no Biombo. Verifica-se portanto que a tese que o número de alunos por professor mais baixo tem como consequência uma maior qualidade no ensino e menor abandono neste ano de 2016 não se confirmou nesta pequena amostra. Deve haver um efeito de procura destas classes por parte das famílias de todas as regiões considerando que na capital os professores são melhores, o que sobe o número de alunos por professor no SAB.



Tabela 2 – Indicadores de acesso a educação básica, 7ª-9ª classe, 2016 por região

| Região  | Alunos do ensino 7ª - 9ª classe |                   |                                |                               |
|---------|---------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|
|         | Abandono masculino              | Abandono feminino | Alunos por professor no início | Alunos por professor no final |
| Bafatá  | n.i.                            | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Biombo  | 12,2                            | 16,8              | 14                             | 12                            |
| Cacheu  | 16,2                            | 12,2              | 7                              | 6                             |
| Gabu    | n.i.                            | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Oio     | n.i.                            | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Quinara | 0,97                            | 2,33              | 52                             | 51                            |
| Tombali | n.i.                            | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| SAB     | 10,4                            | 15,2              | 38                             | 28                            |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

**6. Nos indicadores sobre a saúde** Este ano confirmou a explicação da variação dos dados recolhidos nas regiões onde a acessibilidade a cuidados de saúde depende de projetos com distribuição de medicamentos, consultas e tratamentos gratuitos, com doações internacionais de equipamento e consumíveis a hospitais e centros de saúde. Quando os projetos não existem ou acabam, o custo da saúde sobe para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso e excluindo quem não tem dinheiro para pagar esses mesmos custos. Tal situação faz depender o setor da saúde da cooperação internacional e torna o exercício do direito à saúde muito aleatório variando de um ano para o outro.

Mesmo os números de agentes auxiliares e de agentes comunitários dependem da existência de projetos internacionais e a sua recolha necessita de afinação pois as diferenças encontradas em 2016 em relação a 2015 são demasiado grandes para terem veracidade.

## INDICADORES PARA A SAÚDE:

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal
5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta
6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)
7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzeiros
8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

Tabela 3 - Indicadores de acesso a saúde, 2015 e 2016 por região

| Região  | Distância entre a habitação e um local onde exista consulta pré-natal (km) |      | Custo de consulta pré-natal (consulta, cartão e análise) |      | Dias de consumo de arroz equivalentes ao custo de consulta pré-natal |      | Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil |       | Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzeiros |       |
|---------|--|------|--|------|--|------|---|-------|---|-------|
|         | 2015   | 2016 | 2015   | 2016 | 2015   | 2016 | 2015  | 2016  | 2015  | 2016  |
| Bafatá  | 7  | 7    | 2391   | 1914 | 4,5  | 3,3  | 3692  | 9262  | 4895  | 5961  |
| Biombo  | 7,4  | 5    | 3825   | 500  | 6,6  | 0,9  | 3268  | 1596  | 6169  | 4319  |
| Cacheu  | 8  | 7    | 2700   | 2762 | 4,8  | 4,9  | 1230  | 825   | 1277  | 2275  |
| Gabu    | 5,2  | 6    | 3195   | 3779 | 5,8  | 7,0  | 3079  | 2931  | 17427   | 12941 |
| Oio     | 10   | 11   | 1482   | n.i. | 2,6  | n.i. | 5038  | 10988 | 7269  | 8869  |
| Quinara | 10,8   | 12   | 1800   | 1388 | 3,1  | 2,4  | 3361  | 3105  | 15615   | 23930 |
| Tombali | 8  | 7    | 4250   | 3300 | 8,5  | 5,7  | 681   | 559   | 7120  | 3322  |
| SAB     | 2,1  | 1,7  | 10054  | 7321 | 17,2   | 13,3 | 5298  | 5522  | 19252   | 26235 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Tabela 4 - Indicadores de acesso a saúde, pessoal de saúde, 2015 e 2016 por região

| Região  | Habitantes por Médico |       | Habitantes por Enfermeiros |      | Mulheres por parteira |       | Agentes auxiliares de saúde |       | Agentes de saúde comunitários |      |
|---------|-----------------------|-------|----------------------------|------|-----------------------|-------|-----------------------------|-------|-------------------------------|------|
|         | 2015                  | 2016  | 2015                       | 2016 | 2015                  | 2016  | 2015                        | 2016  | 2015                          | 2016 |
| Bafatá  | 3684                  | 2308  | 3231                       | 2121 | 9423                  | 9262  | 19092                       | 7778  | 244                           | 195  |
| Biombo  | 24280                 | 24280 | 3133                       | 2023 | 9858                  | 4929  | n.i.                        | n.i.  | 537                           | 478  |
| Cacheu  | 8750                  | 8750  | 2831                       | 2790 | 8811                  | 8077  | n.i.                        | 24064 | 535                           | 553  |
| Gabu    | 30790                 | 30790 | 3781                       | 3716 | 26504                 | 21203 | n.i.                        | 71843 | 576                           | 560  |
| Oio     | 16046                 | 37441 | 4405                       | 9767 | 8005                  | 16009 | 8640                        | 44929 | 808                           | 2080 |
| Quinara | 12722                 | 21203 | 1078                       | 1928 | 5891                  | 6185  | n.i.                        | n.i.  | 167                           | 1010 |
| Tombali | 15823                 | 13563 | 1899                       | 1862 | 23495                 | 15663 | n.i.                        | 23735 | n.i.                          | n.i. |
| SAB     | 4459                  | 5968  | 1029                       | 1830 | 1977                  | 2485  | 14920                       | 64652 | 4910                          | n.i. |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

7. No que respeita aos indicadores de justiça as condições de prisão e de detenção (ventilação, cobertura, dormitório, acesso a água e alimentação, área de cela por preso/detido) continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país, com exceção da área por preso em Mansoa onde chega a valores que obrigam os detidos/presos a dormir por turnos, tal como nalguns centros de detenção noutras regiões e no SAB. A fraqueza do sistema judicial tem como consequência que a população continua a dirigir-se maioritariamente à polícia e às autoridades tradicionais para resolver queixas de roubo de gado considerando que os tribunais são uma instância de ultimo recurso, pela distância, pelo custo e pela morosidade.

#### INDICADORES PARA A JUSTIÇA:

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância
15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção
16. Número de detidos por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa
17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)
18. Entidade a quem se queixa quando há roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

Tabela 5 - Indicadores de acesso a justiça, distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

| Região | 2015 | 2016 | Região  | 2015 | 2016 |
|--------|------|------|---------|------|------|
| Bafatá | 16   | 17   | Oio     | 17   | 18   |
| Biombo | 15   | 20   | Quinara | 50   | 52   |
| Cacheu | 15   | 14   | Tombali | 33   | 33   |
| Gabu   | 29   | 39   | SAB     | 2    | 2,5  |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Tabela 6 - Indicadores de acesso a justiça, centros de Detenção por condições das zonas de detenção

| Tipos de condição | Classificação da Condição |      |          |      |         |      |      |      |         |      | Total |      |
|-------------------|---------------------------|------|----------|------|---------|------|------|------|---------|------|-------|------|
|                   | Boa                       |      | Razoável |      | Regular |      | Má   |      | Péssima |      |       |      |
|                   | 2015                      | 2016 | 2015     | 2016 | 2015    | 2016 | 2015 | 2016 | 2015    | 2016 | 2015  | 2016 |
| Ventilação        | 5                         | 7    | 5        | 0    | 12      | 13   | 17   | 18   | 0       | 0    | 39    | 38   |
| Cobertura         | 24                        | 15   | 7        | 9    | 0       | 0    | 8    | 14   | 0       | 0    | 39    | 38   |
| Dormitório        | 0                         | 0    | 0        | 0    | 1       | 0    | 22   | 24   | 16      | 14   | 39    | 38   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Tabela 7- Indicadores de acesso a justiça, centros de detenção por acesso a água e alimentação

| Rubrica             | 2015    |     | 2016    |     |
|---------------------|---------|-----|---------|-----|
|                     | Não tem | Tem | Não tem | Tem |
| Acesso livre a água | 39      | 0   | 37      | 1   |
| Alimentação         | 39      | 0   | 38      | 0   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015, 2016

Nota: Considera - se acesso livre a água quando os detidos podem beber sem depender dos guardas. Considera-se acesso a alimentação quando os detidos podem cozinhar/aquecer comida vinda de fora do centro de detenção. Nenhum centro de detenção fornece alimentação.

**8. Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento neste ano o padrão tornou-se mais indefinido pois tanto para casas iluminadas como para casas melhoradas houve regiões onde o número cresceu e outras onde diminuiu. As fotografias como fonte de informação mostram uma subida na utilização de painéis solares mesmo em casas com cobertura e paredes mais modestas. O acesso a água contínua dependente dos poços com tratamento em geral inexistente. E embora em duas regiões haja fotografias de fontanários com maior possibilidade de tratar a água, estes ainda são uma raridade. O saneamento mostra a mesma realidade do ano de 2015, de predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias.**

#### INDICADORES PARA A HABITAÇÃO, ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO:

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade.

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em percentagem

13. Destino do lixo do agregado familiar

Tabela 8 – Indicadores de habitação, água, energia e saneamento

| Região | Casas melhoradas em % das observadas |      | Poços com bomba a funcionar (em % do total da região) |      | Poços tradicionais (em % do total da região) |      | Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas |                       | Maior % de destino de lixo |      |
|--------|--------------------------------------|------|---|------|--|------|---|-----------------------|----------------------------|------|
|        | 2015                                 | 2016 | 2015  | 2016 | 2015   | 2016 | 2015  | 2016                  | 2015                       | 2016 |
| Bafatá | 41.6                                 | 24   | 15  | 15   | 15.0   | 22   | Incineração<br>(43,4)                                 | Incineração<br>(35,6) | 244                        | 195  |
| Biombo | 19.9                                 | 21   | 29  | 29   | 8.2  | 15   | Incineração<br>(48,0)                                 | Incineração<br>(58,0) | 537                        | 478  |

|         |      |      |      |      |      |      |                          |                          |      |      |
|---------|------|------|------|------|------|------|--------------------------|--------------------------|------|------|
| Cacheu  | 39.1 | 33   | 7    | 7    | 7.1  | 11   | Esgotos selvagens (71,1) | Esgotos selvagens (91,6) | 535  | 553  |
| Gabu    | 21.8 | 14   | 21   | 21   | 18.8 | 15   | Incineração (53,9)       | Incineração (91,6)       | 576  | 560  |
| Oio     | 12.9 | 16   | 23   | 23   | 11.3 | 23   | Incineração (66,0)       | Incineração (54,9)       | 808  | 2080 |
| Quinara | 22.7 | 34   | 16   | 27   | 16.7 | 28   | Esgotos selvagens (63,3) | Esgotos selvagens (71,4) | 167  | 1010 |
| Tombali | 50.8 | 44   | 7,8  | 7,8  | 21.7 | 21   | Incineração (43,1)       | Esgotos selvagens (57,1) | n.i. | n.i. |
| SAB     | 54.3 | 64,5 | 27,3 | 27,3 | 66.7 | 67,2 | Retirada (43,7)          | Incineração (48,0)       | 4910 | n.i. |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2014, 2015

**9. Nos indicadores de meios de subsistência** o número de refeições diárias tomadas pela família na casa diz-nos que se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara. No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a uma refeição por dia.

No total das famílias a evolução de 2015 para 2016 exprime-se pela subida das percentagens de 3 e 4 refeições baixando as de 1 e 2. Em geral o que este indicador permite afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

Indicador para meios de subsistência (alimentação):

### 19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Tabela 9 - Famílias por número de refeições que tem por dia por sexo do chefe de família

| Sexo do chefe de família | NÚMERO DE REFEIÇÕES |      |      |     | Ano  |
|--------------------------|---------------------|------|------|-----|------|
|                          | 1                   | 2    | 3    | 4   |      |
| Masculino                | 14,5                | 42   | 43,2 | 0,3 | 2015 |
| %                        | 13,9                | 38,1 | 46,7 | 1,3 | 2016 |
| Feminino                 | 22,5                | 45,8 | 31,7 | 0   | 2015 |
| %                        | 20,4                | 46,1 | 33,1 | 0,4 | 2016 |
| Total                    | 16                  | 42,6 | 41,3 | 0,1 | 2015 |
| %                        | 15,2                | 39,6 | 43,6 | 1,6 | 2016 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

10. Se construirmos um índice geral com estes indicadores de acordo com a metodologia explicada no Anexo IV com estes indicadores e não esquecendo que apenas os dois últimos anos são comparáveis entre si, teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau.

Tabela 10 - Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

| Regiões | 2014 | 2015 | 2016 | Regiões | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------|------|------|------|---------|------|------|------|
| Oio     | 1º   | 1º   | 4º   | Cacheu  | 3º   | 5º   | 2º   |
| SAB     | 6º   | 2º   | 5º   | Gabu    | 2º   | 5º   | 7º   |
| Biombo  | 5º   | 3º   | 3º   | Bafatá  | 7º   | 6º   | 6º   |
| Tombali | 5º   | 4º   | 1º   | Quinara | 4º   | 7º   | 8º   |

Fonte: Observatório dos Direitos, 2014, 2015 e 2016

O que surpreende neste índice de síntese é a evolução da capital – o SAB – que piora de 2015 para 2016 e de Tombali que melhora vários lugares. O Biombo, Gabu, Bafatá e Quinara mantêm-se coerentes. A explicação de síntese tem a ver com indicadores de

saúde (piores no SAB e melhores em Tombali) e com a sensibilidade do SAB às greves da educação maior que nas restantes regiões. Pelos indicadores também julgamos haver uma maior igualdade de existência de eletricidade que altera as posições relativas das regiões.

11. A situação de 2016 de instabilidade de governos em exercício de nomeação presidencial, de paralisação da Assembleia Nacional Popular e de conflito entre partidos e presidência da República, não é favorável a que as políticas económicas e sociais constantes no programa apresentado aos parceiros internacionais em Bruxelas em 2014 e amplamente apoiado, sejam implementadas, mesmo que os governos que se vão sucedendo mantenham esse texto como válido.

Essa instabilidade, que se traduz na falta de motivação e de financiamento, e consequente inércia de muitos ministérios, quando formam expectativas de curto prazo de exercício do cargo sem verbas suficientes para desenvolverem medidas concretas de política, tem consequência no bem-estar das famílias e portanto no seu acesso a Direitos Económicos e Sociais. Enquanto não existir um governo que a população acredite ser estável há muitos bens públicos (como as escolas, os hospitais a eletricidade) que, dependendo de decisões ministeriais, serão eles próprios instáveis não criando nas pessoas a confiança indispensável para tomarem decisões sobre a sua vida privada ou pública, económica ou social, de acordo com a existência permanente desses bens.



# INTRODUÇÃO

Estes três anos do projeto Observatório dos Direitos deixam um conjunto de dados sobre o acesso a Direitos Humanos Económicos e Sociais, publicados em livros, como não conheço em nenhum outro país. Tais resultados foram divulgados em todas as regiões abrangidas por meio dos livros e de exposições anuais itinerantes em cada ano.

Deixam também uma equipa de inquiridores com conhecimentos e prática de recolha estatística e controle de dados a nível nacional (com exceção de Bolama /Bijagós) que fica como a única rede nacional capaz de fazer inquéritos a qualquer altura e em qualquer área fora dos dados obtidos por via administrativa (educação, saúde, justiça e finanças). Essas pessoas constituíram durante estes três anos a única rede de inquirição estatística presente em todo o país (exceto Bolama/Bijagós) pois mesmo o INE só em 2014/2015 passou a ter um responsável fixo por região mas continua a ter de contratar inquiridores ou a enviar pessoas de Bissau para cada operação que executa.

A Guiné – Bissau fica em muito boas condições de conseguir avaliar o acesso a Direitos Humanos deste tipo, nas áreas abrangidas. Ficaria melhor se o projeto continuasse por mais alguns anos estendendo-se a outras áreas e aprofundando as atuais. Realce-se que o financiamento de um projeto deste tipo se for feito pelo Governo, seja de que partido ou coligação for, dificilmente resistirá às pressões que inevitavelmente o poder fará para condicionar sobretudo a divulgação dos dados recolhidos.

Tal como se escreveu em livros anteriores estes indicadores são uma fotografia dinâmica (três anos) de acesso a Direitos Humanos Económicos, Sociais na Guiné-Bissau vistos através destes dados e destas áreas em concreto.

Os indicadores construídos com os números da população do país tem de se

socorrer do Recenseamento de 2009, já que as projeções existentes elaboradas pelo INE, não têm uma base consistente para a regionalização, por falta de outros elementos como as migrações por via terrestre ou marítima, a migração rural/urbana, os nascimentos e os falecimentos. Por exemplo o indicador sobre o número de médicos por pessoa está condicionado pelo uso do número de população em cada região ser mantido constante (de acordo com o Recenseamento de 2009).

É importante realçar que estes dados podem ser uma contribuição para estudos mais abrangentes, seja sobre os Direitos Humanos no seu todo, incluindo as liberdades civis e políticas (que os Relatórios da Liga Guineense dos Direitos Humanos ilustram) seja para estudos mais sectoriais como na Justiça, Educação, Saúde, etc.

Para esses estudos mais abrangentes ou para uma leitura aprofundada dos dados aqui apresentados, é importante ter em atenção que as informações do Observatório são obtidas por inquiridores independentes das instituições onde são recolhidos, e por observação direta. Esta é uma diferença importante relativamente à instituição central do sistema estatístico, o INE, que recolhe dados sobre educação, saúde e justiça (além doutras áreas consideradas menores, como por exemplo as migrações) através de solicitação às instituições públicas competentes. O Observatório tem os seus próprios inquiridores, que recolhem diretamente junto de escolas, centros de saúde, centros de detenção das polícia, etc., as informações para construir os indicadores de Direitos Humanos. O que se fez neste projeto foi capacitar estas pessoas dando lhes uma cultura de recolha de dados estatísticos que nenhum possuía.

## PARA QUE SERVE O OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS

Um responsável duma organização internacional perguntou-me “para que serve o Observatório?”. A minha resposta foi: “serve para mostrar a verdade aos decisores de todos os níveis sejam eles nacionais ou estrangeiros, privados ou públicos”. Também podia ter respondido que servia para combater a ignorância antiga (pela falta de informação) e moderna (pela superficialidade da mesma informação, que não é por circular à velocidade de um telemóvel ou da televisão que tem mais conteúdo). E “ser ignorante é não ter os instrumentos para se mover no mundo que nos rodeia, ser sujeito mais do que ser actor, não conseguir atingir o empowerment que é suposto se poder ter para actuar conforme as circunstancias, de modo a crescer, ser capaz, viver uma vida qualificada e tirar dela uma experiência enriquecedora, controlando-se a si próprio tanto quanto é possível, e não menosprezando as condições para se ser feliz” (José Pacheco Pereira, Público, 31 de Dezembro, 2016). Quanto mais ignorantes, menos donos de nós mesmos como pessoas e como povos. É para isso que serve o Observatório.

Este projeto preocupou-se expressamente com a metodologia a seguir. Quem tem prática de produção estatística sabe que a diferença de métodos leva necessariamente a dados diferentes sobre aquilo que é “grosso modo” a mesma realidade, sem que se possa considerar na esmagadora maioria dos casos que uns estão errados e outros certos. Também é importante tomar em conta que este relatório é um produto intermédio entre a produção estatística (tal como é feita pela instituição central do sistema, o INE) e um estudo analítico. Ou seja, são aqui construídos indicadores a partir de dados sobre oito áreas (educação de ensino básico, saúde, habitação, água, energia, saneamento, justiça e meios de subsistência) com uma amostra de 5 % das localidades de todo o país (excepto Bolama Bijagós) e de 16 dos 45 bairros de Bissau (70,8% da população da cidade segundo o recenseamento de 2009), sendo que para os meios de subsistência e saneamento se inquiriram em 2015 751 famílias e em 2016, 755 nas regiões e no SAB (ver ponto de Metodologia para perceber como se chegou a esses números). Mas não é feita uma análise tomando em consi-

deração dados de outras fontes, exceto as do Recenseamento de 2009.

Assim, não se elaborou uma análise tomando outra informação provinda de bases de dados internacionais como a do Banco Mundial, o DENARP, os MICS, promovidos pela UNICEF, estudos sobre a Justiça promovidos pelo PNUD ou relatórios de projectos como aquele sobre os presos e detidos (União Europeia e Manitese); também não se podem analisar em conjunto com dados de projetos que recolhem de forma não aleatória universos mais limitados (por exemplo as crianças nos centros de nutrição, ou as mulheres vendedeiras nos mercados) e que não se podem extrapolar para o total da população com recurso às metodologias que a produção estatística internacional segue.

Mas por outro lado a elaboração de indicadores compósitos implica a fusão de dados primários (aqueles que são recolhidos diretamente) em índices ou médias para conseguir obter indicadores (num exemplo simples, o número de alunos por professor nas escolas do ensino básico compõe-se dos dados dos alunos a frequentarem as escolas, do número de professores existentes nas mesmas e de uma divisão de um pelo outro), nuns casos de forma imediata, noutros de forma mais elaborada (como no anexo de 2014 sobre o índice geral de acesso a Direitos Humanos). Ora a função dos sistemas nacionais de estatística não é de construir indicadores mas tão só apresentar os dados primários, não existindo aliás no INE da Guiné Bissau um Gabinete de Estudos.

O Observatório parte dos dados primários recolhidos e procura apresentar indicadores e alguma interpretação da evolução verificada e sobretudo das diferenças entre regiões, produzindo relatórios que apelidamos de produtos mistos de estatística e de estudo analítico.

A equipa de inquiridores são pessoas das regiões, que já eram ativistas de Direitos Humanos antes do Observatório existir, com ligações à LGDH (e nalguns casos a outras organizações não governamentais) e têm o reconhecimento das pessoas das regiões onde habitam. Não são portanto simples inquiridores mas sim pessoas empenhadas na defesa e promoção dos Direitos Humanos no seu país, a partir da sua própria região. É por isso que, por exemplo, se conseguiram tirar fotografias e recolher informação dentro das celas dos centros policiais de detenção que até hoje nunca vimos em nenhum estudo fosse em que país fosse.

Os resultados de 2016 constam do texto do relatório e das suas conclusões. Podemos realçar desde já:

- a subida do abandono escolar básico, fruto da instabilidade do setor que levou a novas greves. O número de alunos por professor continua a ser um indicador da fraca qualidade do ensino.

- a desorganização do setor da saúde com a persistente dependência de projetos internacionais para o acesso a custos acessíveis da população a consultas, tratamentos e medicamentos.

- a indefinição na evolução do número de casas iluminadas por luz elétrica com melhorias numas regiões e no SAB e diminuição noutras.

- a estagnação das condições de detenção/prisão e a continuação do recurso a outras autoridades fora dos tribunais para resolver casos de roubos de gado

- a melhoria modesta no número de refeições tomadas pelas famílias em casa, menor nas famílias com chefes femininos do que naquelas com chefes masculinos.

Se construirmos um índice geral com estes indicadores segundo a metodologia explicada em Sangreman (2015) teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau com Oio mantendo um dos primeiros lugares e sobretudo uma grande subida do SAB de sexta posição em 2014 para a segunda em 2015.



*parte 1*

# A METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DE UM SUBSISTEMA ESTATÍSTICO





# METODOLOGIA

## *Equipa e escolha de indicadores*

Na organização de uma estrutura de recolha de dados tem de se ter presente que as pessoas em geral não têm grande cultura estatística. Ou seja não têm na sua vida de se preocupar com o rigor de recolha de informação sempre do mesmo modo e com as mesmas fontes.

A má qualidade desde há vários anos do ensino guineense em geral também não ajuda a lidar com números ou com as fórmulas mais simples de medição e implica partir sempre do princípio que a noção de produção estatística não existe nos inquiridores e que a sua formação em matemática básica é baixa.

Como já referimos, a equipa de recolha direta de dados do Observatório foi completada com dois técnicos: um com muitos anos de trabalho no Instituto Nacional de Estatística guineense com capacidade de colocar todas as dúvidas que as recolhas de dados suscitem em cada região e outro cujo trabalho permanente numa instituição pública implica uma cultura de lidar com números incluindo instrumentos como folhas de cálculo e expressão gráfica. Estes dois técnicos tiveram em todo o projeto a função de preparar os mapas de dados base organizados por indicadores que são enviados ao perito do CESA para análise.

A equipa de recolha de dados foi escolhida pela LGDH a partir das pessoas em diferentes regiões que tem alguma ligação à atividade de defesa dos Direitos Humanos diretamente com a LGDH ou com outras organizações parceiras.

No processo de recolha do primeiro ano foram avaliadas as primeiras recolhas, atribuídas classificações de base 0-20 valores aos inquiridores, e constatou-se que foi possível ter um processo de melhoria contínua daqueles que tinham mais dificuldades, através da iniciativa dos técnicos referidos e de debates mais espaçados com o perito do CESA, atingindo-se nas últimas recolhas desse primeiro ano um nível geral

muito bom que se manteve nos seguintes.

A maior dificuldade na recolha de dados deveu-se a uma sobrecarga de trabalho de outros tipos que os inquiridores têm na cidade de Bissau sendo manifesta a dificuldade em acumularem as diferentes funções. A dimensão da amostra no SAB levou assim à inclusão, já na fase final do primeiro ano, de mais um elemento uma vez que o orçamento o permitia. Outra dificuldade deveu-se ao falecimento da inquiridora de Gabu que teve de ser substituída a meio do ano por uma pessoa que já a ajudava a recolher dados. A última dificuldade teve a ver com a falta de resposta atempada neste último ano da estrutura de coordenação do projeto a problemas com meios de transporte em Quinara que levaram a dois setores terem os dados recolhidos muito tarde (Empada e Fulacunda) e sobretudo com a resolução de divergências entre essa coordenação e o inquiridor de Cacheu que levaram a que um setor não fosse inquirido nessa região (Bigene) e outro (São Domingos) só as duas povoações mais importantes (São Domingos e Ingoré).

No quadro seguinte estão os nomes no ano de 2015 e 2016 da equipa:

| EQUIPA CENTRAL      |   |
|---------------------|---|
| CLEO SILVA          | Coordenadora em 2015 e 2016                         |
| EDSON EMANUEL LOPES | Técnico informático e para elaboração gráfica       |
| GINO MONTEIRO       | Técnico estatístico e de acompanhamento das antenas |
| Regiões             | Nome  |
| Gabu                | Abu Sambu   |
| Cacheu              | Clemente Mendes                                     |
| SAB                 | Elisa Maria Sousa                                   |
| SAB                 | Eliseu Aguinaldo da Silva                           |
| SAB                 | Ernesto Higinio Correia                             |
| Quinara             | Formosinho da Costa                                 |
| Tombali             | Gabriel Nan Com                                     |
| Biombo              | João Vaz  |
| Bafatá              | Malam Mané  |
| SAB                 | Nilton César Barbosa                                |
| Oio                 | Umaro Camará  |

## FOTOGRAFIA 1 - EQUIPA DE RECOLHA E ACOMPANHAMENTO DE DADOS EM 2015 E 2016



**GINO MONTEIRO**  
(Técnico estatístico e de acompanhamento das antenas)



**CLEUNISMAR SILVA**  
(Coordenadora geral)



**EDSON EMANUEL LOPES**  
(Técnico informático e para elaboração gráfica)



**ABU SAMBU**  
(Inquiridor para a região de Gabu)



**CLEMENTE MENDES**  
(Inquiridor para a região de Cacheu)



**ELISA MARIA SOUSA**  
(Inquiridora para a região de SAB)



**ELISEU AGUINALDO DA SILVA** (Inquiridor para a região de SAB)



**ERNESTO HIGINO CORREIA** (Inquiridor para a região de SAB)



**FORMOSINHO DA COSTA**  
(Inquiridor para a região de Quinara)



**GABRIEL NAN COM**  
(Inquiridor para a região de Tombali)



**JOÃO VAZ**  
(Inquiridor para a região de Biombo)



**MALAM MANÉ**  
(Inquiridor para a região de Bafatá)



**NILTON CÉSAR BARBOSA**  
(Inquiridor para a região de SAB)



**UMARO CAMARÁ**  
(Inquiridor para a região de Oio)

Em todo o processo de formação e de melhoria contínua procurou-se inculcar nesta equipa as qualidades de um inquiridor:

- a) **Rigor** no que pergunta
- b) **Persistência** pois a sua missão é obter respostas
- c) **Educação e respeito** por quem responde, não induzindo respostas ou fazendo comentários a respostas inesperadas
- d) **Bom senso e inteligência** perante situações inesperadas
- e) **Competência**: quem responde tem de saber que o inquiridor sabe do que fala
- f) **Dignidade**: o inquiridor em funções é uma autoridade na recolha de dados. Deve identificar - se e ter uma postura digna
- g) **Honestidade**: o inquiridor não pode inventar respostas dos inquiridos, falsificando o inquérito, mas tem de respeitar aquilo que os inquiridos querem ou não dizer.

A divulgação e motivação dos respondentes nas várias regiões são fundamentais num projeto que tem objetivos nacionais. Assim, entregaram-se livros de análise às organizações e pessoas chave como informantes e organizou-se nas regiões uma exposição em cada ano com os resultados, acessível ao público, incluindo na abertura debates com os inquiridores e nalguns casos com membros da coordenação. Com gráficos e quadros de resultados, um grafismo atraente em painéis de formato transportável (A3) a cores com revestimento resistente ao manuseamento; valorizou os inquiridores e foi das poucas vezes que muitas pessoas nas povoações do interior do país viram o resultado de um inquérito ao qual tinham respondido.



Fotografia 2 – Entrega de livro de resultados em Cacheu

O debate sobre os indicadores decorreu em Bissau durante uma semana duas vezes por ano, em regime intensivo com a presença de todos os inquiridores das regiões e do SAB, tendo incidido sobre as dificuldades, as dúvidas e as soluções adotadas na recolha e tratamento estatístico de dados recolhidos sem perder de vista que os indicadores escolhidos tiveram como base aqueles que são referidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012) classificados em Indicadores estruturais, de processos e de resultados (pp.97 – 110) na áreas de Segurança, Alimentação, Saúde, Justiça, Governação, Educação, Habitação e Saneamento, Água, Trabalho, Segurança Social, Liberdade, Género, Discriminação e Vida.

Nesse debate mantiveram-se as áreas inquiridas, corrigindo-se alguns indicadores e simplificando outros. Houve sempre o cuidado de manter a comparabilidade com o ano anterior, apesar de se saber que um aumento de dimensão da amostra (ver ponto seguinte) pode originar incoerências nos dados.

## OS TELEMÓVEIS NUM PAÍS SEM ELETRICIDADE

Quando se debateu que indicadores deviam ser considerados para caracterizar as diferentes áreas de Direitos Sociais, Económicos, uma das subáreas que surgiu rapidamente foi o acesso á informação/comunicação. Quando se questionou se a posse de telemóvel podia ser um indicador, a resposta foi de que toda a gente em todo o país tinha telemóvel e portanto não servia como indicador. Quando insisti referindo zonas do país onde não há eletricidade que pudessem carregar os aparelhos explicaram-me com um exemplo no sul do país: nas tabancas onde isso acontece, as pessoas reúnem os aparelhos e vai alguém de canoa até um local onde existe um novo negócio que consiste em ter uma fileira de tomadas ligadas a um gerador que carregam vários telemóveis ao mesmo tempo contra um pagamento. Os telemóveis voltam aos donos pelo mesmo meio de transporte e não há enganos pois toda a gente sabe qual é o seu. O engenho humano é espantoso.

Incluiu-se, tal como tinha sido planeado, indicadores da área dos meios de subsistência (alimentação). Como a fonte desse tipo de indicadores são as famílias, inquiriu-se como caracterização da sua dimensão, composição por sexo, idade e instrução dos membros, a atividade que desenvolvem e a presença de crianças em idade com e sem acesso a escola. Tal permite cruzar as características familiares com o indicador escolhido de “número de refeições diárias da família” e também com o indicador de saneamento “destino do lixo do agregado familiar”, enriquecendo a análise.

Em 2016 temos então os seguintes indicadores:

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola no ensino básico, sexo dos alunos, por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo dados da 1<sup>a</sup> – 6<sup>a</sup> classe e dados da 7<sup>a</sup> – 9<sup>a</sup> classe nalgumas regiões de SAB, Biombo e Cacheu (ver ponto sobre amostragem).

2. Número de alunos por professor por escola por tabanca vila ou bairro de cidade no início e no final do ano letivo

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico por tabanca vila ou bairro de cidade.

## SAÚDE

4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil) (em 2016 serão inquiridas também as farmácias privadas e não só as públicas)

7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo grave de 3 ou mais cruces

8. 8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região - médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas parte da noite com lâmpadas elétricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca vila ou bairro de cidade em percentagem

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo do agregado familiar

## JUSTIÇA

14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

17. Condições das zonas de celas nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR

19. Número de refeições diárias tomadas em casa pela família

Para cada indicador procedeu-se à definição em detalhe de:

/ Conceito/definição de todos os componentes do indicador;

/ Justificação como indicador de Direitos Humanos;

/ Fontes de recolha de informação;

/ Tratamento/apresentação da informação;

/ Metodologia de cálculo;

/ Periodicidade de recolha;

/ Ventilação, cálculo nacional e regional.

## EXEMPLIFICANDO

### **Custo de 5 medicamentos**

#### **(para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)**

/ **Definição:** acesso a medicamentos para as doenças mais vulgares no país medido pelo custo e pela existência desses medicamentos à venda em farmácias ou



estabelecimentos que vendam medicamentos.

/ **Justificação como indicador de DH:** o acesso a medicamentos é um dos indicadores definidos para acesso a saúde. O sistema de saúde tem uma capacidade limitada de dar esses medicamentos aos doentes devendo estes adquiri-los por compra. O que sucede em algumas regiões e durante algum tempo é haver projetos com financiamento internacional que distribuem remédios gratuitamente.

/ **Fontes de recolha de informação:** recolha de preços nas farmácias ou estabelecimentos onde vendam remédios

/ **Tratamento/apresentação da informação:** envio dos preços para cada medicamento. Média simples ou cálculo central do desvio médio para cada tipo de medicamento.

/ **Metodologia de cálculo:** recolha dos preços de um destes medicamentos de cada tipo de doença na dose mínima vendida

/ Paludismo: Coarten ou Cloroquina ou Arsumate ou Quinina ou Quinimax

/ Febre, dor de cabeça: Aspirina ou Paracetamol

/ Diarreia ou outras doenças gástricas: Mebendazol ou Metronidazol

/ Dores de corpo: Ibrufen ou similar

/ Hidratação sobretudo de crianças: saqueta de sais orais

/ **Periodicidade:** anual

/ **Ventilação:** regiões. A média nacional pode ser calculada, mas não tem grande interesse.

A sensibilização de entidades estatais e civis para a disponibilização de dados foi feita em Bissau e nas regiões (exceto Bolama/Bijagós) ao longo de 2014 e manteve-se nos restantes dois anos pela coordenação do Observatório e, nalguns casos, pela direção da LGDH, sobretudo junto de autoridades escolares, sanitárias e policiais.

A contratação do técnico estatístico nacional já referido permitiu uma vigilância permanente sobre o processo de recolha, tornando a qualidade geral de nível alto em qualquer parte do mundo. A parte de preparação de divulgação com a elaboração de gráficos a partir dos quadros de cada indicador foi muito bem resolvida pelo outro técnico também referido anteriormente com boa formação em tratamento numérico

e prática em Excel que colaborou em part time com o Observatório.

Como instrumentos de trabalho para a recolha de dados o projeto atribuiu a cada inquiridor um computador, uma máquina fotográfica e uma motorizada. Foi feita uma formação em fotografia pois tinha-se consciência que ter fotografias das regiões inquiridas de escolas, centros de saúde, celas de detenção, etc., iria permitir uma aceitação de indicadores mais alargada, que essas fotos seriam a base da ilustração da exposição em cada ano<sup>1</sup> e que poderiam constituir uma base de imagens rara sobre o país. Essas fotos são hoje a melhor descrição que pode existir das condições boas e más das escolas, dos centros de saúde, das celas de detenção, etc., completando as informações quantitativas recolhidas.

Fizeram-se duas formações em computadores, uma de iniciação com um consultor da Universidade de Aveiro e outra com o técnico nacional que colaborou com o projeto e ajudou a fixar o tipo de quadros utilizados para cada área de indicadores eliminando repetições e interpretações erróneas.

Por último refira-se que os inquiridores e os dois técnicos de apoio e a coordenação foram sempre nacionais e têm uma média de idade e de habilitações relativamente altas sendo, ou tendo sido, parte deles professores, o que ajuda à fiabilidade e à assunção da responsabilidade da recolha. A capacidade de análise manteve-se em todo o projeto dependente de técnicos internacionais.

Na equipa houve algum desequilíbrio em termos de género uma vez que só a coordenadora de 2015 e 2016 e uma das inquiridoras são mulheres, havendo dez inquiridores e dois técnicos homens. Mesmo a inquiridora de Gabu, que faleceu, foi substituída por um homem que era seu ajudante na recolha de dados. A verdade é que a necessidade de deslocações em motorizada por estradas de terra do interior não facilita a inclusão de mulheres, mas constatou-se que para alguns dos indicadores, sobretudo na área da saúde, os inquiridores homens tiveram mais dificuldades na recolha do que a inquiridora mulher<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Verificámos depois que essas fotos apresentadas com os dados recolhidos em comunicações em congressos científicos ou simples encontros, davam um crédito muito grande aos indicadores, pois as fotos permitiam imaginar de forma mais próxima a realidade que os números também exprimiam mas de modo mais frio e distante (no fundo confirmámos o pensamento de Confúcio, hoje tornado um ditado popular, que “mais vale uma imagem que mil palavras”).

<sup>2</sup> Em experiências anteriores de direção de inquéritos em Bairros de Bissau entre 1986 e 2002 (mercados em Bissau, famílias em bairros de Quelele, Militar e Belém) o autor verificou que o ideal eram as equipas de dois inquiridores, um homem, outro mulher. Mas com o orçamento disponível no Observatório tal só seria possível no SAB e não nas regiões.

# AMOSTRAGEM

No primeiro ano definiu-se a amostra como sendo de base geográfica. Ou seja inquiriram-se instituições de todas as regiões, exceto Bolama/Bijagós que não foi considerada no projeto inicial pelo acréscimo de verbas que implica<sup>3</sup>, e dentro de cada região escolheram-se os setores com mais população segundo o Recenseamento da População de 2009. Dentro de cada setor as localidades foram escolhidas priorizando as mais populosas mas deixando alguma liberdade aos inquiridores para substituições se a receção e contacto com as instituições não permitisse a recolha de informação, tendo sido dada a indicação de inquirir pelo menos 10% de escolas e de centros de saúde existentes em cada setor mantendo o mínimo de uma instituição por localidade se existir. De forma geral os inquiridores das regiões excederam tal percentagem.

No SAB existem administrativamente 8 setores; mas as pessoas conhecem a cidade por bairros, não por setores, estando os dados do Recenseamento também apurados por bairros, setores e distritos de recenseamento.

Assim a divisão que se fez dos locais de recolha respeitou esse conhecimento e a grafia dos nomes<sup>4</sup> dos bairros utilizada no Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2009, embora tenham populações muito diferentes desde o Bairro Militar com mais de 31 mil pessoas ao Bairro N'Dame que tinha em 2009, 17 pessoas. Escolhe-

---

<sup>3</sup> Constatámos que se tornou uma situação geral a região de Bolama/Bijagós estar excluída em muitos projetos. Pensamos que tal opção é perigosa de proponentes e de financiadores, pois contribui para o isolamento da região e para o atraso no seu desenvolvimento relativamente ao resto do país.

<sup>4</sup> Os nomes dos bairros mudam com o tempo. Existe um conjunto de bairros mais antigos cujo nome é estável. Mas dentro deles ou em zonas mais periféricas das cidades nascem outras concentrações de população que começam a designar-se de algum modo que acaba por tornar-se um bairro em geral nos recenseamentos. A expansão de Bissau também tem vindo a absorver tabancas e mercados que estavam nos arredores e pouco a pouco foram ficando dentro da cidade.

ram-se os bairros com mais população até à capacidade de trabalho dos inquiridores. Tomando os dados do recenseamento, correspondem a 70,8 % da população recenseada no SAB. Não é correto adotar projeções da população feitas apenas com taxas de evolução censitárias e muito menos quando se pretende dados para as regiões em que o país está dividido. Não sendo fiáveis os processos de registo civil dos nascimentos, dos falecimentos, ignorando-se a) o número de crianças que não chegam a entrar no sistema escolar, b) as migrações sobretudo aquelas realizadas por via terrestre ou marítima para os países da sub-região, c) as migrações internas do resto do país para a capital, d) a distribuição por bairros dos migrantes internos e externos na cidade de Bissau, só se devem considerar como fiáveis os resultados do Recenseamento de 2009. Tal opção significa que a utilização desses dados da população por região na construção de indicadores inclui um desvio da realidade que não se consegue calcular a não ser quando for realizado o próximo recenseamento. Nos nossos indicadores esse desvio é importante na área da saúde nos indicadores de número de pessoas por médico/enfermeiro/partei-ras e outros profissionais.

No segundo e terceiro ano definiu-se como amostra 5% das localidades a serem inquiridas em todos os sectores, todos os centros de detenção<sup>5</sup> e as duas prisões que já se tinham inquirido no primeiro ano, pelo menos uma escola de cada localidade e bairro e centro de saúde/unidade de saúde de base (sempre com um mínimo de 1 localidade por sector ou bairro), um máximo de 50 casas por localidade ou aquelas que estivessem na rua principal se o total na localidade fosse inferior.

Como se pode ver na Tabela 11 e 12, a percentagem foi em sempre ultrapassada para todas as áreas inquiridas, num processo onde os inquiridores escolhem deixando alguma margem de segurança para localidades onde uns indicadores podem ser bem recolhidos mas outros não. Por exemplo as escolas são instituições recetivas a inquéritos mas a polícia é em geral menos recetiva mesmo com as autorizações devidas da respetiva hierarquia. Se numa localidade o inquiridor conseguir a informação da escola mas não do centro de detenção tem de ir procurar noutra a informação em falta, mas não precisa de repetir aquela que já obteve. Outra questão são as escolas que servem várias localidades; se estão inseridas numa delas os inquiridores atribuem-na a essa localidade,

---

<sup>5</sup> O centro de detenção da Policia Judiciária em Bissau é mais uma prisão preventiva no processo judiciário do que um centro de detenção (ver Manitesse, 2016, pág.20); aliás é designado por “cárcere de prevenção” onde os acusados aguardam julgamento (op.cit).

mas se não estão inseridas numa específica, então os inquiridores tem tendência para referir o nome da escola nos mapas de dados mas indicarem todas aquelas que têm crianças naquela escola quando são questionados sobre quais as localidades que visitaram (Anexo II).

Tabela 11 – Localidades inquiridas em 2016

| Finalidade da inquirição                                       | %    | Número |
|--|------|--------|
| Localidades sem Bolama Bijagós Censo 2009                      | 100  | 4245   |
| Localidades inquiridas para a educação                         | 6,2  | 262    |
| Localidades inquiridas para a saúde                            | 5,1  | 218    |
| Localidades inquiridas para a habitação, energia e água        | 5,0  | 214    |
| Localidades inquiridas para a justiça                          | 5,4  | 230    |
| Localidades inquiridas para meios de subsistência e saneamento | 10,5 | 447    |

Fonte: Observatório dos Direitos, 2016 (mapas de dados) e Recenseamento 2009

No cálculo do número de famílias a serem inquiridas para os indicadores de meios de subsistência e de saneamento a percentagem de 5 % daria um volume de trabalho incomportável, como se pode ver na Tabela 12 com um total de 9.063 agregados a serem inquiridos. Assim decidiu-se optar por uma estrutura de agregados a inquirir que se aproximasse da estrutura de agregados nacional mas com números condizentes com o orçamento do projeto. Na tabela pode ver-se que esses agregados oscilaram entre 100 e 50 nas regiões conforme a população recenseada em 2009. Para o SAB, utilizou-se o número de agregados dos inquéritos aos orçamentos familiares que o INE executa, de 12 por bairro.

Como se pode ver na mesma tabela, em 2016, os inquiridores recolheram dados num número de famílias superior ao determinado com dificuldades já referidas em Quinara e Cacheu pelos motivos já referidos e o inquiridor de Oio contraiu uma doença da qual ainda não conseguiu restabelecer-se. Mas a estrutura final dos inquéritos executados é aceitável em relação à calculada inicialmente.

A escolha em concreto dos agregados familiares a inquirir foi objeto de uma indicação ao nível local de agregados com habitação permanente (segundo a definição do

Recenseamento) e definição por via da família tal como o chefe de família a indica e não por números de habitação do agregado familiar. Ou seja escolheram – se famílias que se definem como tal pelo fato de tomarem as refeições em conjunto independentemente do grau de parentesco e das habitações que ocupam se tiverem pelo menos uma habitação permanente.

Calculou-se assim uma taxa bruta de amostragem com base nos setores e bairros existentes e inquiridos:

Tabela 12 - Amostragem

| Regiões e setores existentes  | Regiões e setores onde foram recolhidos dados   | Taxa de amostragem                                |
|---|---|---|
| BAFATÁ (Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboeil, Gã-mamudo(Ganadu)) | Bafatá, Cossé, Bambadinca, Xitole, Contuboeil, Gã-mamudo(Ganadu)                                  | 6/6 (100%);                                       |
| BIOMBO (Quinhamel, Safim, Prabis)   | Quinhamel, Safim, Prabis  | 4/4 (100%);                                       |
| BOLAMA/BIJAGÓS  | Não foram recolhidos dados  | n. a.   |
| CACHEU (Bigene, Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, S.Domingos)                | Bigene (só 1º ano) , Bula, Caió, Canchungo, Cacheu, São Domingos (só a capital de setor e Ingoré) | 5/6 (83,3 %) no 1º ano;                           |
| 5/6 (83,3%) no 2º ano e 3º ano  | Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco   | 5/5 (100 %) no 1º e 2ª ano                        |
| GABÚ (Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco)                                  | Boé, Pitche, Gabú, Pirada, Sonaco   | 5/5 (100 %);                                      |
| OIO (Bissorã, Farim, Mansaba, Mansoa, Nhacra)                             | Bissorã, Farim, Mansoa, Mansaba   | 4/5 (80 %) no 1ºano;<br>5/5 (100%) no 2º e 3º ano |
| QUINARA (Buba, Empada, Fulacunda, Tite)                                   | Buba, Empada, Fulacunda Tite  | 4/4 (100 %)                                       |
| TOMBALI (Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo)                             | Catió, Komo, Bedanda, Cacine, Quebo   | 5/5 (100 %)                                       |

|  |  |                                    |
|--|--|------------------------------------|
| <p>SAB [Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelum de Cima e de Baixo, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda, Brá, Hafia, São Paulo, Penha, Djolo, Bissaque, Melhoramento, Internacional, Ajuda 1ª fase, Djogoro, Massa Cobra, Tete, São Vicente Paulo, Santa Luzia, Sintra Nema, Pluba de Cima e de Baixo, N' Dame, Lero, Lala Quema, Flefe, Rossiu, Calequir, Amedalai, Ilheu de Rei, Varela, Tchada, Setembro, Mindara, Chão de Papel]</p> | <p>Militar, Antula(Bono), Quelele, Bandim2, Plak2, Reino, Madina, Cuntum, Pessak, Belém, Cupelum de Baixo e de Cima, Bandim1, Missará, Plak1, Empatcha, Luanda</p> | <p>16/45 (70,8 % da população)</p> |
|--|--|------------------------------------|

Pode calcular-se para a estrutura da amostra recolhida um desvio padrão similar ao da série de todos os agregados recenseados em 2009 (Ver Sangreman, C., 2016).

Com esta forma de constituir a amostra temos, na realidade, vários tipos de amostragem podendo dividir em dois grandes grupos: a amostragem de conglomerados (escolas, centros de saúde, centros de detenção) onde se inquirem instituições em número finito e pequeno embora com número nacional sempre superior aos números indicados na teoria estatística ( $\geq 30$  ou  $\geq 100$ ) e a amostragem aleatória para as localidades, as habitações e as famílias.

Podemos também calcular intervalos de confiança a 95 %, considerando que ambas as distribuições do universo e da amostra “normais” (Ver Sangreman, C., 2016).

Tabela 13 - Agregados familiares a inquirir para “Meios de subsistência” e “Saneamento”

| Regiões        | Agregados 2009 | Estrutura % dos agregados | 5%          | Decidido    | Executado 2016 | Diferença   | Estrutura % executado |
|----------------|----------------|---------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|-----------------------|
| Bafatá         | 25611          | 14,2                      | 1281        | 100         | 96             | -4          | 13,0                  |
| Biombo         | 11844          | 6,5                       | 592         | 50          | 50             | 0           | 6,7                   |
| Cacheu         | 23477          | 12,9                      | 1174        | 100         | 120            | 20          | 16,2                  |
| Gabu           | 26284          | 14,5                      | 1314        | 100         | 100            | 0           | 13,5                  |
| Oio            | 27396          | 15,1                      | 1370        | 100         | 82             | -18         | 11,1                  |
| Quinara        | 7757           | 4,3                       | 388         | 50          | 50             | 0           | 4,9                   |
| SAB            | 47306          | 26,1                      | 2365        | 192         | 207            | 15          | 27,9                  |
| Tombali        | 11578          | 6,4                       | 579         | 50          | 50             | 0           | 6,7                   |
| SUB TOTAL      | 181252         | 100                       | 9063        | 742         | 755            | -1          | 100                   |
| Bolama/Bijagós | 4215           | 2,3                       | 211         | n.d.        | n.d.           | n.d.        | n.d.                  |
| <b>TOTAL</b>   | <b>185467</b>  | <b>100</b>                | <b>9273</b> | <b>n.d.</b> | <b>n.d.</b>    | <b>n.d.</b> | <b>n.d.</b>           |

Fonte: Observatório dos Direitos, 2016, mapas dos inquiridores, e Recenseamento de 2009



*parte 2*

# CONTEXTO GERAL



# O CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS

A antiga Pérsia (cujo centro histórico se situava onde é hoje a República do Irão) é considerada como estando na origem do conceito de Direitos do Homem, no século VI a.C., no reinado de Ciro I, o Grande. Depois da conquista da Babilónia, em 539 a. C., o rei fez construir um cilindro (descoberto em 1879) que passou a ser conhecido como «a primeira declaração ou carta dos Direitos Humanos». Em 1971, a ONU traduziu esse cilindro para todas as línguas oficiais.

O cilindro contém leis de acordo com o tempo em que foi escrito: tolerância religiosa, abolição da escravatura, liberdade de escolha da profissão e expansão do império. Situa-se na tradição da Mesopotâmia, apresentando o ideal de um rei justo, na qual também se insere Hammurabi com o primeiro código de leis que se conhece, gravado em pedra cerca de 1750 anos a.C..

A história moderna dos Direitos Humanos, pode ser reportada à Magna Carta (1215) e à Petition of Rights (1628), mas começa sobretudo com a Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen (1789), durante a Revolução Francesa, e com a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776), onde se afirma “Consideramos estas verdades como auto-evidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes são a vida, a liberdade e a busca da felicidade”, sendo ainda de referir a Convenção de Genebra (1864) sobre prisioneiros de guerra.

A noção de direitos mínimos, devido à simples existência como ser humano, ou direitos naturais, é antiga e surgiu em diferentes civilizações. Na história moderna, esta ideia passou a ser explícita na legislação, reconhecendo a sociedade um valor jurídico normativo superior a qualquer outra norma.

As críticas também existiram e vieram curiosamente ainda no século XVIII da

Igreja Católica que defendeu, em 1791, que a Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, pela sua natureza puramente filosófica, não podia substituir o direito canónico da Igreja. E nos tempos contemporâneos, de países como a China que defende que cada país pode ter a sua especificidade mesmo nessas matérias, ou grupos terroristas como o Estado Islâmico ou o Boko Haram, que nem reconhecem a existência desse tipo de direitos.

Os documentos de referência para este Observatório de Direitos Humanos na Guiné-Bissau, para além do preâmbulo e dos artigos da Carta das Nações Unidas que referem os Direitos Humanos, são a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adoptada pela Assembleia Geral da ONU, em 1948, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, aprovada em 1981 e a Declaração e Programa de Ação de Viena em 1993<sup>6</sup>.

A Assembleia Geral da ONU proclamou a DUDH como “o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objectivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efectiva”<sup>7</sup>.

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, adoptada pela 18.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados Africanos membros da Organização de Unidade Africana, de 1981, em Nairobi, no Quênia, é mais colectiva do que a anterior, salientando a sociedade de inserção do indivíduo, sem contrariar nenhum dos direitos pessoais daquela. Entrou em vigor em 1986. No seu texto, o centro é a presença de direitos colectivos (dos povos), como o direito à autodeterminação e à livre condução dos negócios.

No período de reconfiguração das relações internacionais pós – dissolução da URSS, a ONU, tendo como Secretário-Geral o egípcio Boutros Boutros-Ghali, organizou em Viena, em Junho de 1993, a primeira Conferência Mundial sobre os Direitos

---

<sup>6</sup> Também se poderia incluir o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, os documentos similares sobre a tortura, pena de morte, os prisioneiros de guerra, etc., e mesmo os documentos anteriores a 1948 como a Declaração Internacional dos Direitos do Homem de 1929, mas quisemos indicar apenas aqueles que consideramos configuradores de todos os documentos atuais.

<sup>7</sup> Para o Sistema das Nações Unidas veja-se OHCHR Management Plan 2014-2017. On line em <http://www.ohchr.org>

Humanos depois de 1948, onde defendeu que “Enquanto instrumentos de referência, os direitos humanos constituem a linguagem comum da Humanidade graças a qual todos os povos podem, ao mesmo tempo compreender os outros e escrever a sua própria história. Os direitos humanos são por definição a norma última de qualquer política. (...) Os direitos humanos não são o menor denominador comum de todas as nações mas, (...), a quinta-essência dos valores pelos quais nós afirmamos em conjunto que somos uma só comunidade humana<sup>8</sup>” A declaração final votada por 177 países (com os EUA, sendo Clinton presidente, a absterem-se) aprovou também a criação do Alto Comissariado para os Direitos Humanos dando uma maior dimensão e estatuto ao Centro para os Direitos Humanos da ONU então existente em Genebra, e considerou os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais como universais. O Programa de Ação, que foi aprovado em simultâneo com a Declaração, insiste também na necessidade dos países “Por forma a reforçar o gozo dos direitos económicos, sociais e culturais, deverão ser consideradas novas abordagens, tais como um sistema de indicadores para a avaliação dos progressos realizados na realização dos direitos enunciados no Pacto Internacional sobre os Direitos económicos, Sociais e Culturais. Deve ser realizado um esforço concertado que garanta o reconhecimento dos direitos económicos, sociais e culturais aos níveis nacional, regional e internacionais.” (Declaração e Programa de Viena, 1993, ponto 98)

Nos tempos de hoje, os Direitos Humanos são classificados em várias categorias – direitos de participação política; direitos cívicos e direitos de organização da sociedade civil. Entre os que se poderiam dar como primeiro exemplo o direito de votar, de eleger e ser eleito. Este é talvez o direito que melhor personifica esta primeira geração de Direitos Humanos. Deste decorrem outros, como por exemplo o direito de formar partidos políticos, direito de associação, liberdade de opinião e expressão, direito de petição, entre outros.

Designa-se esta primeira geração como Direitos e Liberdades Cívicas e Políticas.

A segunda geração de Direitos Humanos começou a tomar forma nos finais do século XVIII, inícios do século XIX. Os acontecimentos que lhe serviram de base foram a Revolução Industrial e as consequentes alterações profundas do modo de

<sup>8</sup> Citado por Hervé Cassan em “La vie quotidienne à l’ONU au temps de Boutros Boutros-Ghali”, Paris, 1998.

trabalhar e viver, sobretudo nos países europeus e dos EUA. Questões como horários de trabalho, férias, salários, condições de trabalho, associações de trabalhadores e sindicatos foram os traços definidores desta geração. Daqui advém o termo que designa esta segunda geração de Direitos Sociais.

Pela semelhança de tratamento, outros direitos são incluídos nesta geração, embora datem de um período mais recente, o início do século XX. São os Direitos Económicos e Culturais. A associação aos direitos sociais, passando a formar um ramo dos Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, passa pela atitude que tradicionalmente se lhe reconhece face ao Estado.

Enquanto os Direitos Cívicos e Políticos pedem do Estado, grosso modo, um dever de abstenção, ou seja, não interferência no exercício pelas pessoas destes direitos; os Direitos Económicos, Sociais e Culturais pedem, por sua vez, uma atuação do Estado, uma atitude intervencionista de redistribuição de riqueza criada, consubstanciada em prestações em espécie ou pecuniárias.

Na visão geral sobre os Direitos Humanos, os Direitos Económicos, Sociais e Culturais estão numa primeira ordem de observação, pois referem-se diretamente às condições físicas de existência. Reflectindo questões como a fome ou a ameaça à saúde pública decorrente da falta de saneamento e água potável, não se questionam em primeira instância com relação ao carácter não físico do direito de voto ou da liberdade de expressão garantida. Ou seja uma população pode ter direito de voto sem qualquer restrição de direitos políticos mas sofrer de má nutrição crónica ficando afetada nos seus direitos de acesso a uma alimentação suficiente para uma vida digna.

Continuando o percurso cronológico do discurso dos Direitos Humanos, em meados do século XX, duas tendências marcam a terceira geração de Direitos Humanos: os movimentos de autodeterminação dos países colonizados e os movimentos feministas.

A terceira geração caracteriza-se, assim, pelos Direitos dos Povos, como o direito à autonomia territorial, à liberdade de viver em comunidade de acordo com a cultura e identidade próprias, em tudo o que lhe é inerente.

Caracteriza-se também pelo movimento de emancipação da mulher, tanto no que diz respeito ao movimento pelo voto feminino, como à luta pela igualdade nos locais de trabalho, pelo acesso ao ensino superior e ao topo das carreiras que eram ou são

ainda predominantemente masculinas.

A quarta geração de Direitos Humanos aparece no final do século XX, estando ainda a formar-se e a definir-se no século XXI.

Caracteriza-se por serem direitos de titularidade coletiva e terem um cunho predominantemente solidário e não individualista. Fazem parte desta geração os direitos ambientais e os direitos que protegem as pessoas das consequências das novas tecnologias, sendo que cabem aqui as referentes à informação, à privacidade, até à medicina e cuidados de saúde. Pode – se exemplificar em questões como a clonagem, as escutas/espionagem dos cidadãos pelo próprio Estado, o controle sobre os conteúdos da internet, a gravação não autorizada de comunicações por telemóveis ou outros meios, a possibilidade cada vez maior de cruzar ficheiros unificando informação sobre indivíduos e sobre entidades coletivas, em processos face aos quais o livro de Orwell e o seu Big Brother já parecem muito primitivos.

## O QUADRO LEGAL DOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ-BISSAU<sup>1</sup>

<sup>1</sup> A fonte deste ponto é o capítulo de Yasmine Cabral in Augusta Henriques e outros (2015), *Desafios - Ora di Diritu*, ACEP, Lisboa, excepto outras referências.

A Guiné-Bissau assume na sua constituição que os Direitos Humanos fazem parte do quadro de direito interno do Estado guineense, assumindo a Declaração Universal de 1948 como quadro legal nacional. Os documentos de referência mais recentes são a análise ao país feita em 2009 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e os três relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008, 2012 e 2016). Há ainda estudos, uns mais aprofundados que outros, sobre grupos sociais como a mulheres – “Um retrato da violência contra as mulheres na Guiné – Bissau”, Sílvia

Roque e mais cinco investigadores, 2011, UNWomen, UNFPA, UNDP e UNIOG-BIS – ou as crianças – várias obras da AMIC, ACEP, UNICEF e OIT sobre tráfico ligado às crianças que vão para o Senegal aprender o Corão em condições de escravidão – os talibés -, trabalho infantil e abuso e exploração sexual Assim a legislação guineense consagra expressamente o quadro legal de penas sobre a violência contra as mulheres (mutilação genital feminina/excisão, violência doméstica, casamento forçado e casamento precoce) bem como a violação, o abuso sexual e o tráfico. Consagra igualmente a liberdade cívica e política na linha da primeira geração de Direitos Humanos, bem como os direitos das crianças em especial a defesa contra o tráfico de crianças para exploração sexual ou trabalho forçado. Refira-se que o fenómeno do trabalho infantil ainda está muito pouco tratado na legislação guineense. Yasmine Cabral (2015, pp.351) afirma que “Não obstante o reconhecimento e a incorporação dos principais instrumentos internacionais e regionais em Direitos Humanos, nomeadamente o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Contra as Mulheres, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Protocolo à Carta Africana relativo aos Direitos das Mulheres e o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança em África” o país continua a ter dificuldade na colocação prática do conteúdo destes documentos. Como se pode constatar pelos três relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos (2008/2009, 2011/2012 e 2013/2015) ou por relatórios internacionais, os Direitos Humanos de Liberdades Cívicas e Políticas ainda são constantemente violados sobretudo em períodos de instabilidade com intervenção dos militares que apenas a partir das eleições de 2014 se abstiveram de intervir na política do país. As restantes gerações de Direitos têm uma precaridade grande dependendo dos padrões de comparação tomados. Mas mesmo se ficarmos apenas na sub-região da Senegâmbia para comparação, os indicadores existentes para os restantes países demonstram que o direito a saúde, educação, segurança humana, etc., estão em geral mal colocados na Guiné-Bissau.



# A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE DIREITOS HUMANOS

Os indicadores quantitativos são condição necessária mas não suficiente para uma análise do acesso aos Direitos Humanos no país. Os fenómenos deste tipo necessitam de indicadores qualitativos para que se percebam as indicações que os números podem facultar. Nestes três anos de projecto a preocupação foi conseguir o objectivo de ter indicadores quantitativos fiáveis que pudessem dar maior consistência à análise feita pelos relatórios da Liga Guineense de Direitos Humanos, focados sobretudo nos Direitos Civis e Políticos.

A construção desse tipo de indicadores de Direitos Humanos na Guiné – Bissau enquadra-se no Projecto do Observatório dos Direitos, parte de quatro critérios, válidos em qualquer país, que têm de se verificar em simultâneo na escolha dos indicadores:

**1º Correspondência com a análise da realidade social, política e económica do país (Guiné Bissau)**, resultante da forma como o actual governo, o presidente da República, os partidos políticos e organizações da sociedade civil em especial quando referem o tema dos Direitos Humanos, por organizações internacionais como a ONU, o Banco Mundial, a União Africana ou a UNESCO, e pelos países e organizações internacionais parceiros de desenvolvimento desde à várias dezenas de anos como a União Europeia, Portugal e França<sup>9</sup>.

**2º Enquadramento internacional nos documentos específicos produzidos sobre o tema** dos Direitos Humanos e dos indicadores associados, como a Declaração dos Direitos Humanos, a Carta Africana, a Declaração de Viena, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2000, PNUD, Capítulo V, e o documento Indicateurs des

<sup>9</sup> Na prática os últimos anos, sobretudo desde as eleições de 2014, estão sujeitos a várias interpretações conforme os autores individuais ou colectivos que as escrevem. Consideramos como referencia a análise feita em Carlos Sangreman, Fátima Proença e Luís Vaz Martins com o título “Guiné-Bissau – a evolução 2010-2016” disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/WP148.pdf>.

Droits de L'homme- guide pour mesurer et mettre en oeuvre, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 2012 e no Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux Droits de l'Homme de 2011 que trata principalmente da utilização de indicadores na realização de Direitos económicos, sociais e culturais.

**3º Adoptarem uma metodologia de recolha de informação credível e possível em todas as regiões com os recursos existentes.** A existência de uma longa lista de indicadores de DH pressupõe sempre uma escolha atendendo á capacidade de recolha de dados da estrutura que se propõe executar e aos recursos disponíveis para essa execução. A definição teórica de um indicador só serve fora do mundo académico se for possível recolher dados que demonstrem a sua validade e evolução.

**4º Compreensão fácil do seu significado.** É fundamental, no nosso entender, que os indicadores construídos possam ser divulgados de forma o mais alargada possível e por conseguinte que sejam compreendidos facilmente por pessoas de grupos sociais com diferentes níveis de instrução e interesse pelo tema.

Tais critérios enquadram-se perfeitamente nas características gerais dos indicadores de DH definidos pela literatura da área para a atual geração de indicadores:

|                                 |                        |                  |
|---------------------------------|------------------------|------------------|
| Robustos, pertinentes e fiáveis | Relacionados com os DH | Globais e Locais |
| Independentes                   | Simples e específicos  | Transparentes    |

**Robustos, pertinentes e fiáveis:** Ou seja os indicadores escolhidos têm de ser recolhidos e calculados de forma segura, que não varie com o tempo e se possível testada internacionalmente; têm de ser significativos para aquilo que queremos analisar com esses indicadores e têm de ser recolhidos por processos que mereçam confiança e não casuais.

**Independentes:** Os indicadores têm de ser independentes de outras estatísticas para além das incluídas no seu cálculo e independentes de quem faz as perguntas de recolha de informação.

**Globais/locais:** Os indicadores devem poder ser calculados para o total do país mas também devem poder ser calculados ou ventilados por regiões, grupos sociais, género ou outro tipo de divisão analítica social;

**Transparentes:** Os indicadores têm de ser claramente relacionados com os DH, ser de fácil leitura e interpretação.

**Simple e específicos:** Um indicador quanto mais simples for melhor. Se juntar muitas variáveis torna-se inútil de interpretar socialmente.

Como para outras áreas da vida humana, o sistema estatístico em geral não produz informações específicas sobre os Direitos Humanos mas produz números que podem ser lidos à luz da problemática dos DH.

Assim devemos imaginar indicadores que utilizem as estatísticas administrativas e sectoriais já produzidas, completadas por outros recolhidos expressamente para acompanhar a evolução dos DH, incluindo indicadores estruturais, de processo e de resultados.

O sistema de produção estatística guineense é decalcado do português, com legislação e um órgão central – o Instituto Nacional de Estatística com delegados nas regiões<sup>10</sup>, que tem uma produção de informação com regularidade, incluindo um índice de preços no consumidor mensal.

A figura dos órgãos delegados existe com o Ministério da Educação, da Saúde e da Justiça, mas o ponto central da produção estatística são “as informações estatísticas pertinentes para a tomada de decisões na implementação e impacto de políticas em particular no tema de Luta Contra a Pobreza levado a cabo pelo Governo da Guiné-Bissau” (INE). Tem um protocolo com a UNICEF para produção de informação regular direccionada para as mulheres e as crianças, recolhida junto das famílias<sup>11</sup> (Multiple Indicator Cluster Surveys - MICS<sup>12</sup>). As operações estatísticas são executadas, em geral, com o apoio de financiadores externos através de protocolos de parceria.

A inclusão no sistema estatístico nacional guineense da recolha de dados de acesso a Direitos Humanos seria desejável pois daria condições de sustentabilidade melhores que qualquer projecto, mas teria de ter financiamento externo enquanto o Estado guineense não conseguir ter orçamento capaz de o fazer. Teria além disso de ter âmbito nacional, uma vez que um sistema estatístico, por definição, não pode ter um subsistema que abranja apenas uma parte do país, como é o caso do projecto

---

<sup>10</sup> Site [http://www.stat-guinebissau.com/sistema\\_estatistico/sistema\\_estatistico.htm](http://www.stat-guinebissau.com/sistema_estatistico/sistema_estatistico.htm).

<sup>11</sup> Vamos utilizar o termo “família” como sinónimo de “agregado familiar” segundo a definição do recenseamento de 2009 (INE, 2009).

<sup>12</sup> Veja-se a metodologia em [http://www.inegi.org.mx/eventos/2011/Infancia\\_Adolescencia/doc/5-Turgay%20Unalan%20UNICEF-NY.pdf](http://www.inegi.org.mx/eventos/2011/Infancia_Adolescencia/doc/5-Turgay%20Unalan%20UNICEF-NY.pdf).

Observatório de Direitos que recolhe informações em todas as regiões e no Setor Autónomo de Bissau mas deixa a região de Bolama-Bijagós de fora (antiga capital e todo o arquipélago dos Bijagós), embora aconteça que ao iniciar um subsistema se comece pela capital e se vá estendendo à medida que haja recursos humanos e financeiros como é exemplo o índice de preços no consumidor em diferentes países e também na Guiné - Bissau. Ou os indicadores sobre empresas, em que se começa em geral pelas mais organizadas e de maior dimensão estendendo-se progressivamente a outras. Mas nestes casos os dados não são considerados como abrangendo o universo nacional mas sim como dados para estudos de casos.

*parte 3*

# ANÁLISE POR TEMAS DE DIREITOS HUMANOS RECOLHIDOS



# DIREITO À EDUCAÇÃO

## 1. FREQUÊNCIA ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO (1ª-6ª CLASSE) POR SEXO DOS ALUNOS, NO INÍCIO E NO FINAL DO ANO LECTIVO

O contexto de funcionamento das escolas voltou a tornar-se mais instável com greves de professores e manifestações de alunos pelo recomeço das aulas. Esta instabilidade reflectiu-se em todas as regiões (Tabela 1.1), tendo havido mais abandono em 2016 do que em 2015 com um maior agravamento em Quinara.

Assim se confirma a dependência do funcionamento das escolas das condições de pagamento atempado de salários e de outras reivindicações dos professores. Ou seja, o direito à educação é uma função direta das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas em especial o pagamento dos salários.

O índice de abandono global da amostra de 7,6 para rapazes e 9,2 para raparigas em 2016 este ano representa uma subida em relação a 2015 (onde foi 3,9 e 4,1 respectivamente), mas sem atingir valores de dois dígitos como em 2014. Mantém-se aquilo que afirmámos quanto a não ser verdade que haja uma diferença significativa entre géneros quanto ao abandono do estudo no ensino básico, excepto em Bafatá e Gabu. Em Tombali a prática generalizada em todas as regiões, de mudar alunos de escolas que deixam de funcionar para escolas a funcionar, leva a números que não se conseguem interpretar.

Comparando através da Tabela 1.1 podemos ver que o abandono em 2016 manteve

a estrutura rapazes/raparigas nas escolas do ensino básico. Como a demografia e as projecções da população por escalões etários (INE, Bissau, 2016) nos dizem que nascem mais rapazes que raparigas (106/100) estes dados indicam que os futuros homens ficam fora do sistema de ensino mais do que as futuras mulheres. Mas este indicador apenas pode ser indicio desse fenómeno e não dar – nos indicações mais precisas, já que aquilo que se sabe sobre as estratégias das famílias com poucos rendimentos continua a ser de privilegiar os rapazes no acesso a educação formal

Tabela 1.1 - Abandono e relação de género no ensino básico 1ª-6ª classe

| Região  | Percentagem de alunos que começaram, mas abandonaram o ensino durante o ano letivo e relação de género (1ª-6ª classe) |                   |                       |                      | Recenseamento 2009 |
|---------|---|-------------------|-----------------------|----------------------|--------------------|
|         | Abandono masculino  | Abandono feminino | Relação no início M/F | Relação no final M/F | Relação M/F (*)    |
| Bafatá  | 1,6   | 6,6               | 1,1                   | 1,1                  | 1.0                |
| Biombo  | 16,4  | 16,1              | 1,1                   | 1,1                  | 1.1                |
| Cacheu  | 9,2   | 10,2              | 1,1                   | 1,1                  | 1.1                |
| Gabu    | 2,9   | 4,7               | 1,1                   | 1,1                  | 1.0                |
| Oio     | 7,4   | 6,3               | 1,5                   | 1,5                  | 1.2                |
| Quinara | 13,7  | 15,1              | 1,3                   | 1,3                  | 1.2                |
| Tombali | -1,0  | -0,7              | 1,2                   | 1,2                  | 1.1                |
| SAB     | 7,2   | 8,7               | 0,9                   | 0,9                  | 0.9                |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016 e INE

(\*) Também apelidado de “Índice de paridade”. Dados do Recenseamento de 2009 para as Crianças entre 6-11 anos a frequentar a escola.

Recolheram-se dados em 22 escolas que leccionam ensino a nível das 7ª-9ª classes nas regiões de Biombo, Cacheu e SAB. Como se pode ver na Tabela 1.2, contrariamente ao que se poderia considerar que quem prossegue os estudos é porque quer concluir um nível mais alto de educação e portanto não abandona aquilo que começou, as taxas de abandono nestas escolas são ligeiramente mais altas que as classes de 1ª-6ª com excepção do abandono masculino no Biombo. Mesmo assim a diferença é



pequena. Para mais como o número de alunos por professor é mais baixo e supostamente a qualidade dos docentes melhor, o ensino deveria ter mais aproveitamento, apesar destas classes funcionarem nas mesmas escolas que têm o nível 1ª-6ª. Não temos explicação para esta similaridade a não ser que não exista uma diferença de qualidade de ensino entre um nível e outro. As fotografias que temos dessas classes mostram que as condições físicas de funcionamento são idênticas às das classes anteriores com pouco material didáctico, electricidade rara para haver computadores e internet. Nesse caso em situações de funcionamento deficiente por motivo de greves de professores ou más condições físicas das escolas as classes serão todas afectadas e as famílias terão o mesmo comportamento de retirar as crianças da escola.

Tabela 1.2 - Abandono por género e alunos por professor (7ª-9ª classes)

| Região  | Percentagem de alunos que começaram, mas abandonaram o ensino durante o ano letivo e alunos por professor nas 7ª-9ª classes |                   |                                |                               |
|---------|---|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|
|         | Abandono masculino  | Abandono feminino | Alunos por professor no início | Alunos por professor no final |
| Bafatá  | n.i.  | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Biombo  | 12,1  | 16,8              | 14                             | 12                            |
| Cacheu  | 16,2  | 12,2              | 7                              | 6                             |
| Gabu    | n.i.  | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Oio     | n.i.  | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| Quinara | 0,97  | 2,33              | 52                             | 51                            |
| Tombali | n.i.  | n.i.              | n.i.                           | n.i.                          |
| SAB     | 10,4  | 15,2              | 38                             | 28                            |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016



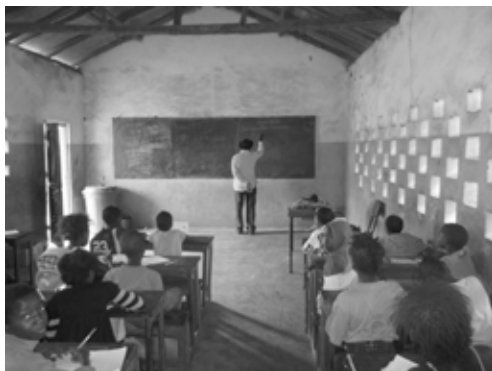
Fotografia 3 – Escola Gabu, 7ª-9ª classe

Como conclusão da análise deste indicador além do que já afirmámos da articulação do abandono com o funcionamento das políticas de educação e do pagamento atempado dos salários, estas taxas de abandono se forem somadas a 41 % de crianças de ambos os sexos no escalão etário 6-11 anos (dados de Censos 2009) que não chegam a entrar na escola constituem um lastro negativo enorme para o desenvolvimento presente e futuro do país.

## 2. NÚMERO DE ALUNOS POR PROFESSOR NO INÍCIO E NO FINAL DO ANO LECTIVO (1ª -6ª CLASSE)

Como já dissemos em Sangreman (2015), este é um indicador que mede o direito de acesso ao ensino pretendendo ter uma dimensão mais qualitativa. Ou seja quanto mais alunos um professor tem, menos atenção dá a cada um deles e portanto o ensino que mi-

nistra é mais impessoal, baixando a possibilidade de sucesso dos alunos, sobretudo os que não têm qualquer ajuda fora da escola, familiar ou por explicações. Lido à luz dos conceitos de Direitos Humanos quanto maior é o ratio menos possibilidade têm as crianças de exercer o seu direito de acesso ao ensino.



Fotografias 4 e 5 – Escolas em Gabu e Quinara

O número ideal de alunos por professores no ensino básico não existe pois depende da qualidade dos professores, dos materiais e outros meios utilizados no ensino, apesar de haver autores que referem o número de 40 alunos por professor.

Se compararmos com outros países da Africa Sub Saariana na sub-região, a base de dados do Banco Mundial, no ano mais recente de 2014, (não tem dados referentes a Guiné-Bissau), dá-nos para o Senegal com 32 alunos por professor no básico, a Gâmbia com 37 e a Guiné-Conacri com 46, num intervalo {32;46}. Ou seja, na Guiné – Bissau, em 2016 teremos o SAB e Cacheu com valores na mesma ordem da sub-região, tal como no ano anterior, o Biombo melhor, Bafatá e Gabu pior. As restantes regiões estão no intervalo dos países da sub-região.

Tabela 2.1 - Alunos por professor no início e final do ano letivo, nas 1ª-6ª classe

| Região/Anos | Número |       |        |       |
|-------------|--------|-------|--------|-------|
|             | INÍCIO | FINAL | INÍCIO | FINAL |
|             | 2015   |       | 2016   |       |
| Bafatá      | 59     | 61    | 65     | 66    |
| Biombo      | 36     | 30    | 33     | 28    |
| Cacheu      | 38     | 36    | 35     | 33    |
| Gabu        | 71     | 71    | 70     | 67    |
| Oio         | 56     | 51    | 48     | 45    |
| Quinara     | 50     | 49    | 60     | 52    |
| Tombali     | 56     | 56    | 43     | 43    |
| SAB         | 37     | 34    | 29     | 32    |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Estes indicadores construídos com médias aritméticas escondem a disparidade de condições em que as escolas funcionam. Se tal é visível nas fotografias tiradas pelos inquiridores, pode perceber-se melhor com a Tabela 2.2 ficamos com uma ideia das desigualdades existentes. Em escolas onde cada professor tem a seu cargo um número de alunos como os máximos dessa Tabela não há nenhuma qualidade de ensino mesmo funcionando por turnos.

Tabela 2.2 - Valor Máximo, Médio e Mínimo de alunos por professor no início do ano nas escolas (1ª-6ª classe)

| Região/Anos | Número |       |        |        |       |        |
|-------------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|
|             | 2015   |       |        | 2016   |       |        |
|             | Máximo | Média | Mínimo | Máximo | Média | Mínimo |
| Bafatá      | 236    | 59    | 17     | 145    | 65    | 26     |
| Biombo      | 96     | 36    | 20     | 93     | 33    | 19     |

|         |     |    |    |     |    |    |
|---------|-----|----|----|-----|----|----|
| Cacheu  | 68  | 38 | 14 | 68  | 35 | 16 |
| Gabu    | 177 | 71 | 33 | 139 | 70 | 38 |
| Oio     | 97  | 56 | 26 | 102 | 48 | 27 |
| Quinara | 105 | 50 | 29 | 112 | 60 | 26 |
| Tombali | 94  | 56 | 31 | 63  | 43 | 29 |
| SAB     | 52  | 37 | 29 | 58  | 29 | 13 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

### 3. DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA ONDE HAJA ENSINO BÁSICO (1ª-6ª CLASSE).

Com exceção de Bafatá não houve alterações significativas em relação a 2015. No SAB verificou-se que a presunção da distância ser 1 km pouco se alterou com uma medida mais rigorosa. Note-se que as localidades inquiridas não são as mesmas embora possa haver repetições de escolas nos bairros de Bissau e no perímetro das maiores cidades.

As distâncias médias recolhidas para as regiões são as da Tabela 3.1:

Tabela 3.1 - Distância entre habitação e uma escola de ensino básico

| Região<br>/Anos | KM   |      |
|-----------------|------|------|
|                 | 2015 | 2016 |
| Bafatá          | 6.0  | 8.0  |
| Biombo          | 3.0  | 4.0  |
| Cacheu          | 2.0  | 3.0  |
| Gabu            | 2.70 | 3.0  |
| Oio             | 2.0  | 2.0  |
| Quinara         | 0.78 | 0.7  |
| Tombali         | 2.0  | 2.5  |
| SAB             | 1.0  | 0,95 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Se calcularmos uma média simples temos a distância de 3,0 km quando no ano de 2015 tínhamos 2,4 km. Se retirarmos o SAB temos uma distância média de 3,3 km (2,6 para 2015). Ou seja confirma-se que cada criança fora de Bissau tem a escola mais próxima a uma média de cerca de 3 km de distância, com certeza mais curta nas cidades/vilas das regiões e mais longe no espaço rural. Este indicador depende do número de escolas a funcionar e influencia o abandono precoce pois quanto mais longe de casa mais propenso o abandono, se a escola funciona mal. Bafatá mantém uma distância média superior a qualquer outra região, contribuindo para a taxa que se verifica nesse indicador.



Fotografia 6 - Manifestação de alunos pelo começo das aulas em Cacheu

# DIREITO À SAÚDE

## 4. DISTÂNCIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E O LOCAL ONDE EXISTA CONSULTA PRÉ-NATAL

Este indicador foi escolhido para obviar à relatividade da distância entre a habitação e o local de assistência de saúde conforme as patologias (Sangreman, 2015). Ou seja 3 km podem ser pouco ou muito conforme a doença de que padece quem tenha de os percorrer.

Tabela 4.1 - Distância entre habitação e um local onde exista consulta pré-natal

| Região<br>/Anos | KM   |      |
|-----------------|------|------|
|                 | 2015 | 2016 |
| Bafatá          | 7    | 7    |
| Biombo          | 7.4  | 5    |
| Cacheu          | 8    | 7    |
| Gabu            | 5.2  | 6    |
| Oio             | 10   | 11   |
| Quinara         | 10.8 | 12   |
| Tombali         | 8    | 7    |
| SAB             | 2.1  | 1,7  |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Em relação à amostra do ano anterior os resultados obtidos não têm um agravamento ou uma melhoria significativa. Em Quinara e Oio as distâncias a percorrer para uma grávida têm dois dígitos e contribuem para que as mulheres não possam exercer o seu direito à saúde em condições aceitáveis para o seu estado de gravidez. Mesmo considerando as restantes regiões apenas o SAB pode ser considerado como aceitável (para mais sendo onde existem mais alternativas a transportes) se continuarmos a considerar como no ano de 2014 que no espaço rural guineense, andar a pé, 3 – 4 km seja aceitável mas e 6 -8 km já seja uma distância difícil de percorrer para uma mulher grávida. A melhoria na região do Biombo tanto pode corresponder a um melhor funcionamento dos postos de saúde como a uma diferente escolha de localidades.

## 5. CUSTO DA PRIMEIRA CONSULTA PRÉ-NATAL (CARTÃO, ANÁLISE E CONSULTA) POR LOCAL ONDE SEJA POSSÍVEL FAZER ESSA CONSULTA

Este indicador fornece elementos de grande diferenciação entre as regiões como podemos ver na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Custo total médio de consulta pré-natal

| Número de ordem | Região  | Custo em FCFA |      |
|-----------------|---------|---------------|------|
| -               | Oio     | 1482          | n.i. |
| 2               | Quinara | 1800          | 1388 |
| 1               | Biombo  | 3825          | 500  |
| 3               | Bafatá  | 2391          | 1914 |
| 4               | Cacheu  | 2700          | 2762 |
| 5               | SAB     | 10054         | 3300 |
| 6               | Gabu    | 3195          | 3779 |
| 7               | Tombali | 4250          | 7321 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016



Se considerarmos o custo como um indicador de acesso, ou seja quanto mais alto for o custo mais baixo é o acesso a este tipo de serviço de saúde, temos a escala por regiões apresentada na mesma tabela.

Tabela 5.2 - Custo médio de cartão, consultas e análise de consulta pré-natal

| Região  | CUSTO EM FCFA |        |         |       |
|---------|---------------|--------|---------|-------|
|         | Consulta      | Cartão | Análise | Total |
| Bafatá  | 0             | 0      | 1914    | 1914  |
| Biombo  | 0             | 0      | 500     | 500   |
| Cacheu  | 0             | 717    | 2045    | 2762  |
| Gabu    | 0             | 3779   | 0       | 3779  |
| Oio     | n.i.          | N.I.   | N.I.    | N.I.  |
| Quinara | 0             | 0      | 1388    | 1388  |
| Tombali | 0             | 0      | 3300    | 3300  |
| SAB     | 2415          | 1325   | 3581    | 7321  |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Mas o que acontece na realidade (Tabela 5.2) é que o número de regiões que passou a ter apoio de projetos aumentou estes dois anos. Por exemplo Bafatá tem 14 centros onde a análise é grátis e outros 17 onde custa uma média de 1904 FCFA; Biombo tem 3 centros onde a análise custa uma média de 500 FCFA e outros 18 onde é grátis, Tombali tem 2 centros onde o custo médio da análise é 3.300 FCFA e 12 onde é grátis, etc... Aliás em duas das regiões inquiridas a população começou a referir-se ao Centro de Saúde como “hospital” embora os médicos não o façam como forma de afirmar que as funções/capacidades têm aumentado. Assim as recolhas perdem validade quando se comparam custos.

Se esses projetos têm ou não adquirido sustentabilidade de forma a poderem continuar mesmo que os financiadores externos se retirem, não temos informação. Mas o que nos dizem os inquiridores é que nos períodos em que um projeto interrompe o funcionamento os custos sobem imediatamente.

Há portanto uma melhoria no acesso a consultas pré-natal, que é um fator importante na mortalidade infantil, mas assente em bases frágeis, dependendo num grau que julgamos alto das políticas de cooperação e ajuda internacional.



Fotografia 7 – Consulta no Biombo

Tabela 5.3 - Dias de consumo de arroz expressos em custos de consulta pré natal (\*)

| Região<br>/Anos | Custo de saco de arroz de 50 Kg |       | Dias |      |
|-----------------|---------------------------------|-------|------|------|
|                 | 2015                            | 2016  | 2015 | 2016 |
| Bafatá          | 16000                           | 17500 | 4.5  | 3,3  |
| Biombo          | 17500                           | 16500 | 6.6  | 0,9  |
| Cacheu          | 17000                           | 17000 | 4.8  | 4,9  |
| Gabu            | 16500                           | 16250 | 5.8  | 7,0  |
| Oio             | 17000                           | 17500 | 2.6  | n.i. |

|         |       |       |      |      |
|---------|-------|-------|------|------|
| Quinara | 17500 | 17500 | 3.1  | 2,4  |
| Tombali | 15000 | 17500 | 8.5  | 5,7  |
| SAB     | 17500 | 16500 | 17.2 | 13,3 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

(\*) Considerando que cada agregado familiar consome um saco de 50kg de arroz por mês.

Para procurarmos perceber se estes custos são ou não elevados podemos comparar com o preço do saco de arroz de 50 kg <sup>13</sup> comprado no mercado da capital da região (Tabela 5.3) verificando que tal percentagem varia entre menos de um dia (Biombo) a 13 dias (SAB). A melhoria que referimos, entre 2015 e 2016, dos custos da consulta pré-natal atenua a dificuldade das mulheres grávidas irem a estas consultas, mas sobretudo no SAB ainda se mantém muito altos.

## 6. CUSTO DE 5 MEDICAMENTOS (PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA, DORES E HIDRATAÇÃO INFANTIL)

Este indicador junta preços de medicamentos para as doenças mais vulgares no país que se podem comprar em farmácias ou postos de venda. A sua recolha tem as mesmas limitações do indicador anterior devido a projectos de cooperação/ajuda internacional de distribuição de medicamentos. Em 2016 a dimensão média na família na nossa amostra diminuiu ligeiramente em relação a 2015 (9,7 – 10,3) (ver indicadores de Meios de Subsistência) mas essa diminuição não é suficiente para alterarmos a convicção que com uma estrutura familiar, com a presença simultânea de crianças, jovens e adultos em praticamente todos os agregados, tem uma alta probabilidade de uma família ter estas doenças num ano. No caso do paludismo este indicador refere o medicamento para crises da doença não muito graves (para mais graves ver indicador seguinte).

<sup>13</sup> Note-se que o arroz é objeto de medidas de política que em geral consistem na importação (a preços baixos ou por doação) de sacos, vendidos no mercado a preço fixo definido pelo Governo como forma de baixar o custo.

Tabela 6.1 –Dias de consumo de arroz expressos em custos de medicamentos

| Região /Anos | Custo total de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil |      | Número de dias |      |
|--------------|---|------|----------------|------|
|              | 2015  | 2016 | 2015           | 2016 |
| Bafatá       | 3692  | 2940 | 6,9            | 5,0  |
| Biombo       | 3268  | 1596 | 5,6            | 2,9  |
| Cacheu       | 1230  | 825  | 2,2            | 1,5  |
| Gabu         | 3079  | 2931 | 5,6            | 5,4  |
| Oio          | 5038  | 4880 | 8,9            | 8,6  |
| Quinara      | 3361  | 3105 | 5,8            | 4,5  |
| Tombali      | 681   | 559  | 1,4            | 1,0  |
| SAB          | 5298  | 5522 | 9,1            | 10,0 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Tabela 6.2 - Custo de paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil

| Região  | Paludismo | Febre | Diarreia | Dores | Hidratação | TOTAL |
|---------|-----------|-------|----------|-------|------------|-------|
| Bafatá  | 910       | 470   | 460      | 580   | 520        | 2940  |
| Biombo  | 0         | 310   | 905      | 381   | 0          | 1596  |
| Cacheu  | 0         | 825   | 0        | 0     | 0          | 825   |
| Gabu    | 849       | 523   | 471      | 495   | 593        | 2931  |
| Oio     | 826       | 921   | 1682     | 694   | 865        | 4988  |
| Quinara | 276       | 1238  | 369      | 1081  | 141        | 3105  |
| Tombali | 300       | 100   | 159      | 100   | 0          | 559   |
| SAB     | 1553      | 1154  | 1116     | 1278  | 422        | 5522  |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Se tomarmos os custos como um indicador de possibilidade de acesso, então é evidente que o acesso a medicamentos não é o mesmo para todo o país. Se considerarmos que o valor zero na recolha de custos significa que o medicamento é doado às populações pelas estruturas de saúde com fundos de algum projeto de cooperação internacional, então temos que Cacheu está melhor que qualquer outra. Para a região de Tombali os preços recolhidos só podem significar que existem projetos que distribuem esses medicamentos diretamente ou através das farmácias baixando a custo total. O exemplo mais claro é Cacheu que era uma das regiões mais caras em 2014, e passou nos anos seguintes a ter um dos custos mais baixos. Como consequência o custo medido em dias de consumo de arroz diminuem tornando os medicamentos mais acessíveis (Tabela 6.1) exceto no SAB onde se mantém estável.

Com esta presença de projectos, o acesso à saúde melhora (inverso dos custos) e mantém-se em 2016 a ausência de um mercado definidor de preços via oferta e procura.

## 7. CUSTO DE CONSULTA, EXAMES, ANÁLISES, MEDICAMENTOS, SORO E OUTROS PARA PALUDISMO DE 3 CRUZES

Este indicador completa o anterior procurando saber o custo de acesso a saúde no caso de uma situação mais grave de paludismo. Do debate com os inquiridores concluiu-se que a situação mais frequente, mais grave, tratável no país era o paludismo de 3 cruzes. Ou seja um paludismo que pode matar o doente se não for tratado apesar de a escala contemplar 5 cruzes como valor máximo. Assim, definiu – se um padrão de tratamento composto por exames, medicamentos, soro e outros e recolheram-se informações sobre o custo de cada. Os resultados para 2015 e 2016 estão na Tabela 7.1

Tabela 71 - Dias de consumo de arroz expresso em custos de tratamento

| Região<br>/Anos | Custo total de medicamentos<br>para paludismo, febre, diarreia e<br>hidratação infantil |        | Dias |      |
|-----------------|---|--------|------|------|
|                 | 2015  | 2016   | 2015 | 2016 |
| Bafatá          | 4.895   | 5.961  | 9.2  | N.I. |
| Biombo          | 6.169   | 4.319  | 10.6 | 7,9  |
| Cacheu          | 1.277   | 2.275  | 2.3  | 4,0  |
| Gabu            | 17.427  | 12.941 | 31.7 | 23,9 |
| Oio             | 7.269   | 8.869  | 12.8 | 15,2 |
| Quinara         | 15.615  | 23.930 | 26.8 | 41,0 |
| Tombali         | 7.120   | 3.322  | 14,2 | 5,7  |
| SAB             | 19.252  | 26.235 | 33.0 | 47,7 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Coerente com os preços do indicador anterior temos Tombali (este com uma descida que precisaria de uma verificação local) e Cacheu com custos mais baixos mantendo-se o Setor Autónomo como o mais caro. Não se recolheu este indicador em Bafatá. As variações não permitem ter um padrão geral; numa região os custos sobem (SAB, Oio, Cacheu) noutras baixam (Biombo, Gabu e Tombali). Tal deve-se provavelmente a existência ou não de projetos que financiam os medicamentos para esta patologia mas a consequência é que para a população o acesso a saúde se torna instável, num ano sendo acessível no seguinte já não.

Utilizando a mesma escala que o indicador anterior, teríamos os dias, expressos em custo de arroz diário, indicadas na última coluna da Tabela 7.1 e que tem para o SAB, Oio e Gabu valores que para muitas famílias devem ser impossíveis de cobrir sem endividamento.



Fotografia 8 – Mulher saindo de consulta

## 8. PESSOAL DE SAÚDE POR HOSPITAIS, CENTROS OU UNIDADES DE BASE POR REGIÃO (MÉDICO, ENFERMAGEM, PARTEIRA, AUXILIAR DE SAÚDE E AGENTES DE SAÚDE COMUNITÁRIOS)

A construção deste indicador parte da tese que os profissionais de saúde no serviço público exercem apenas numa instituição, eventualmente acumulando com actividade privada (em clinicas de privados, de missões religiosas ou consultórios individuais). Uma vez que essa situação profissional é vista como estando nas margens da legalidade, não se consegue inquirir, nem junto das instituições nem junto dos próprios profissionais, embora seja vulgar a referencia a essa prática em conversas com dirigentes de centros de saúde. Continuamos convictos que o mesmo profissional pode trabalhar num hospital durante um período do dia ou da semana e num centro de saúde ou noutro hospital no restante período, sendo pago por ambos. Essa prática implica que este indicador deva ser lido como os profissionais que prestam serviço no local inquirido sem mais referências. Ou seja interessa-nos ler este indicador a partir do acesso das famílias a pessoal de saúde mesmo que esse pessoal multiplique os seus locais de trabalho.

Mas o indicador comparável em 2014 e 2015 é o número de habitantes por tipo

de pessoal médico ou enfermeiros bem como o número de mulheres por parteiras, calculado a partir da amostra recolhida e da população do recenseamento de 2009 (ver ponto de metodologia).

Tabela 8.1 - Número de habitantes por profissionais de saúde

| Região  | Número  |             |                                 |         |             |                                 |
|---------|---------|-------------|---------------------------------|---------|-------------|---------------------------------|
|         | 2015    |             |                                 | 2016    |             |                                 |
|         | Médicos | Enfermeiros | Número de mulheres por Parteira | Médicos | Enfermeiros | Número de mulheres por Parteira |
| Bafatá  | 3684    | 3231        | 9423                            | 2308    | 2121        | 2962                            |
| Biombo  | 24280   | 3133        | 9858                            | 24280   | 2023        | 4929                            |
| Cacheu  | 8750    | 2831        | 8811                            | 8750    | 2790        | 8077                            |
| Gabu    | 30790   | 3781        | 26504                           | 30790   | 3716        | 21203                           |
| Oio     | 16046   | 4405        | 8005                            | 37441   | 9767        | 16009                           |
| Quinara | 12722   | 1078        | 5891                            | 21203   | 1928        | 6185                            |
| Tombali | 15823   | 1899        | 23495                           | 13563   | 1862        | 15663                           |
| SAB     | 4459    | 1029        | 1977                            | 5968    | 1830        | 2485                            |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Verificamos que há um maior acesso a médicos em Tombali e Bafatá, menor acesso em Oio e as restantes mantem-se constantes. Já para os enfermeiros o acesso piora no SAB e em Oio e melhora ligeiramente nas restantes. O mesmo no que respeita a mulheres por parteira, sendo que neste caso os dados de Quinara são surpreendentes mas o inquiridor confirma. A diminuição do acesso a profissionais de saúde em Oio é o mais grave mas não temos informação da sua origem.

Existem ainda dois outros tipos de profissionais – os agentes de saúde e os agentes comunitários de saúde – mas o seu número nas regiões revelou-se muito difícil de determinar seja pela contratação ser muito precária, seja pelo pagamento variar com facilidade seguindo as disponibilidades de verbas. As recolhas efectuadas em 2015 e 2016 constam da Tabela 8.2, mas os números são pouco fiáveis.



Tabela 8.2 - Número de habitantes por agentes de saúde

| Região  | Número                      |                               |                             |                               |
|---------|-----------------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
|         | 2015                        |                               | 2016                        |                               |
|         | Agentes auxiliares de saúde | Agentes de saúde comunitários | Agentes auxiliares de saúde | Agentes de saúde comunitários |
| Bafatá  | 19.092                      | 244                           | 7.778                       | 195                           |
| Biombo  | (*)                         | 537                           | (*)                         | 478                           |
| Cacheu  | (*)                         | 535                           | 24.064                      | 553                           |
| Gabu    | (*)                         | 576                           | 71.843                      | 560                           |
| Oio     | 8.640                       | 808                           | 44.929                      | 2.080                         |
| Quinara | (*)                         | 167                           | (*)                         | 1010                          |
| Tombali | (*)                         | (*)                           | 23.735                      | (*)                           |
| SAB     | 14.920                      | 4.910                         | 64.652                      | (*)                           |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

(\*) Não foram recolhidos ou não existem.

Para o cálculo deste indicador utilizámos os dados recolhidos pelo Observatório e os números de população do recenseamento de 2009 já que como já se explicou no ponto sobre amostragem não existem projecções demográficas para as regiões a não ser aquelas que assentam em taxas médias de crescimento dos recenseamentos realizados no país<sup>14</sup> (válidas apenas para grandes números) pois os dados de base regionalizados sobre mortalidade, natalidade e migrações (internas ou para o exterior) não existem ou não são fiáveis. Um indicador mais utilizado internacionalmente mas menos legível de imediato é o número de médicos por 1000 habitantes. A Guiné Bissau está um pouco acima do Senegal e abaixo da Gâmbia (segundo a base de dados da OMS).

<sup>14</sup> Depois da independência foram efectuados os recenseamentos de 1979, 1991 e 2009.

Tabela 8.3 - Médicos por 1000 habitantes

| Região  | Permilagem (‰) |      |
|---------|----------------|------|
|         | 2015           | 2016 |
| Bafatá  | 0.27           | 0,43 |
| Biombo  | 0.04           | 0,04 |
| Cacheu  | 0.11           | 0,11 |
| Gabu    | 0.03           | 0,03 |
| Oio     | 0.06           | 0,03 |
| Quinara | 0.08           | 0,05 |
| Tombali | 0.06           | 0,07 |
| SAB     | 0.22           | 0,17 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

As variações são ínfimas exceto em Bafatá para melhor e Oio e o SAB para pior.

Em geral comparando 2015 e 2016, o SAB seguido de Cacheu estavam melhores providos de recursos de saúde para uma maior garantia que o direito de acesso seja cumprido.

# DIREITO À HABITAÇÃO, ENERGIA, ÁGUA E SANEAMENTO

## HABITAÇÃO

### 9. NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO

Este indicador procura dar informação sobre a qualidade de vida da população partindo do princípio que o número de pessoas por quarto deve ser entre 1 e 2<sup>15</sup>. Note-se que não se pode utilizar a definição de “quarto para dormir” pois é vulgar a utilização para diferentes atividades familiares da mesma divisão da habitação, sobretudo para as pessoas mais pobres que têm poucos móveis de casa.

Tabela 9.1 - Número de pessoas por quarto

| Região  | Número |      |
|---------|--------|------|
|         | 2015   | 2016 |
| Bafatá  | 3.6    | 3,7  |
| Biombo  | 2.5    | 2,5  |
| Cacheu  | 2.8    | 2.5  |
| Gabu    | 2.3    | 2,4  |
| Oio     | 2.5    | 2,5  |
| Quinara | 2.3    | 2.0  |

15 Na base de dados da ONU (<http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/>) não encontramos dados para este indicador referidos aos países da sub-região excepto para a Gâmbia mas só de 1993. Nessa base, de uma forma geral os países mais desenvolvidos tem este indicador abaixo de 1 e os países em desenvolvimento acima de 2 mas inferior a 3.

|         |     |     |
|---------|-----|-----|
| Tombali | 2.8 | 2,8 |
| SAB     | 3.1 | 2,6 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Nenhuma das regiões da Guiné-Bissau tem valores nesse intervalo de referência. O SAB é a única região que melhora de forma clara, apesar de ser a capital que deveria atrair populações do interior rural e urbano de menor dimensão. O que pode significar que a cidade ainda tem terreno para construção que continua a espalhar a população por uma área que evita a aglomeração cada vez maior nas habitações.

#### 10. NÚMERO DE CASAS ONDE SE PODE VER MELHORIAS, EM PERCENTAGEM

Este indicador parte do princípio que a melhoria da habitação, no interior e no exterior, é um dos primeiros investimentos que uma família faz quando dispõe de alguma poupança ou de algum acesso extra a recursos. Essas estratégias melhoram o direito a uma habitação digna e estão centradas na capacidade privada e não na pública ou estatal.



Fotografia 9 – Casa com tecto em colmo em Gabu

Em 2016 os inquiridores recolheram muitas fotografias mostrando painéis solares em habitações com condições de paredes e soalho muito diferentes. Tal fenómeno recente pode vir a suplantar as tradicionais melhorias mais imediatas de compra de chapas de zinco para telhados, portas em madeira e janelas com caixilhos e vidros, mas este indicador pretende reportar a subida na qualidade de vida e os painéis são um elemento que permite essa melhoria mesmo que seja apenas para carregar telemóveis e ter alguma lâmpada de iluminação nocturna.



Fotografia 10 – Casa com painéis solares em Cacheu

Observaram-se um número de casas e dessas registaram-se aquelas onde se podia ver melhorias a partir da exterior. Os inquiridores quando a situação não era clara perguntavam ao residente mas não inquiriam melhorias não visíveis da rua nem entravam nas habitações. Enquanto na amostra de 2015, observaram um número muito superior de habitações melhoradas, em relação a 2014, na recolha de 2016 a evolução não é tão clara. Na Tabela 10.1 pode verificar-se que há uma melhoria no SAB mas as restantes são marginais. O mesmo se pode dizer para as descidas significativas em

Cacheu mas as restantes são muito pequenas. Se considerarmos que Cacheu, sem o sector de Bigene, e São Domingos com a recolha parcial feita, são fiáveis, podemos afirmar que houve em geral uma retracção no processo das famílias melhorarem as suas habitações.

Tabela 10.1 - Casas melhoradas em % das observada

| Região  | Permilagem (%) |      |
|---------|----------------|------|
|         | 2015           | 2016 |
| Bafatá  | 41.6           | 42   |
| Biombo  | 19.9           | 15   |
| Cacheu  | 39.1           | 25   |
| Gabu    | 21.8           | 16   |
| Oio     | 12.9           | 16   |
| Quinara | 22.7           | 33   |
| Tombali | 50.8           | 44   |
| SAB     | 54.3           | 64,5 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

A percentagem de casas observadas com água canalizada é diminuta como se pode ver na Tabela 10.2, excepto no SAB onde atinge um terço das observadas. Na realidade só se pode considerar que existe água canalizada em Bissau. No resto do país não existe como elemento que contribua minimamente para o bem-estar das populações e para o seu direito de acesso a água. Tal leva a que o transporte de água continua a ser uma actividade a que as famílias tem de dedicar tempo ou gastar recursos a adquirir.

Tabela 10.2 - Casas melhoradas em % das observada

| Região  | Permilagem (‰) |      |
|---------|----------------|------|
|         | 2015           | 2016 |
| Bafatá  | 1.9            | 2,0  |
| Biombo  | 0.1            | 0,6  |
| Cacheu  | 0.0            | 0,8  |
| Gabu    | 0.6            | 0,7  |
| Oio     | 2.0            | 2,0  |
| Quinara | 5.3(*)         | 0,2  |
| Tombali | 0.5            | 0,6  |
| SAB     | 29.6           | 29   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

(\*) Este valor está inflacionado pelo número de habitações com água canalizada do Bairro de Praça em Buba. Se tirarmos essas casas da amostra ficamos com uma percentagem de 1,9 em vez de 5,3.

## DIREITO A ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

### 11. NÚMERO DE POÇOS TRADICIONAIS, MELHORADOS, COM BOMBA A FUNCIONAR, EXISTÊNCIA DE ÁGUA CANALIZADA.

Sem estruturas para água canalizada, e portanto com maiores probabilidades de ser tratada, o acesso a água faz-se por poços tradicionais, tradicionais melhorados e poços com bomba de extração. Estes poços melhorados podem não ter a água tratada diretamente mas a sua estrutura dificulta a infiltração de resíduos ou outras águas contaminadas ou simplesmente sujas.



Fotografia 11 - Fontanário público em Tombali

Assim quanto melhores poços existem numa região melhor a qualidade de acesso a água e logo melhor o direito de acesso a essa componente de uma vida de qualidade.

Se a amostra de 2015 mostrava uma realidade mais equilibrada, a de 2016 apresenta, como se pode verificar na Tabela 11.1 uma dominância clara dos poços não tradicionais não melhorados. Mesmo o SAB não tem a maioria dos poços melhorados embora esteja melhor que qualquer outra região. Este indicador varia no médio longo prazo porque não há uma política concretizada para assegurar o direito a água à população. A utilização de água não tratada tem reflexos na prevalência de doenças como a disenteria e na mortalidade infantil.

As fotografias de 2016 mostram em duas regiões fontanários públicos a funcionar com torneiras. É uma melhoria decorrente de projectos de cooperação mas ainda pouco espalhada.



Tabela 11.1 - Poços de água por tipos de construção em % do total existente

| REGIÃO  | POÇOS TRADICIONAIS | POÇOS TRADICIONAIS MELHORADOS | POÇOS COM BOMBA DE EXTRACÇÃO A FUNCIONAR |
|---------|--------------------|-------------------------------|--|
| Bafatá  | 71                 | 15                            | 12                                       |
| Biombo  | 45                 | 29                            | 19                                       |
| Cacheu  | 89                 | 7                             | 3,2                                      |
| Gabu    | 69,3               | 21                            | 9  |
| Oio     | 56                 | 23                            | 19                                       |
| Quinara | 57                 | 27                            | 16                                       |
| Tombali | 80                 | 7,8                           | 11,7                                     |
| SAB     | 39,5               | 27,3                          | 4,3                                      |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

## ENERGIA

### 12. NÚMERO DE CASAS DE HABITAÇÃO ILUMINADAS PARTE DA NOITE COM LÂMPADAS ELÉTRICAS ALIMENTADAS POR ENERGIA DE QUALQUER FONTE (EM GERAL REDE, GERADOR OU PAINEL SOLAR), EM PORCENTAGEM

Este indicador mede a capacidade duma família suportar uma despesa para ter a casa iluminada por luz elétrica. A situação da rede pública melhorou depois das eleições de 2014 sobretudo em 2015 e manteve-se em 2016 com falhas ocasionais, a acreditar nas notícias de jornais, televisão e rádio.



Fotografia 12 – Rua iluminada no Biombo

Para a nossa amostra como se pode ver na Tabela 12.1 houve uma tendência para melhorar (Bafatá, Cacheu, Biombo, Oio e Quinara) ou para se manter no mesmo nível (Tombali e SAB) com realce para a região do Biombo que quase duplica as casas iluminadas. Apenas Gabu baixou o número, contrariando a tendência. Essa tendência é coerente com o maior número de painéis solares que os inquiridores fotografaram nas regiões.

Tabela 12.1 - Casas iluminadas com luz elétrica em % das observadas

| Região  | Permilagem (%) |      |
|---------|----------------|------|
|         | 2015           | 2016 |
| Bafatá  | 15.0           | 22   |
| Biombo  | 8.2            | 15   |
| Cacheu  | 7.1            | 11   |
| Gabu    | 18.8           | 15   |
| Oio     | 11.3           | 13   |
| Quinara | 16.7           | 28   |
| Tombali | 21.7           | 21   |
| SAB     | 66.7           | 67,2 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

## SANEAMENTO

### 13. DESPEJO DE LIXO

Este indicador é inquirido junto das famílias escolhidas pela metodologia já explicitada no respectivo ponto, podendo cada uma utilizar vários meios para se desfazer do lixo acumulado. Na amostra de 2016 as indicações de 2015 mantêm-se: o sistema de esgotos/despejo de lixo é sobretudo feito por queima dos mesmos (incineração) ou de “esgotos selvagens”. Estes últimos são as denominadas lixeiras a céu aberto que predominavam em 2015 em Quinara e Cacheu, e em 2016 se espalham por mais regiões<sup>16</sup>, sem tratamento nenhum, exceto ocasionais incêndios e a limpeza feita pelos jagudis<sup>17</sup>. O direito a uma qualidade de vida que não seja influenciada pela forma de saneamento tem vindo a piorar.

<sup>16</sup> A evolução de Quinara quanto aos esgotos selvagens não é credível, mesmo considerando que não foram inquiridas famílias em dois sectores (Empada e Fulacunda).

<sup>17</sup> Aves da espécie dos abutres de porte médio sem medo de contato com os humanos que se alimentam do lixo mesmo no meio da cidade. Os corvos de papo branco também têm a mesma atividade.

Tabela 13.1 - Destino do lixo dos agregados familiares por tipo de destino

| TIPO DE DESTINO DO LIXO | NÚMERO DE FAMÍLIAS E PERCENTAGEM |        |        |      |      |         |         |      |       |
|-------------------------|----------------------------------|--------|--------|------|------|---------|---------|------|-------|
|                         | REGIÕES                          |        |        |      |      |         |         |      |       |
|                         | Bafatá                           | Biombo | Cacheu | Gabu | Oio  | Quinara | Tombali | SAB  | TOTAL |
| Esgotos públicos        | 1                                | 0      | 0      | 0    | 1    | 0       | 1       | 4    | 7     |
| %                       | 14,3                             | 0      | 0      | 0    | 14,3 | 0       | 14,3    | 57,1 | 100   |
| Retirada                | 76                               | 15     | 0      | 0    | 0    | 25      | 0       | 54   | 170   |
| %                       | 44,7                             | 8,8    | 0,0    | 0,0  | 0,0  | 14,7    | 0,0     | 31,8 | 100   |
| Incineracão             | 77                               | 29     | 8      | 89   | 45   | 2       | 35      | 98   | 383   |
| %                       | 20,1                             | 7,6    | 2,1    | 23,2 | 11,7 | 0,5     | 9,1     | 25,6 | 100   |
| Enterro                 | 10                               | 2      | 0      | 2    | 11   | 8       | 1       | 4    | 38    |
| %                       | 26,3                             | 5,3    | 0,0    | 5,3  | 28,9 | 21,1    | 2,6     | 10,5 | 100   |
| Esgotos selvagens       | 52                               | 4      | 87     | 9    | 25   | 0       | 50      | 44   | 271   |
| %                       | 19,2                             | 1,5    | 32,1   | 3,3  | 9,2  | 0,0     | 18,5    | 16,2 | 100   |
| Outros                  | 0                                | 0      | 0      | 0    | 0    | 0       | 0       | 0    | 0     |
| %                       | 0                                | 0      | 0      | 0    | 0    | 0       | 0       | 0    | 0     |
| Total                   | 216                              | 50     | 95     | 100  | 82   | 35      | 87      | 204  | 869   |
|                         | 24,9                             | 5,8    | 10,9   | 11,5 | 9,4  | 4,0     | 10,0    | 23,5 | 100   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Note-se que estamos a inquirir o destino do lixo e não de sistemas de esgotos ou de despejo de líquidos caseiros. Mas é sintomático que em nenhuma das amostras os esgotos públicos são referidos como significativos mesmo no SAB. O padrão na evolução noutras zonas do mundo é que estas lixeiras, se não forem tratadas, se tornam um grande problema de saúde à medida que as cidades e o nível de consumo das populações vão crescendo.



Fotografia 13 - Retirada de lixo em Cacheu

## DIREITO À JUSTIÇA

### 14. DISTÂNCIA DO LOCAL DE HABITAÇÃO A UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Este indicador é revelador do acesso à Justiça num país onde os transportes públicos são fracos, as estradas pouco tratadas e o funcionamento processual dos tribunais leva a demoras e ao não cumprimento frequente dos prazos legais<sup>18</sup>. Todo este ambiente externo do acesso à Justiça implica que a distância e o custo de a percorrer sejam tomados em conta na decisão de apresentar ou não uma questão a um tribunal ou a outras instancias como a polícia e as autoridades tradicionais. Os tribunais de setor, mesmo quando existem, só em parte resolvem estes problemas dado o seu âmbito restrito de funções.

---

<sup>18</sup> Veja-se Santos, A.F., Sangreman, C e Martins, L.V. (2015), A Qualidade da Justiça na Guiné – Bissau, 2014-2015, PNUD, Bissau.

Tabela 14.1 - Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km)

| Região/Anos | Km   |      |
|-------------|------|------|
|             | 2015 | 2016 |
| Bafatá      | 16   | 17   |
| Biombo      | 15   | 20   |
| Cacheu      | 15   | 14   |
| Gabu        | 29   | 39   |
| Oio         | 17   | 18   |
| Quinara     | 50   | 52   |
| Tombali     | 33   | 33   |
| SAB         | 2    | 2,5  |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016.

Se, em geral, e com exceção do SAB, as distâncias são significativas, para Quinara, Tombali e Gabu implicam uma ausência do recurso a tribunais a não ser depois de esgotadas todas as outras formas possíveis de resolução, cortando o direito de acesso à Justiça da maioria da população.

## 15. ÁREA DAS CELAS POR DETIDO, POR SEXO E POR CENTRO DE DETENÇÃO

Este indicador diz-nos os metros quadrados disponíveis para cada detido como se pode ver na Tabela 15.1. Em diferentes publicações é indicado que a área ideal para uma cela individual é de 3,5 x 2 m ou seja 7 m<sup>2</sup> por detido, e na prisão de Bafatá a cela individual foi concebida com 6 m<sup>2</sup>. Se considerarmos as mesmas áreas por detido para celas coletivas pode afirmar-se que apenas Gabu se aproxima desses valores em 2016.

Tabela 15.1 – Área em m2 de cela nos centros de detenção por género do detido

| REGIÃO  | HOMEM |                | MULHER         |                |
|---------|-------|----------------|----------------|----------------|
|         | 2015  | 2016           | 2015           | 2016           |
| Bafatá  | 2.6   | 2,0            | Não há detidas | Não há detidas |
| Biombo  | 3.3   | 2,0            | Não há detidas | Não há detidas |
| Cacheu  | 1.2   | 0,6            | 0              | Não há detidas |
| Gabu    | 19.7  | 5,0            | Não há detidas | Não há detidas |
| Oio     | 1.4   | n.i.           | Não há detidas | n.i.           |
| Quinara | 2.5   | Não há detidos | Não há detidas | Não há detidas |
| Tombali | 2.2   | 2,9            | Não há detidas | Não há detidas |
| SAB     | 0.8   | 0,6            | 8,3            | 8,3            |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 2016

Não houve nestes dois anos alterações estruturais nas condições de detenção. Ou seja, a evolução verificada é apenas função das pessoas detidas e não de alterações nas instalações dos Centros de Detenção e portanto piora ou melhora conforme o número de detidos. Nalguns centros os responsáveis reportaram mesmo informalmente que são os próprios que decidem se metem mais um detido numa cela sobrelotada ou se libertam detidos para outros caberem, usando o critério de “antiguidade” de detenção. O Relatório da Liga de 2016 é esclarecedor em relação ao SAB. Os números que recolhemos confirmam o que é referido nesse relatório para o SAB que passou de 0,8 para 0,6 metros por detido. Ou seja nessas celas os detidos têm de se deitar para dormir à vez dado o espaço disponível. O direito à Justiça que também contempla as condições de prisão está muito pouco assegurado.

Como podemos ver na Tabela 15.1 as condições de detenção das mulheres são muito melhores que as dos homens. Mas tal deriva de uma prática de não encarceramento de mulheres pela policia, possivelmente com receio de que as más condições das celas originem

outros problemas nomeadamente violações. Em 2015 havia em Cacheu uma detida. Mas como não há cela segura para mulheres, essa detida está no espaço comum do Centro e vai passar as noites em casa. (fonte: inquiridor, Clemente Mendes)

#### FIRST IN FIRST OUT – O BOM SENSO POLICIAL

Num Centro de Detenção de uma esquadra de polícia no centro do país deparamos com celas pequenas, naquele momento com dois detidos cada. Quando perguntamos se é frequente terem mais detidos, dizem-nos que a época da campanha de caju é sempre aquela onde têm mais presos – chamam-lhe a “época alta” em contraste com a “época baixa” noutros meses. Pergunto como alojam os detidos nessa época. Dizem-me – querendo mostrar que sabem algum inglês – que quando as celas estão com a capacidade esgotada usam o princípio do “first in first out”. Perante a minha ignorância explicam que libertam aqueles detidos que estão nas celas há mais tempo, para meterem os recém-chegados. Pelo espanto da minha cara, dizem que são detidos de pequeno roubo, desacatos na via pública ou discussões entre vizinhos. E que não incluem nessa prática os acusados de crimes mais graves. Resolvem assim, com um bom senso surpreendente, a falta de instalações e a lentidão da justiça, evitando que os detidos estejam em condições piores. Não admira que as populações recorram à polícia tantas vezes para fazerem o papel de juízes.

#### 16. ÁREA DAS CELAS, POR PESSOA PRESA, POR SEXO, NA PRISÃO DE BAFATÁ E NA DE MANSOA

Na Tabela 16.1 pode-se ver que as condições de espaço nas prisões de Bafatá e de Mansoa são idênticas genericamente às dos Centros de Detenção e não se alteraram de 2015 para 2016. Melhores em Bafatá que em Mansoa, mas ainda assim abaixo dos valores padrão. No caso de Mansoa meio metro de cela para cada preso leva-nos a pensar que os presos estão fora das celas a maior parte do tempo, dormindo por turnos (tal como a LGDH denuncia no Centro de Detenção da Judiciária em Bissau).



Aliás a dificuldade em ter dados e, para os inquiridores, tirarem fotografias (que é fácil nos Centros de detenção mas difícil nas prisões) são indiciadoras de condições de cumprimento de penas que os responsáveis evitam mostrar. No total dos anos de 2015 e 2016 os inquiridores não registaram a presença de mulheres presas.

Tabela 16.1 - Área em m2 de cela nas prisões de Mansoa e de Bafatá por género detido

| REGIÃO     | ÁREA EM M2 DE CELAS DE PRISÃO POR DETIDO HOMEM. |      | ÁREA EM M2 DE CELAS DE PRISÃO POR DETIDO MULHER |                |
|------------|---|------|---|----------------|
|            | 2015  | 2016 | 2015  | 2016           |
| Bafatá     | 1.33  | 1,3  | Não há detidas                                  | Não há detidas |
| Mansoa/Oio | 0,49  | 0,5  | Não há detidas                                  | Não há detidas |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

## 17. CONDIÇÕES DAS ZONAS DE CELAS NAS PRISÕES DE BAFATÁ E DE MANSOA E NOS CENTROS DE DETENÇÃO (VENTILAÇÃO, ACESSO A ÁGUA, ALIMENTAÇÃO, COBERTURA, DORMITÓRIO)

Este é um indicador de direito ao acesso a Justiça que inclui o tratamento digno das pessoas que cometeram delitos e estão a cumprir pena no caso das prisões ou em processo de instrução ou julgamento no caso dos centros de detenção e portanto ainda sob a presunção de inocência. É um dos indicadores com mais impacto junto dos decisores de políticas sociais pois é a prova evidente daquilo que ainda tem de ser feito antes de se poder considerar que o direito à justiça está a ser cumprido.

As populações e os próprios guardas têm tendência para apelidar os Centros de cadeias ou prisões, em particular o Centro da Polícia Judiciária em Bissau. E supomos que a morosidade dos processos implica que haja estadias prolongadas de acusados nestas instalações.



Fotografia 14 - Cella de Centro de Detenção 7ª Esquadra SAB

Pelos dados recolhidos e como se pode verificar na Tabela 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4, as condições dos Centros de Detenção variam bastante entre regiões mas podem resumir-se no seguinte

/ As condições de dormitório mantém-se nos três anos de inquirição: são más ou péssimas; como se vê nas fotos das celas os detidos dormem no chão em cima de esteiras com ou sem algum pano/cobertor a tapá-los.

/ A ventilação é má ou regular;

/ A cobertura na sua maioria é boa e razoável apesar de existirem centros com classificação de má, o que questiona a segurança dos mesmos;

/ Não existe acesso livre a água, ou seja os detidos têm de pedir aos guardas se podem beber água;

/ Não são fornecidas refeições, nem é permitido aos detidos cozinhar ou aquecer a comida que lhes é dada do exterior e que passa necessariamente pela inspeção dos guardas .

Pelas fotografias de Gabu tomamos nota que há celas com tapetes no chão supomos que por respeito a detidos muçulmanos. Ignoramos se tal prática existe noutros centros.

Tabela 17.1 - Condições das zonas de detenção nos Centros de Detenção

| TIPOS DE CONDIÇÃO    | CLASSIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO |          |         |    |         | TOTAL |
|----------------------|---------------------------|----------|---------|----|---------|-------|
|                      | Boa                       | Razoável | Regular | Má | Péssima |       |
| Ventilação           | 7                         | 0        | 13      | 18 | 0       | 38    |
| Cobertura            | 15                        | 9        | 0       | 14 | 0       | 38    |
| Dormitório           | 0                         | 0        | 0       | 24 | 14      | 38    |
|                      | Não tem                   |          | Tem     |    |         |       |
| Acesso a água        | 37                        | 1        |         |    |         | 39    |
| Acesso a alimentação | 38                        | 0        |         |    |         | 39    |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau,2016

Tabela 17.2 - Condições das prisões de Bafatá e Mansoa

| Tipo de condição     | Classificação da Condição |            |          |     |         |     |    |     |         |     |
|----------------------|---------------------------|------------|----------|-----|---------|-----|----|-----|---------|-----|
|                      | Boa                       |            | Razoável |     | Regular |     | Má |     | Péssima |     |
|                      | Bafatá                    | Mansoa Oio | B        | M.O | B       | M.O | B  | M.O | B       | M.O |
| Ventilação           | 1                         | 1          | 0        | 0   | 0       | 0   | 0  | 0   | 0       | 0   |
| Cobertura            | 1                         | 1          | 0        | 0   | 0       | 0   | 0  | 0   | 0       | 0   |
| Dormitório           | 0                         | 1          | 0        | 0   | 1       | 0   | 0  | 0   | 0       | 0   |
|                      | Não tem                   |            | Tem      |     |         |     |    |     |         |     |
| Acesso a água        | 0                         | 0          | 1        | 1   |         |     |    |     |         |     |
| Acesso a alimentação | 0                         | 0          | 1        | 1   |         |     |    |     |         |     |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau,2016

Nas prisões de Bafatá e Mansoa as condições estruturais são melhores que nos centros, sendo em ambas a ventilação e o dormitório regular, a cobertura boa e com acesso a água e a alimentação.



Fotografia 15 – Interior do Centro de detenção da PJ Bissau

Tabela 17.3 Condições de ventilação e acesso a água nos centros de detenção

| REGIÕES | CONDIÇÕES DE VENTILAÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO |          |         |    |         | ACESSO A ÁGUA |     |
|---------|---|----------|---------|----|---------|---------------|-----|
|         | Boa   | Razoável | Regular | Má | Péssima | Não tem       | Tem |
| Bafatá  | 1   | 0        | 0       | 5  | 0       | 6             | 0   |
| Biombo  | 2   | 0        | 1       | 0  | 0       | 3             | 0   |
| Cacheu  | 3   | 0        | 0       | 0  | 0       | 3             | 0   |
| Gabu    | 0   | 0        | 4       | 0  | 0       | 4             | 0   |
| Oio     | 0   | 0        | 2       | 3  | 0       | 5             | 0   |
| Quinara | 0   | 0        | 0       | 4  | 0       | 4             | 0   |
| Tombali | 0   | 0        | 2       | 2  | 0       | 4             | 0   |
| SAB     | 1   | 0        | 4       | 4  | 0       | 8             | 1   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Tabela 174 - Condições de cobertura e acesso a alimentação nos centros de detenção

| REGIÕES | CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO |          |         |    |         | ACESSO A ALIMENTAÇÃO |     |
|---------|--|----------|---------|----|---------|----------------------|-----|
|         | Boa  | Razoável | Regular | Má | Péssima | Não tem              | Tem |
| Bafatá  | 0  | 1        | 0       | 5  | 0       | 6                    | 0   |
| Biombo  | 2  | 1        | 0       | 0  | 0       | 3                    | 0   |
| Cacheu  | 2  | 0        | 0       | 1  | 0       | 3                    | 0   |
| Gabu    | 2  | 1        | 0       | 1  | 0       | 4                    | 0   |
| Oio     | 2  | 2        | 0       | 1  | 0       | 5                    | 0   |
| Quinara | 4  | 0        | 0       | 0  | 0       | 4                    | 0   |
| Tombali | 0  | 4        | 0       | 0  | 0       | 4                    | 0   |
| SAB     | 3  | 0        | 0       | 6  | 0       | 9                    | 0   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Tabela 175 - Condições de dormitório nos centros de detenção

| REGIÕES | CONDIÇÕES DE COBERTURA NOS CENTROS DE DETENÇÃO |          |         |    |         |
|---------|--|----------|---------|----|---------|
|         | Boa  | Razoável | Regular | Má | Péssima |
| Bafatá  | 0  | 0        | 0       | 6  | 0       |
| Biombo  | 0  | 0        | 0       | 0  | 3       |
| Cacheu  | 0  | 0        | 0       | 3  | 0       |
| Gabu    | 0  | 0        | 0       | 4  | 0       |
| Oio     | 0  | 0        | 0       | 4  | 1       |
| Quinara | 0  | 0        | 0       | 3  | 1       |
| Tombali | 0  | 0        | 0       | 0  | 4       |
| SAB     | 0  | 0        | 0       | 4  | 5       |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Como não houve alterações de estrutura globalmente a apreciação que fizemos em 2015 mantém-se válida: nos Centros de Detenção no Biombo e no Cacheu este tipo de direitos é melhor assegurado. Note-se que Cacheu foi, em 2014, a pior região no conjunto dos elementos que compõem este indicador tendo melhorado significativamente na ventilação das celas.

## 18. ENTIDADE A QUEM SE QUEIXA SE FOR VÍTIMA DE ROUBO DE GADO (POLÍCIA, TRADICIONAL, TRIBUNAL)

Tal como salientámos para 2014 (Sangreman, 2015), este indicador pretende identificar um tipo de crime com forte incidência no país, bem definido e conhecido da população. O roubo de gado tem conotações sociais que vão para além do simples furto sendo para alguma população balanta um ato tradicional. Mas a partir de 2000 o agravamento desses roubos tornou o problema muito mais generalizado e perigoso com o aparecimento de ladrões armados com armas de fogo, originando mesmo conflitos violentos entre povoações. Igualmente com o desenvolvimento do país a população vai progressivamente percepcionando tais actos como crimes, baixando a tolerância derivada da prática tradicional conhecida. É evidente que uma parte que ignoramos qual seja desses roubos são crime e não tem nada a ver com as práticas referidas mas sim com a venda das cabeças de gado em geral para abate<sup>19</sup>.

O recurso a uma entidade que seja julgadora reconhecida pelas partes em litígio é influenciado por esse contexto social, pela distância a um tribunal, pela morosidade e pelo custo dos processos. Se considerarmos que o direito à Justiça é melhor usufruído se tais questões forem resolvidas em tribunal, piores se forem resolvidos pela polícia e ainda piores se for a autoridade tradicional a julgar<sup>20</sup> ficamos com um indicador que informa sobre a qualidade do exercício do direito à Justiça para este crime em concreto. Pela metodologia que seguimos não conseguimos distinguir crimes que passem pelas várias instâncias. O que se pergunta é quais as instancias que recorre para resolver. Mas nada se inquire sobre a continuação do processo se uma das partes não ficar conformada com a decisão

---

<sup>19</sup> Ver Voz di Paz (2010), Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008, edição: Voz di Paz / Interpeace.

<sup>20</sup> Note-se que esta escolha é uma das possíveis face ao que se conhece da percepção da população sobre o funcionamento dos mesmos. Ver Estudo sobre a Qualidade da Justiça já citado.



Fotografia 16 – Abrigo de gado no Gabu

Pelo critério de avaliação que indicamos não há nenhuma região que tenha a maioria das queixas apresentadas em Tribunal. No Biombo e no SAB o número total de queixas é muito pequeno mas nas restantes atinge uma importância significativa. A maioria divide-se entre Polícia e Autoridades tradicionais. Se em 2015 as distribuições mais equilibradas foram nas regiões de Oio e Tombali, em 2016 apenas Oio tem uma divisão praticamente igual de queixas nas três instâncias decisórias. Gabu e Cacheu tem uma percentagem muito alta de recurso a autoridades tradicionais ignorando as restantes.

Se considerarmos a estrutura total de todas as queixas apresentadas teremos 11% para os tribunais, 37% para a polícia e 52 % para as autoridades tradicionais. Assim podemos considerar que esse tipo de crime é resolvido por um conjunto de decisões das autoridades tradicionais e da polícia, numa mistura de aplicação de legislação e de senso comum mais ou menos ligado às práticas tradicionais.

È um resultado perigoso para o direito à Justiça, pois fragiliza o processo de julgamento que é maioritariamente executado por pessoas com autoridade oficial mas não para exercer a função de juiz seja a que nível for. E muito dependente da idoneidade moral dos agentes intervenientes.

Tabela 18.1 - Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado e número de queixas

| REGIÕES | TIPO DE AUTORIDADE |         |             |       | Número de queixas |
|---------|--------------------|---------|-------------|-------|-------------------|
|         | Tribunal           | Polícia | Tradicional | Total |                   |
| Bafatá  | 18                 | 40      | 42          | 100   | 265               |
| Biombo  | 0                  | 100     | 0           | 100   | 3                 |
| Cacheu  | 0                  | 8       | 92          | 100   | 76                |
| Gabu    | 0                  | 18      | 82          | 100   | 33                |
| Oio     | 34                 | 32      | 34          | 100   | 166               |
| Quinara | 4                  | 44      | 52          | 100   | 745               |
| Tombali | 21                 | 67      | 12          | 100   | 33                |
| SAB     | 0                  | 50      | 50          | 100   | 8                 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

## DIREITO A MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Como já se referiu anteriormente em diferentes capítulos deste estudo, esta área foi introduzida no ano de 2015 na recolha de dados sobre Direitos Humanos de terceira geração na Guiné-Bissau juntamente com o saneamento. Para 2015 e 2016 escolheu-se um único indicador de “número de refeições diárias feitas na casa da família” pois este tipo de dados obriga a uma identificação dos agregados familiares num processo de muito maior morosidade e exigência para os inquiridores. Saímos do processo de dados recolhidos junto de instituições (escolas, centros de saúde, autoridades tradicionais, polícia, etc.) ou por observação directa (habitação, água e energia) para o processo de recolha junto das famílias individualmente. Tal processo em todo o mundo tem um grau de dificuldade e de aleatoriedade muito superior e implica que os inquiridores tenham uma prática profissional já consolidada. Pode dizer-se que fizeram um bom trabalho recolhendo dados em 755 famílias de todas as regiões e no SAB compensando umas regiões aquelas onde se falharam algumas famílias.





Fotografia 17 - Tecelões no SAB

Tabela 19.1 - Características dos agregados familiares inquiridos

| CARACTERÍSTICAS            | REGIÕES |        |        |      |     |         |         |      | TOTAL |
|----------------------------|---------|--------|--------|------|-----|---------|---------|------|-------|
|                            | Bafatá  | Biombo | Cacheu | Gabu | Oio | Quinara | Tombali | SAB  |       |
| Número de famílias         | 96      | 50     | 120    | 100  | 82  | 50      | 50      | 207  | 755   |
| Homens                     | 479     | 337    | 449    | 682  | 397 | 138     | 273     | 778  | 3533  |
| Mulheres                   | 386     | 350    | 438    | 650  | 318 | 132     | 251     | 881  | 3406  |
| Numero de pessoas          | 865     | 687    | 887    | 1332 | 715 | 270     | 524     | 1659 | 6939  |
| Dimensão familiar          | 9       | 14     | 7      | 13   | 9   | 5       | 10      | 8    | 9,4   |
| <b>Famílias com chefes</b> |         |        |        |      |     |         |         |      |       |
| Homens                     | 95      | 46     | 74     | 100  | 72  | 48      | 47      | 133  | 615   |
| Mulheres                   | 1       | 4      | 14     | 0    | 10  | 2       | 3       | 74   | 108   |
| <b>Estrutura etária</b>    |         |        |        |      |     |         |         |      |       |
| Crianças (0-11)            | 354     | 220    | 309    | 436  | 182 | 99      | 195     | 473  | 2268  |
| Jovens (12-17)             | 131     | 123    | 143    | 203  | 116 | 58      | 73      | 225  | 1072  |
| Adultos (+17)              | 329     | 334    | 433    | 690  | 417 | 107     | 251     | 957  | 3518  |
| dos quais com +65 anos     | 1       | 10     | 39     | 34   | 12  | 10      | 19      | 22   | 147   |

| <b>Famílias por atividade económica dos chefes</b> |     |     |     |     |     |     |     |     |      |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|
| Setor primário                                     | 21  | 38  | 66  | 83  | 50  | 38  | 42  | 17  | 355  |
| Setor secundário                                   | 21  | 1   | 29  | 4   | 10  | 1   | 3   | 46  | 115  |
| Setor terciário                                    | 51  | 6   | 15  | 13  | 18  | 11  | 4   | 123 | 241  |
| Número de estudantes                               | 572 | 372 | 341 | 317 | 243 | 146 | 221 | 824 | 3036 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

## 19. NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS TOMADAS EM CASA PELA FAMÍLIA

Este indicador faculta uma informação clara e simples de bem-estar e de direito à alimentação das famílias. Note-se que não se inquiram conteúdos das refeições como nos inquéritos aos orçamentos familiares.

A informação sobre o número de refeições tomadas em casa pela família omite as refeições tomadas fora de casa. Não nos parece significativo tal desvio mesmo na cidade de Bissau; para mais com o horário oficial contínuo de empregados (das 8 às 14 horas de segunda a sexta) que facilita tomar a refeição de meio do dia depois do trabalho, sem ter de retornar ao local. O que verificamos em Bissau é que a meio da manhã há um movimento nas ruas de “comer qualquer coisa” para quem tem posses para tal.

Sabemos que há também projetos que fornecem refeições a crianças das escolas. Inquirimos em 2016 as famílias, sobre se havia crianças suas que recebiam comida na escola. Uma percentagem de 32% respondeu afirmativamente. Mas para perceber em que consiste essa alimentação e se é motivo para as crianças se manterem na escola precisaríamos de informação com mais detalhe. Ficamos no entanto a saber que não é um fenómeno que se possa desprezar.

Tabela 19.2 - Famílias por número de refeições diárias tomadas na casa, em valor e em %

| NÚMERO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS | REGIÕES |        |        |      |      |         |         |      | TOTAL |
|-----------------------------|---------|--------|--------|------|------|---------|---------|------|-------|
|                             | Bafatá  | Biombo | Cacheu | Gabu | Oio  | Quinara | Tombali | SAB  |       |
| Uma                         | 1       | 42     | 17     | 0    | 20   | 0       | 2       | 36   | 118   |
| %                           | 1,2     | 50,0   | 19,3   | 0,0  | 23,8 | 0,0     | 2,4     | 37,9 | 100   |
| Duas                        | 53      | 6      | 74     | 1    | 34   | 17      | 34      | 46   | 260   |
| %                           | 22,5    | 2,5    | 84,1   | 0,4  | 14,4 | 7,2     | 14,4    | 18,4 | 100   |
| Três                        | 42      | 2      | 10     | 99   | 25   | 32      | 14      | 111  | 326   |
| %                           | 14,5    | 0,7    | 11,4   | 34,3 | 8,7  | 11,1    | 4,8     | 34,4 | 100   |
| Quatro ou+                  | 0       | 0      | 0      | 0    | 0    | 1       | 0       | 13   | 14    |
| %                           | 0       | 0      | 0,0    | 0    | 0    | 1,4     | 0       | 92,9 | 100   |
| n.r.                        | 0       | 0      | 0      | 0    | 3    | 0       | 0       | 1    | 4     |
| %                           | 96      | 50     | 120    | 100  | 82   | 50      | 50      | 207  | 755   |
| Total                       | 13,0    | 6,7    | 16,2   | 13,5 | 11,1 | 4,9     | 6,7     | 27,9 | 100   |
| %                           | 100     | 100    | 100    | 100  | 100  | 100     | 100     | 100  | 100   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2016

Se tomarmos as respostas significativas de uma, duas e três refeições estaremos a falar de pequeno-almoço, almoço e jantar. Se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara.

No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a uma refeição por dia. No total das famílias a evolução é de subir as percentagens de 3 e 4 refeições baixando as de 1 e 2. Pode-se considerar uma melhoria no acesso a meios de subsistência embora não seja muito significativa.

Tabela 19.3 – Famílias por número de refeições que tem por dia por sexo do chefe de família

| SEXO DO CHEFE DE FAMÍLIA | Número de refeições diárias |      |      |     | Total |
|--------------------------|-----------------------------|------|------|-----|-------|
|                          | 1                           | 2    | 3    | 4   |       |
| Masculino                | 91                          | 240  | 287  | 10  | 628   |
| %                        | 14,5                        | 38,2 | 45,7 | 1,6 | 100   |
| Feminino                 | 27                          | 20   | 39   | 4   | 90    |
| %                        | 30,0                        | 22,2 | 43,3 | 4,4 | 100   |
| Total                    | 118                         | 260  | 326  | 14  | 718   |
| %                        | 16,4                        | 36,2 | 45,4 | 1,9 | 100   |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015 e 2016

Como se pode constatar na Tabela 19.3 e como seria de esperar, já que a literatura da análise da pobreza na Guiné-Bissau<sup>21</sup>, aponta para este tipo de resultados, as famílias com chefes masculinos têm uma percentagem de três refeições maiores que as famílias com chefes femininos. As famílias com duas refeições dia são mais equivalentes nos dois anos, mas é claro que no total as primeiras têm um acesso maior a alimentação que as segundas. Em geral o que estes indicadores permitem afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

Tabela 19.4 – Famílias com crianças, por acesso a escola e número de refeições diárias

| FAMÍLIAS COM CRIANÇAS           | Número de refeições que a família tem por dia |      |      |      |
|---------------------------------|---|------|------|------|
|                                 | 1   | 2    | 3    | Ano  |
| com idade e com acesso à escola | 15,5  | 42,1 | 42,4 | 2015 |
|                                 | 14,5  | 37,6 | 47,9 | 2016 |
| com idade e sem acesso à escola | 28,2  | 41,8 | 30,0 | 2015 |
|                                 | 15,4  | 52,7 | 31,9 | 2016 |

21 E apesar do Banco Mundial apontar os inquéritos feitos como não comparáveis entre si (Banco Mundial, 2016) e a UNICEF considerar que o MICS divulgado de 2016 não é comparável com os anteriores.

Se cruzarmos os dados do número de refeições familiares com os dados das crianças com idade escolar a frequentar ou não escola teremos duas tendências claras: em primeiro lugar quanto maior o número de refeições, maior o número de crianças a frequentar a escola, tendência que se acentua em 2016 (Tabela 19.4). E em segundo lugar o padrão das famílias que tem crianças sem acesso à escola não é claro. Em 2015 o número de famílias com uma e com três refeições era praticamente igual sendo o número daquelas com duas refeições superior. Em 2016 as famílias com uma só refeição na casa diminuem e aumentam as que tem duas refeições, mantendo-se as famílias com três refeições o numero muito similar. Ou seja, se atendermos à primeira tendência, o direito de acesso a educação tem uma relação com o número de refeições ou com o direito a ter meios de subsistência. Se atendermos a pouca clareza dos números das famílias que tem crianças sem acesso a escola não se pode afirmar que tenha alguma relação com o número de refeições.

Tabela 19.5 – Famílias por sector de actividade do chefe de família e número de refeições que tem por dia

| SECTOR DE ACTIVIDADE DO CHEFE DE FAMÍLIA | NÚMERO DE REFEIÇÕES QUE A FAMÍLIA TEM POR DIA |      |      |      |
|--|---|------|------|------|
|  | 1   | 2    | 3    | Ano  |
| Setor primário                           | 16,9  | 47,1 | 36,0 | 2015 |
| %  | 16,0  | 38,5 | 45,5 | 2016 |
| Setor secundário                         | 17,3  | 40,4 | 42,3 | 2015 |
| %  | 9,9   | 43,7 | 46,5 | 2016 |
| Setor terciário                          | 11,7  | 40,4 | 47,9 | 2015 |
| %  | 11,2  | 36,7 | 52,0 | 2016 |
| Sem setor de atividade                   | 22,7  | 40,2 | 37,1 | 2015 |
| %  | 16,7  | 40,7 | 42,6 | 2016 |

Fonte: Observatório dos Direitos, Bissau, 2015

Na Tabela 19.5 cruzamos os dados classificados da actividade principal do chefe de família com o número de refeições que a família tem por dia e o resultado permite confirmar a tendência de predomínio das famílias com percentagens de duas e três refeições muito superiores às de apenas uma refeição diária. Mesmo

das famílias que não indicaram uma actividade que permitisse a classificação nalgum dos sectores clássicos. Nas famílias que fazem três refeições diárias a maior percentagem são aquelas cujo chefe tem actividade no setor terciário. Se lermos os dados a partir do número de refeições confirmamos o que dissemos em 2015 que existe uma relação pouco definida entre o número de refeições e o sector de actividade no sentido de aumentar esse número para quem tem actividade no setor terciário mas não é uma relação forte. Note-se que se fez a definição das actividades por setor de acordo com a Classificação de Actividades Económicas (CAE) mas sem atender à dimensão das unidades produtivas. Ou seja não se perguntou onde as pessoas trabalhavam, misturando conscientemente empresas privadas e empregos públicos, dimensões unipessoais e de média ou grande dimensão.



Fotografia 18 – Mulheres a vender alimentação no Cacheu

## ÍNDICE DE SÍNTESE

Se construirmos um índice geral com estes indicadores e não esquecendo que apenas os dois últimos anos são comparáveis entre si, teremos uma ordenação relativa das regiões da Guiné-Bissau. O que surpreende neste índice de síntese é a evolução da capital – o SAB – que piora de 2015 para 2016 e de Tombali que melhora vários lugares. O Biombo, Gabu, Bafatá e Quinara mantêm-se coerentes. A explicação de síntese tem a ver com indicadores de saúde (piores no SAB e melhores em Tombali) e com a sensibilidade do SAB às greves da educação maior que nas restantes regiões. Pelos indicadores também julgamos haver uma maior igualdade de existência de electricidade que altera as posições relativas das regiões.

Tabela 20.1 – Ordenação das regiões de acordo com os indicadores recolhidos

| REGIÃO  | 2014 | 2015 | 2016 |
|---------|------|------|------|
| Oio     | 1º   | 1º   | 4º   |
| SAB     | 6º   | 2º   | 5º   |
| Biombo  | 5º   | 3º   | 3º   |
| Tombali | 5º   | 4º   | 1º   |
| Cacheu  | 3º   | 5º   | 2º   |
| Gabu    | 2º   | 5º   | 7º   |
| Bafatá  | 7º   | 6º   | 6º   |
| Quinara | 4º   | 7º   | 8º   |

Fonte: Observatório dos Direitos, 2014, 2015 e 2016

A posição do SAB em 2015 não é de estranhar se pensarmos que as medidas tomadas pelo Governo formado como consequência das eleições de 2014, (energia eléctrica, salários dos funcionários públicos, acesso a água, saneamento, lançamento de obras públicas) tiveram efeito imediato na capital e mais lento no resto do país se realmente chegaram a ter algum.

A deterioração em 2016 da posição da capital do país pode ser interpretada como uma das consequências da instabilidade que entretanto se instalou, com a retoma de greves na educação com maior incidência nas escolas de Bissau, e da aleatoriedade na ajuda ao desenvolvimento nos restantes setores com exceção da energia.



*parte 4*

# CONCLUSÕES



# CONCLUSÕES

## CONCLUSÃO

As conclusões que se podem retirar dum projecto de três anos com uma produção de dados em cinco áreas da vida social tem de ser perspectivadas em função da situação do país e do seu futuro previsível de médio e longo prazo no que respeita aos Direitos Humanos e também às Políticas Económicas e Sociais.

## PRIMEIRA CONCLUSÃO

A primeira conclusão destes três anos de Observatório é que o processo de construção de um subsistema de recolha de dados sobre Direitos Humanos Económicos, Sociais e Culturais teve sucesso com a produção de indicadores que informam sobre a situação nas regiões inquiridas de acesso a direitos à educação, saúde, habitação, energia, água, saneamento, justiça e meios de subsistência. Com efeito dispõe-se hoje de uma metodologia fiável e com uma amostra estatisticamente significativa, bem como uma estrutura formada por um conjunto de inquiridores com formação específica, meios de transporte (motas) e de registo de informações (computador e máquina fotográfica) a viverem nas regiões onde recolhem as informações e dois técnicos de apoio permanente à recolha, sedeados em Bissau. O que continua a faltar são recursos humanos técnicos de análise dos resultados globais que foram feitos sempre pelo CEsa e não por técnicos locais. A utilização de meios informáticos fez – se recorrendo a programas já existentes e de fácil acesso (word e excel) seja para o preenchimento de dados (que para alguns inquiridores são primeiro recolhidos em papel e depois

introduzidos nos quadros Excel sobretudo porque é mais fácil fazer esse registo no terreno em papel do que em computador). Para apuramento dos dados das famílias utilizou-se o SPSS na versão mais simples.

Fica assim o Governo com bases para aprovar a integração de um subsistema de recolha destes dados no Sistema Estatístico Nacional, com a execução da responsabilidade do INE, incluindo a região Bolama/Bijagós para ter cobertura nacional. A sua análise pode ser feita em parceria internas com a LGDH e o INEP por exemplo ou mantendo uma componente externa com o CESA ou outro gabinete de estudos internacional.

## SEGUNDA CONCLUSÃO

A segunda conclusão deste estudo tem a ver com a sociedade guineense. A instabilidade sem conflitos armados mas com uma disputa de poderes entre grupos sociais de interesses e órgãos de soberania atingiu em 2016 um ponto difícil de acreditar em 2014 na altura das eleições e do primeiro ano de Observatório. Tomando como referencia a análise feita em Carlos Sangreman, Fátima Proença, Luís Vaz Martins (2016), conclui-se que a sociedade guineense mantem em simultâneo uma instabilidade enorme na sua governação em sentido lato, e uma resiliência e uma persistência na procura de progresso, que origina a colaboração das autoridades de diferentes níveis na recolha de dados sobre Direitos Humanos e sua divulgação. Não é evidente que outros Estados com uma acção social cívica e política mais estabilizadas e mesmo com organizações da sociedade civil de defesa dos DH, aceitassem participar na criação e suporte do ambiente que permitiu este projecto de recolha de dados.

## TERCEIRA CONCLUSÃO

Como terceira conclusão salientem-se alguns aspectos constantes na análise do acesso aos DH nas áreas inquiridas:

Os indicadores de educação revelaram-se nestes três anos muito sensíveis às políticas públicas que permitam o pagamento regular dos salários dos professores, o funcionamento normal das escolas mesmo com condições materiais más. Os indica-

dores de abandono escolar no básico entre o início e no final do ano lectivo variam em função dessas políticas. Ou seja o direito à educação é uma função directa das condições das políticas de educação no que respeita aos conflitos que levam a perturbações nas escolas, em especial os que são originados no atraso de pagamento dos salários. Também se pode concluir das fotografias que fizeram parte deste processo que continuam a coexistir escolas com condições de cobertura, paredes, carteiras / mesas, cadeiras/bancos, quadros, etc., muito diferentes, mas tendo por base na maioria esmagadora das fotos o mínimo de materiais didácticos, de electricidade e logo de computadores, retroprojectores, internet e de livros nas mãos dos alunos. Pode concluir-se que as condições do ensino básico estão longe de acompanhar as necessidades do país hipotecando o seu futuro.

Nos indicadores sobre a saúde fica-nos a ideia de alguma melhoria no acesso, apesar da escassez de pessoal profissional com um número de pessoas por médico e por enfermeiro e de mulheres por parteira incompatível com o acesso a uma saúde mínima. Saliente-se que o a recolha de dados efectuada nestes anos mostra que o modelo de saúde pública guineense ainda depende de projectos internacionais com distribuição de medicamentos, consultas e outros tratamentos gratuitos. Quando os projectos não existem ou acabam, o custo sobe imediatamente para níveis que obrigam as famílias a grandes esforços para terem esse direito de acesso. E por informações aos inquiridores mantém-se a dificuldade de obter tratamentos para quem não os pode pagar. Não sabemos em que extensão, mas obviamente os penalizados são os mais pobres.

Nos indicadores de justiça as condições físicas de prisão e de detenção não tiveram alteração nestes anos e continuam em estado lastimável em qualquer região, só sendo aceitáveis nas duas prisões do país. No que respeita a ventilação, cobertura e dormitório das celas, acesso a água e a alimentação dos detidos ou presos os DH dessas pessoas estão muito longe de serem respeitados. Tudo piora quando as celas estão sobrelotadas. O reflexo da percepção que a população tem da Justiça para resolução do roubo de gado expressa-se bem no recurso maioritário a policia e autoridades tradicionais.

Nos indicadores de habitação, energia, água e saneamento passou a haver mais melhoradas e iluminadas sobretudo na capital do país reflectindo a existência de um

número de horas luz eléctrica como nunca tinha existido nas últimas décadas. As fontes variam mas os painéis solares surgem como um modo de iluminação cada vez mais evidente. O saneamento mostra uma realidade esperada de predomínio da anarquia na gestão dos destinos de lixos que a população produz, não augurando nada de bom num futuro de maior consumo das famílias. O acesso a água tratada também não melhorou nestes anos mantendo-se os poços como a fonte principal de acesso e continuando a água canalizada nas habitações a ser uma ausência quase total.

Nos indicadores de meios de subsistência, o número de refeições diárias tomadas pela família na casa diz-nos que se considerarmos que uma família tem mais acesso a meios de subsistência se tiver três refeições diárias teremos que em 2015 e 2016 apenas Gabu tem uma quase unanimidade de três refeições (95 e 99 %). Fora esta região só no SAB há uma maioria simples desse número de refeições, sendo as piores regiões Biombo e Quinara. No lado oposto se considerarmos que as famílias que tomam uma única refeição (um tiro como se diz na gíria guineense) são as mais pobres e com menos acesso a meios de subsistência teremos o Biombo muito pior que qualquer outra, tendo o SAB, Oio e Cacheu valores significativos das famílias reduzidas a uma refeição por dia. Em geral o que este indicador permite afirmar é que houve uma evolução positiva do total das famílias que se deslocaram para as categorias com maior número de refeições, embora de forma mais acentuada naquelas cujo chefe é masculino.

Como conclusão final destes três anos de projeto podemos afirmar que as alterações positivas que se vão verificando para um maior acesso a Direitos Económicos, Sociais e Culturais transmitem uma ideia de vulnerabilidade muito grande ao variarem facilmente de um ano para o outro. A evolução de um país pode não ser muito evidente mas se for sempre positiva demonstra que as políticas públicas económicas e sociais têm algum efeito. As variações que registamos com os indicadores escolhidos dão uma ideia de fraca sustentabilidade mesmo em setores fundamentais como a educação e a saúde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2012), *Indicateurs des Droits de l'Homme: Guide pour mesurer et mettre en oeuvre*, Genebra e Nova York;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2011), *Rapport de la Haut-Commissaire des Nations Unies aux droits de l'homme*, Genebra e Nova York.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2005), *Evaluer l'efficacité des institutions nationales des Droits de l'Homme*, Genebra e Nova York;
- Augusta Henriques e outros (2015), *Desafios ora di diritu, Casa dos Direitos*, ACEP, Lisboa, Portugal.
- Asia Pacific Forum of National Human Rights Institutions and the Center for Economic and (2015), *Defending Dignity: A Manual for National Human Rights Institutions on Monitoring Economic, Social and Cultural Rights*, ISBN 978-0-9942513-0-5 (APF print), ISBN 978-0-9942513-1-2 (APF electronic), Sydney, Australia, New York, USA.
- Banco Mundial (2016) *Poverty in a rising Africa*, Kathleen Beegle e outros, World Bank Group, Green Pass Initiative, ISBN 978-1-4648-0723-7, <http://lccn.loc.gov/2016009159>.
- Carlos Sangreman, Fátima Proença e Luís Vaz Martins (2016), *Guiné-Bissau: A Evolução 2010-2016, Working Papers CEsa / CSG, nº148, Lisboa*. <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/images/files/WP148.pdf>
- Declaração dos Direitos Humanos* (1948) e *Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos* (1981), online em vários sites;
- Green, M. (2001), What we talk about when we talk about indicators: current approaches to Human Rights measurement, in *Human Rights quarterly*, vol. 23, no. 4, November 2001, The Johns Hopkins University Press, Project <http://muse>.
- Lakatos, E. e Andrade, M. (2015), *Técnicas de pesquisa*, pp. 25-44, Editora Atlas, 7.ª edição;
- Liga Guineense dos Direitos Humanos (2008/2009, 2013 e 2016), Relatórios, Bissau, *Relatórios*, Bissau;
- Bacar, M. (2010), *Aspectos multidimensionais da pobreza e suas evoluções entre 2002 e 2008 em Bissau*, Ministério da Economia, do Plano e da Integração Regional, Guiné Bissau, INEC, Bissau;
- Manitese (2016), *A função de reabilitação da pena, uma perspectiva para a Guiné-Bissau*, Bissau
- Ministério da Economia, do Plano e Integração (2009), *Recenseamento Geral da População e Habitação*, edição PNUD, UNFPA, ABC, Bissau;
- PNUD e Ministério das Finanças (2007), *DENARP 2008-2013*, Bissau;
- PNUD (2000), Human Development Report, Human Rights and Human Development, <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2000>
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, pp.155-235, Gradiva, Lisboa;
- Sangreman, C. (2015 e 2016), *Observando Direitos na Guiné – Bissau, educação, saúde, habitação, água, energia, justiça*, projecto Observatório de Direitos, ACEP com LGDH e CEsa, Lisboa e Bissau;
- Santos, R. e Barros, R. (2010), *Manual prático de Direitos Humanos Internacionais*, Ministério Público da União, Brasília;
- Yasmine Cabral (2015), “Quadro legal dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau”, in Augusta Henriques e outros, *Desafios - Ora di Diritu*, Casa dos Direitos, ACEP, Lisboa, Portugal.
- UNIOBIS (2015), Guia prático de Direitos Humanos, UNIOBIS, Bissau.





# ANEXOS



## ANEXO I – RECOLHA EM 2015 E 2016 POR INDICADOR

| AMOSTRA   | Bafatá |      | Biombo |      | Cacheu |      | Gabu |      | Oio  |      | Quinara |      | Tombali |      | SAB  |      | TOTAL |      |
|---|--------|------|--------|------|--------|------|------|------|------|------|---------|------|---------|------|------|------|-------|------|
|   | 2014   | 2015 | 2014   | 2015 | 2014   | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014    | 2015 | 2014    | 2015 | 2014 | 2015 | 2014  | 2015 |
| <b>Educação</b>   |        |      |        |      |        |      |      |      |      |      |         |      |         |      |      |      |       |      |
| Distância – localidades                                       | 52     | 73   | 18     | 24   | 27     | 55   | 43   | 14   | 48   | 31   | 18      | 36   | 23      | 22   | 17   | 16   | 246   | 271  |
| ESCOLAS - ALUNOSE PROFESSORES 1 <sup>a</sup> -6 <sup>a</sup>  | 55     | 73   | 18     | 24   | 37     | 55   | 41   | 13   | 48   | 30   | 18      | 50   | 23      | 22   | 18   | 21   | 258   | 288  |
| Escolas - alunos e professores 7 <sup>a</sup> -9 <sup>a</sup> | n.i.   | n.i. | n.i.   | 12   | n.i.   | 2    | n.i. | n.i. | n.i. | n.i. | n.i.    | 2    | n.i.    | n.i. | n.i. | 8    | n.i.  | 24   |
| <b>Saúde</b>  |        |      |        |      |        |      |      |      |      |      |         |      |         |      |      |      |       |      |
| Distância – localidades                                       | 57     | 31   | 16     | 21   | 35     | 58   | 42   | 40   | 46   | 29   | 18      | 8    | 23      | 23   | 16   | 16   | 253   | 218  |
| Centros de saúde consulta prenatal                            | 51     | 31   | 16     | 21   | 12     | 12   | 42   | 36   | 47   | 0    | 18      | 8    | 16      | 14   | 16   | 15   | 218   | 129  |
| Farmácias 5 medicamentos                                      | 21     | 37   | 16     | 21   | 12     | 10   | 15   | 19   | 45   | 31   | 18      | 8    | 23      | 22   | 16   | 15   | 166   | 155  |
| Centros de saúde paludismo 3 cruzeiros                        | 53     | 0    | 16     | 21   | 12     | 10   | 42   | 41   | 46   | 31   | 18      | 8    | 23      | 22   | 16   | 15   | 226   | 140  |
| Pessoal centros e hospitais                                   | 53     | 31   | 6      | 7    | 12     | 12   | 15   | 19   | 45   | 31   | 18      | 8    | 23      | 16   | 16   | 16   | 148   | 132  |

| AMOSTRA  | Bafalá |      | Biombo |      | Cacheu |      | Gabu |      | Óio  |      | Quinara |      | Tombali |      | SAB  |      | TOTAL |       |
|--|--------|------|--------|------|--------|------|------|------|------|------|---------|------|---------|------|------|------|-------|-------|
|  | 2014   | 2015 | 2014   | 2015 | 2014   | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | 2015 | 2014    | 2015 | 2014    | 2015 | 2014 | 2015 | 2014  | 2015  |
| <b>Habitación, Energía e Água</b>              |        |      |        |      |        |      |      |      |      |      |         |      |         |      |      |      |       |       |
| Localidades (no SAB Bairros)                   | 62     | 30   | 20     | 16   | 29     | 23   | 42   | 41   | 46   | 31   | 18      | 55   | 23      | 22   | 16   | 16   | 256   | 234   |
| Pessoas por quarto (30 pessoas por localidade) | 1860   | 900  | 600    | 480  | 870    | 690  | 1260 | 1230 | 1380 | 930  | 540     | 1650 | 690     | 660  | 480  | 480  | 7680  | 7020  |
| Casas vistas (indicador casas melhoradas)      | 1881   | 1130 | 794    | 800  | 1280   | 2046 | 2122 |      | 2179 | 1081 | 450     | 846  | 990     | 663  | 920  | 640  | 10616 | 7206  |
| Casas vistas (indicador casas iluminadas)      | 1889   | 996  | 754    | 800  | 1280   | 2046 | 2125 |      | 2179 | 1121 | 450     | 766  | 930     | 663  | 920  | 640  | 10527 | 7032  |
| <b>Justiça</b>                                 |        |      |        |      |        |      |      |      |      |      |         |      |         |      |      |      |       |       |
| Distancia – localidades                        | 29     | 27   | 16     | 21   | 27     | 59   | 43   | 41   | 46   | 31   | 18      | 42   | 23      | 22   | 16   | 2,5  | 218   | 245,5 |
| Centros de detenção                            | 6      | 6    | 3      | 3    | 5      | 3    | 4    | 4    | 5    | 5    | 4       | 4    | 4       | 4    | 8    | 9    | 39    | 38    |
| Prisões  | 1      | 1    | 0      | 0    | 0      | 0    | 0    | 0    | 1    | 1    | 0       | 0    | 0       | 0    | 0    | 0    | 2     | 2     |
| Queixas – localidades                          | 34     | 28   | 16     | 17   | 30     | 61   | 43   | 41   | 5    | 31   | 18      | 43   | 5       | 26   | 16   | 12   | 167   | 259   |
| <b>Meios e Saneamento</b>                      |        |      |        |      |        |      |      |      |      |      |         |      |         |      |      |      |       |       |
| Famílias                                       | 103    | 96   | 55     | 50   | 73     | 120  | 102  | 100  | 106  | 82   | 49      | 50   | 50      | 50   | 213  | 207  | 751   | 755   |
| Pessoas  | 699    | 865  | 746    | 687  | 800    | 887  | 1601 | 1332 | 929  | 715  | 392     | 270  | 553     | 524  | 1659 | 1990 | 7710  | 7270  |
| Localidades (no SAB Bairros)                   | 90     | 45   | 39     | 81   | 47     | 109  | 64   | 67   | 83   | 37   | 31      | 43   | 27      | 49   | 16   | 16   | 397   | 447   |

ANEXO II - LOCALIDADES INQUIRIDAS (5% DAS LOCALIDADES DE CADA SECTOR).

| REGIÕES / SETORES | 2016 |                   |            |
|-------------------|------|-------------------|------------|
| REGIÃO DE TOMBALI | 71   |                   |            |
| Catio             | 17   |                   |            |
| Komo              | 7    |                   |            |
| Cacine            | 15   |                   |            |
| Bedanda           | 21   |                   |            |
| Quebo             | 11   |                   |            |
| REGIÃO DE QUINARA | 50   |                   |            |
| Buba              | 11   |                   |            |
| Empada            | 12   |                   |            |
| Fulacunda         | 22   |                   |            |
| Tite              | 5    |                   |            |
| REGIÃO DE OIO     | 39   |                   |            |
| Farim             | 1    |                   |            |
| Mansaba           | 13   | REGIÃO DE GABU    | 59         |
| Bissora           | 11   | Boe               | 7          |
| Mansoa            | 10   | Pitche            | 17         |
| Nhacra            | 4    | Gabu              | 18         |
| REGIÃO DE BIOMBO  | 101  | Pirada            | 8          |
| QUINHAMEL         | 43   | Sonaco            | 9          |
| SAFIM             | 27   | REGIÃO DE CACHEU  | 119        |
| PRABIS            | 31   | Bigene            | 0          |
| REGIÃO DE BAFATÁ  | 87   | Bula              | 27         |
| Bafatá            | 25   | Caio              | 19         |
| Cosse             | 10   | Canchungo         | 49         |
| Bambadinca        | 13   | Cacheu            | 22         |
| Xitole            | 8    | São Domingos      | 2          |
| Contuboel         | 18   | SETOR AUTÔNOMO DE | 16 bairros |
| Ganadu            | 13   | BISSAU            |            |

## ANEXO III - OS QUADROS DE INDICADORES POR REGIÃO E SAB

Optou-se por incluir neste relatório final do projecto os indicadores por região de 2014, 2015 e 2016, mesmo considerando que a metodologia utilizada permite a comparação entre os dois últimos mas não do primeiro com os restantes. A fonte de todas as tabelas é o projecto Observatório dos Direitos.

### BAFATÁ

#### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 7,3  | 16,5       | 1,0               | 1,1              | 1,0        |
| 2015 | 0,6  | 6,0        | 1,0               | 1,1              | 1,0        |
| 2016 | 1,7  | 7,3        | 1,1               | 1,1              | 1,0        |

2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 82                    | 70                   | 2014 |
| 59                    | 61                   | 2015 |
| 71                    | 62                   | 2016 |

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 6    | 6    | 8    |

## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 6    | 7    | 7    |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------------|------|------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 4754 | 2391 | 1914 |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|------|------|
|   | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 3027        | 2715        | 3692 | 2940 |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|--|-------------|-------------|------|------|
|  | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 7068        | 7068        | 4895 | n.i. |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 12   | 9,2  | n.i. |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 5000   | 4468       | 20731                           | 26250            | 351                           | 2014 |
|   | 3684   | 3231       | 9423                            | 19092            | 244                           | 2015 |
|   | 2.308  | 2.121      | 2.962                           | 7.778            | 195                           | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 3,3         | 3,6  | 3,6  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 29,3 | 41,6 | 24   |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 6,8  | 1,9  | 2,0  |



## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 66,7         | 23,6                    | 9,8                                | 2014 |
| 66,8         | 24,5                    | 8,7                                | 2015 |
| 71,0         | 14,5                    | 11,6                               | 2016 |

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 25,7 | 15,0 | 22,0 |

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 34,4     | 43,4         | 5,8     | 16,4              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 0,5              | 35,2     | 35,6         | 4,6     | 24,1              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 27   | 16   | 17   |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |            |            |            | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|------------|------------|------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha | 3ª recolha | 4ª recolha |                |                |
| Homem  | 4.1                               | 1.4        | 1.2        | 1.5        | 2,6            | 2,0            |
| Mulher | 16.0                              | 6.3        | 15.0       | 12.5       | Não há detidas | Não há detidas |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |            |                |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha | 3ª recolha     | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 1,3                               | 1,3        | 1,6            | 1,3            | 1,3            | 1,3            |
| Mulher | Não há detidas                    | 6,0        | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 6             | 1                  | 0        | 0       | 5             |
| Cobertura          | 0                  | 2        | 0       | 2             | 0                  | 1        | 0       | 5             | 0                  | 1        | 0       | 5             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 6             | 0                  | 0        | 0       | 6             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 3             | 1   | 3                         | 1   | 2014 |
| 3             | 1   | 3                         | 1   |      |
| 6             |     | 6                         |     | 2015 |
| 6             | 0   | 6                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 14,5   | 47,3    | 38,2        | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 29,5   | 31,3    | 39,2        | 100,0 |
| 2015 |            | 20   | 20,4    | 59,6        | 100,0 |
| 2016 |            | 18   | 40      | 42          | 100   |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |  |
|--|------|------|------|-------------|--|
|  | 0,0  | 68,0 | 29,1 | 0,0         |  |
| 1,0  | 55,2 | 43,8 | 0,0  | 2016        |  |

# BIOMBO

## EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 29,4   | 35,3       | 1,3               | 1,4              | 1,1        |
| 2015 | 10,5   | 11,4       | 1,1               | 1,1              | 1,1        |
| 2016 | 16,4   | 16,1       | 1,1               | 1,1              | 1,1        |

2. Frequência escolar por escola com ensino básico (7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos das classes 7 <sup>a</sup> -9 <sup>a</sup> por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  |
|------|---|------------|-------------------|------------------|
|      | Abandono H  | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano |
| 2016 | 12,2  | 16,8       | 1,4               | 1,5              |

3. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 152                   | 64                   | 2014 |
| 36                    | 30                   | 2015 |
| 33                    | 28                   | 2016 |

4. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 14                    | 12                   | 2016 |

5. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA COM CLASSES 1 <sup>a</sup> -6 <sup>a</sup> [ENSINO BÁSICO (KM)] | 4,0  | 3,0  | 4,0  |

SAÚDE

6. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 7,0  | 7,4  | 5,0  |

7. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------------|------|------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 3233 | 3825 | 500  |

8. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|------|------|
|   | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 1372        | 1387        | 3268 | 1596 |

9. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014        |             | 2015  | 2016  |
|--|-------------|-------------|-------|-------|
|  | 1.ª recolha | 2.ª recolha |       |       |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 7.020       | 7.020       | 6.169 | 4.319 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 12   | 10,6 | n.i. |

## 10. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

|   | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
| Número de habitantes por pessoal de saúde | 48560  | 4415       | 12323                           | n.i.             | 996                           | 2014 |
|   | 24280  | 3133       | 9858                            | n.i.             | 537                           | 2015 |
|   | 24280  | 2023       | 4929                            | n.i.             | 478                           | 2016 |

## HABITAÇÃO

### 11. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 4,0         | 4,0  | 2,5  |

### 12. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 29,3 | 19,9 | 21,0 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 6,8  | 6,1  | 6,0  |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

13. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 63,4         | 17,4                    | 19,2                               | 2014 |
| 69,9         | 12,0                    | 18,0                               | 2015 |
| 45,0         | 29,0                    | 19,0                               | 2016 |

## ENERGIA

14. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 18,3 | 8,2  | 15,0 |

## SANEAMENTO

15. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 16       | 48           | 10,7    | 25,3              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 0                | 30       | 58           | 4,2     | 8,0               | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 16. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 19,0 | 15   | 20   |

### 17. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |            |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 3,0                               | 2,3            | 4,5        | 4,5            | 3,3            | 2,0            |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | 4,0        | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 18. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 19. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 1                  | 0        | 1       | 0             | 2                  | 0        | 1       | 0             | 2                  | 0        | 1       | 0             |
| Cobertura          | 1                  | 1        | 0       | 0             | 2                  | 1        | 0       | 0             | 2                  | 1        | 0       | 0             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 2             | 0                  | 0        | 0       | 3             | 0                  | 0        | 0       | 3             |



| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 1             | 1   | 2                         | 0   | 2014 |
| 3             | 0   | 3                         | 0   | 2015 |
| 3             | 0   | 3                         | 0   | 2016 |

## 20. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 50,0   | 50,0    | 0,0         | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 50,0   | 47,2    | 2,8         | 100,0 |
| 2015 |            | 14,3   | 28,6    | 57,1        | 100,0 |
| 2016 |            | 0  | 100     | 0           | 100   |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 21. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Dois | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 67,3 | 25,5 | 7,3  | 0           | 0    |
| 84,0   | 12,0 | 4,0  | 0    | 0           | 2016 |

## CACHEU

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 15,3   | 16,9       | 1,0               | 1,1              | 1,1        |
| 2015 | 6,4  | 5,1        | 1,1               | 1,1              | 1,1        |
| 2016 | 9,2  | 10,2       | 1,1               | 1,1              | 1,1        |

2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 47                    | 40                   | 2014 |
| 38                    | 36                   | 2015 |
| 35                    | 33                   | 2016 |

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 2    | 2,0  | 3,0  |

## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 6    | 8    | 7    |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014  | 2015  | 2016  |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 3.129 | 2.700 | 2.762 |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014                    |                         | 2015 | 2016 |
|---|-------------------------|-------------------------|------|------|
|   | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 3580                    | 4183                    | 1230 | 825  |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014                    |                         | 2015 | 2016  |
|--|-------------------------|-------------------------|------|-------|
|  | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |       |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 5101                    | 3235                    | 1277 | 2.275 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 7,0  | 2,3  | n.i. |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 48560  | 4415       | 12323                           | n.i.             | 996                           | 2014 |
|   | 8750   | 2831       | 8811                            | n.i.             | 535                           | 2015 |
|   | 8.750  | 2.790      | 8.077                           | n.i.             | 553                           | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 2,7         | 2,4  | 2,8  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014                                 | 2015 | 2016 |
|---|--------------------------------------|------|------|
|   | Casas melhoradas em % das observadas | 31,3 | 39,1 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 2,5                                  | 0,0  | 0,8  |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 57,3         | 31,2                    | 11,5                               | 2014 |
| 68,5         | 26,2                    | 5,3                                | 2015 |
| 89,0         | 7,0                     | 3,2                                | 2016 |

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 4,3  | 7,1  | 11,0 |

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 1,2      | 27,7         | 0       | 71,1              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 0                | 0        | 8,4          | 0       | 91,6              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 12,0 | 15,0 | 14,0 |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |                |                | 2015 | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha     | 4ª recolha     |      |                |
| Homem  | 4,3                               | 1,3            | 3,0            | 2,0            | 1,2  | 0,6            |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | 0    | Não há detidas |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 2                  | 0        | 0       | 1             | 3                  | 2        | 0       | 0             | 3                  | 0        | 0       | 0             |
| Cobertura          | 2                  | 1        | 0       | 0             | 3                  | 0        | 0       | 2             | 2                  | 0        | 0       | 1             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 3             | 0                  | 0        | 0       | 5             | 0                  | 0        | 0       | 3             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 4             | 1   | 5                         | 0   | 2014 |
| 5             | 0   | 5                         | 0   | 2015 |
| 3             | 0   | 3                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 0,0  | 66,7    | 33,3        | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 5,7  | 91,4    | 2,9         | 100,0 |
| 2015 |            | 1,7  | 23,3    | 75          | 100,0 |
| 2016 |            | 0,0  | 8,0     | 92,0        | 100,0 |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 2,7  | 69,9 | 26,0 | 0           | 2015 |
| 14,8   | 76,1 | 9,1  | 0    | 2016        |      |

## GABU

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 15,1   | 0,0        | 1,3               | 1,1              | 1,0        |
| 2015 | 0,7  | 0,8        | 1,0               | 1,0              | 1,0        |
| 2016 | 2,9  | 4,7        | 1,1               | 1,1              | 1,0        |

2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 33                    | 29                   | 2014 |
| 71                    | 71                   | 2015 |
| 67                    | 70                   | 2016 |

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 2    | 0,7  | 0,3  |



## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 3    | 5,2  | 6,0  |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014  | 2015  | 2016  |
|--------------------------------------|-------|-------|-------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 6.994 | 3.195 | 3.779 |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014                    |                         | 2015  | 2016  |
|---|-------------------------|-------------------------|-------|-------|
|   | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |       |       |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 1.713                   | 1.799                   | 3.079 | 2.931 |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014                    |                         | 2015   | 2016   |
|--|-------------------------|-------------------------|--------|--------|
|  | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |        |        |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 9.809                   | 9.497                   | 17.427 | 12.941 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 19   | 31,7 | n.i. |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 19.594 | 3.781      | 26.504                          | 39.514           | 365                           | 2014 |
|   | 30.790 | 3.781      | 26.504                          | n.i.             | 576                           | 2015 |
|   | 30.790 | 3.716      | 21.203                          | 71.843           | 560                           | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 2,4         | 2,3  | 2,3  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 37,0 | 21,8 | 14,4 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 0,3  | 0,6  | 0,7  |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 69,1         | 27,0                    | 3,9                                | 2014 |
| 69,9         | 23,8                    | 6,3                                | 2015 |
| 69,3         | 21,0                    | 9,0                                | 2016 |

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 31,7 | 18,8 | 15,4 |

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 1,0              | 10,8     | 53,9         | 6,9     | 27,5              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 0,0              | 0,0      | 89,0         | 2,0     | 9,0               | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 20,0 | 29   | 39   |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |                |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha     | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 2,0                               | 2,9            | 2,5            | 3,3            | 19,7           | 5,0            |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 3       | 0             | 0                  | 0        | 4       | 0             | 0                  | 0        | 4       | 0             |
| Cobertura          | 3                  | 0        | 0       | 0             | 4                  | 0        | 0       | 0             | 2                  | 1        | 0       | 1             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 1       | 2             | 0                  | 0        | 1       | 3             | 0                  | 0        | 0       | 4             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 4             | 0   | 3                         | 0   | 2014 |
| 4             | 0   | 4                         | 0   | 2015 |
| 4             | 0   | 4                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 41,2   | 41,2    | 17,6        | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 17,6   | 35,1    | 47,3        | 100,0 |
| 2015 |            | 1,9  | 9,4     | 88,7        | 100,0 |
| 2016 |            | 0  | 18      | 82          | 100   |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|-----|------|------|-------------|------|
|  | 0   | 2,9  | 96,1 | 0           | 2015 |
| 0  | 1,0 | 99,0 | 0    | 2016        |      |

# OIO

## EDUCAÇÃO

### 1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 6,8  | 3,8        | 1,6               | 1,5              | 1,2        |
| 2015 | 3,5  | 4,8        | 1,0               | 1,1              | 1,2        |
| 2016 | 7,4  | 6,3        | 1,5               | 1,5              | 1,2        |

### 2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 38                    | 36                   | 2014 |
| 56                    | 51                   | 2015 |
| 48                    | 45                   | 2016 |

### 3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 6,0  | 2,0  | 2,0  |

## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 4    | 10   | 11   |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------------|------|------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 1089 | 1482 | n.i. |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014                    |                         | 2015 | 2016  |
|---|-------------------------|-------------------------|------|-------|
|   | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |       |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 2853                    | 2853                    | 5038 | 10988 |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014                    |                         | 2015 | 2016 |
|--|-------------------------|-------------------------|------|------|
|  | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |      |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 7024                    | 5730                    | 7269 | 8869 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 12   | 12,8 | n.i. |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 28081  | 7020       | 28016                           | 15045            | 1489                          | 2014 |
|   | 16046  | 4405       | 8005                            | 8640             | 808                           | 2015 |
|   | 37441  | 9767       | 16009                           | 44929            | 2080                          | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 1,9         | 3,4  | 2,5  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 62,5 | 12,9 | 16,0 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 0,0  | 2,0  | 2,0  |



## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 41,3         | 35,5                    | 23,1                               | 2014 |
| 72,2         | 14,7                    | 13,1                               | 2015 |
| 56,7         | 23,8                    | 19,5                               | 2016 |

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 48,1 | 11,3 | 23,4 |

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 16       | 48           | 10,7    | 25,3              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 1,2              | 0,0      | 54,9         | 13,4    | 30,5              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 8    | 17   | 18   |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |                |                | 2015           | 2016 |
|--------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha     | 4ª recolha     |                |      |
| Homem  | 2,5                               | 1,8            | 2,5            | 1,6            | 1,4            | n.i. |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | n.i. |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |                |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha     | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 2,9                               | 2,3            | 3,5            | 3,0            | 0,49           | 0,5            |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 1       | 3             | 0                  | 2        | 0       | 3             | 0                  | 0        | 2       | 3             |
| Cobertura          | 1                  | 0        | 2       | 1             | 2                  | 2        | 0       | 1             | 2                  | 2        | 0       | 1             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 5             | 0                  | 0        | 0       | 5             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 3             | 1   | 3                         | 0   | 2014 |
| 5             | 0   | 5                         | 0   | 2015 |
| 5             | 0   | 5                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 20,4   | 51,0    | 28,6        | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 57,1   | 42,9    | 0,0         | 100,0 |
| 2015 |            | 33,6   | 40,2    | 26,2        | 100,0 |
| 2016 |            | 33,6   | 32,4    | 34,0        | 100   |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 19,8 | 56,6 | 20,8 | 0           | 2015 |
| 24,4   | 41,5 | 30,5 | 3,7  | 2016        |      |

## QUINARA

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 56,1   | 55,0       | 1,4               | 1,4              | 1,2        |
| 2015 | 1,0  | 2,3        | 1,0               | 1,0              | 1,2        |
| 2016 | 13,7   | 15,1       | 1,3               | 1,3              | 1,2        |

2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 56                    | 45                   | 2014 |
| 50                    | 49                   | 2015 |
| 60                    | 52                   | 2016 |

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 5    | 2,8  | 0,7  |

## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 21   | 10,8 | 12   |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------------|------|------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 1625 | 1800 | 1388 |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014                    |                         | 2015 | 2016 |
|---|-------------------------|-------------------------|------|------|
|   | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 2472                    | 2957                    | 3361 | 3105 |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014                    |                         | 2015  | 2016  |
|--|-------------------------|-------------------------|-------|-------|
|  | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |       |       |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 2358                    | 3265                    | 15615 | 23930 |

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz da média das duas recolhas de dados | 5    | 26,8 | 41,0 |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 12722  | 3029       | 7730                            | 13722            | n.i.                          | 2014 |
|   | 12722  | 1078       | 5891                            | n.i.             | 167                           | 2015 |
|   | 21203  | 1928       | 6185                            | n.i.             | 1010                          | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 1,6         | 1,5  | 2,3  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 17,6 | 22,7 | 33,0 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 0,0  | 5,3  | 0,2  |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 47,7         | 16,9                    | 35,4                               | 2014 |
| 50,3         | 35,7                    | 14,1                               | 2015 |
| 57,0         | 27,0                    | 16                                 | 2016 |

## ENERGIA

12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 11,9 | 16,7 | 28,0 |

## SANEAMENTO

13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 34,7     | 2,0          | 0       | 63,3              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 0                | 25,5     | 2,0          | 0       | 71,4              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 69,0 | 50,0 | 52,0 |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |            |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 1,3                               | 5,5            | 2,2        | 1,3            | 2,5            | Não há detidos |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | 7,0        | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 5             | 0                  | 0        | 0       | 4             |
| Cobertura          | 4                  | 0        | 0       | 0             | 5                  | 0        | 0       | 0             | 4                  | 0        | 0       | 0             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 5             | 0                  | 0        | 0       | 4             |



| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 4             | 0   | 4                         | 0   | 2014 |
| 4             | 0   | 5                         | 0   | 2015 |
| 4             | 0   | 4                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 4,0  | 36,0    | 60,0        | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 3,4  | 33,6    | 63,1        | 100,0 |
| 2015 |            | 11,2   | 36,5    | 52,3        | 100,0 |
| 2016 |            | 4,0  | 44,0    | 52,0        | 100,0 |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 0    | 91,8 | 8,2  | 0           | 2015 |
| 0  | 64,6 | 34,0 | 1,4  | 2016        |      |

# TOMBALI

## EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 31,0   | 35,4       | 1,1               | 1,2              | 1,1        |
| 2015 | 0,5  | 51,1       | 1,0               | 1,0              | 1,1        |
| 2016 | -1,0   | 0,7        | 1,2               | 1,2              | 1,1        |

2. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 59                    | 43                   | 2014 |
| 56                    | 56                   | 2015 |
| 43                    | 43                   | 2016 |

3. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e uma escola de ensino básico (km) | 3    | 2,0  | 2,5  |

## SAÚDE

### 4. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 4    | 8    | 7    |

### 5. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------------|------|------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 5020 | 4250 | 3300 |

### 6. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014                    |                         | 2015 | 2016 |
|---|-------------------------|-------------------------|------|------|
|   | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 1002                    | 872                     | 681  | 559  |

### 7. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014                    |                         | 2015 | 2016 |
|--|-------------------------|-------------------------|------|------|
|  | 1. <sup>a</sup> recolha | 2. <sup>a</sup> recolha |      |      |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 8621                    | 5979                    | 7120 | 3322 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 13   | 14,2 | n.i. |

8. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

| Número de habitantes por pessoal de saúde | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
|   | 15823  | 2316       | 11748                           | 11867            | 3062                          | 2014 |
|   | 15823  | 1899       | 23495                           | n.i.             | n.i.                          | 2015 |
|   | 13563  | 1862       | 15663                           | 23735            | n.i.                          | 2016 |

## HABITAÇÃO

9. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 2,3         | 2,6  | 2,8  |

10. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014                                 | 2015 | 2016 |
|---|--------------------------------------|------|------|
|   | Casas melhoradas em % das observadas | 32,8 | 50,8 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 0,1                                  | 0,5  | 0,6  |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

### 11. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 80,7         | 7,8                     | 11,5                               | 2014 |
| 71,3         | 15,0                    | 13,8                               | 2015 |
| 80           | 7,8                     | 11,7                               | 2016 |

## ENERGIA

### 12. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 23,6 | 21,7 | 21,0 |

## SANEAMENTO

### 13. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 0                | 1,8      | 43,1         | 7,4     | 47,6              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 1,1              | 0,0      | 40,2         | 1,2     | 57,5              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 14. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 20,0 | 33   | 33   |

### 15. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |                |                |                | 2015           | 2016           |
|--------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha     | 3ª recolha     | 4ª recolha     |                |                |
| Homem  | 4,7                               | 1,9            | 1,7            | 1,5            | 2,2            | 2,9            |
| Mulher | Não há detidas                    | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas | Não há detidas |

### 16. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa NÃO SE APLICA

### 17. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 1       | 4             | 0                  | 1        | 0       | 3             | 0                  | 0        | 2       | 2             |
| Cobertura          | 0                  | 0        | 1       | 4             | 0                  | 4        | 0       | 0             | 0                  | 4        | 0       | 0             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 1       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 4             | 0                  | 0        | 0       | 4             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 4             | 1   | 5                         | 0   | 2014 |
| 5             | 0   | 5                         | 0   | 2015 |
| 3             | 0   | 3                         | 0   | 2016 |

### 18. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Recolhas   | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|------------|--|---------|-------------|-------|
|      |            | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 1ª recolha | 16,7   | 80,0    | 3,3         | 100,0 |
|      | 2ª recolha | 29,4   | 70,6    | 0,0         | 100,0 |
| 2015 |            | 23,8   | 47,6    | 28,6        | 100,0 |
| 2016 |            | 21,0   | 67,0    | 12,0        | 100,0 |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 19. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 20,0 | 50,0 | 30,0 | 0           | 2015 |
| 4,0  | 68,0 | 28,0 | 0    | 2016        |      |

## SETOR AUTÔNOMO DE BISSAU (SAB)

### EDUCAÇÃO

1. Frequência escolar por escola com ensino básico (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  | Censo 2009 |
|------|--|------------|-------------------|------------------|------------|
|      | Abandono H                                       | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano | H/M        |
| 2014 | 29,9   | 23,0       | 0,8               | 0,7              | 0,9        |
| 2015 | 7,0  | 2,8        | 1,1               | 1,0              | 0,9        |
| 2016 | 7,2  | 8,7        | 1,0               | 1,0              | 0,9        |

2. Frequência escolar por escola com ensino básico (7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup> classe), sexo dos alunos, no início e no final do ano lectivo

|      | Alunos das classes 7 <sup>a</sup> -9 <sup>a</sup> por sexo no início e final do ano lectivo |            |                   |                  |
|------|---|------------|-------------------|------------------|
|      | Abandono H  | Abandono M | H/M início do ano | H/M final do ano |
| 2016 | 10,4  | 15,2       | 1,0               | 1,0              |

3. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 42                    | 33                   | 2014 |
| 37                    | 34                   | 2015 |
| 38                    | 32                   | 2016 |

4. Número de alunos por professor por escola no início e no final do ano lectivo (7<sup>a</sup>-9<sup>a</sup> classe)

| Início do ano lectivo | Final do ano lectivo |      |
|-----------------------|----------------------|------|
| 38                    | 28                   | 2016 |



5. Distância média entre o local de habitação e uma escola onde haja ensino básico. (1<sup>a</sup>-6<sup>a</sup> classe)

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| DISTÂNCIA ENTRE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA COM CLASSES 1 <sup>a</sup> -6 <sup>a</sup> [ENSINO BÁSICO (KM)] | 1,0  | 1,0  | 0,95 |

## SAÚDE

6. Distância entre o local de habitação e o local onde exista consulta pré-natal

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um posto onde exista consulta pré natal (km) | 2,5  | 2,1  | 1,7  |

7. Custo da primeira consulta pré-natal (cartão, análise e consulta) por local onde seja possível fazer essa consulta

|                                      | 2014 | 2015  | 2016 |
|--------------------------------------|------|-------|------|
| Custo da primeira consulta pré-natal | 9166 | 10054 | 7321 |

8. Custo de 5 medicamentos (para paludismo, febre, diarreia, dores e hidratação infantil)

|   | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|---|-------------|-------------|------|------|
|   | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
| Custo de medicamentos para paludismo, febre, diarreia e hidratação infantil | 2976        | 2978        | 5298 | 5522 |

9. Custo de consulta, exames/análises, medicamentos, soro, para paludismo de 3 cruzes

|  | 2014        |             | 2015  | 2016  |
|--|-------------|-------------|-------|-------|
|  | 1.ª recolha | 2.ª recolha |       |       |
| Custo de tratamento de paludismo de 3 cruzes | 10165       | 18446       | 19252 | 26235 |

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Dias em relação ao custo diário de arroz do custo médio de consulta pré-natal | 25   | 33,0 | n.i. |

## 10. Pessoal de saúde por hospitais, centros ou unidades de base por região (médico, enfermagem, parteira, auxiliar de saúde e agentes de saúde comunitários)

|   | Médico | Enfermeiro | Número de mulheres por Parteira | Agentes de saúde | Agentes de saúde comunitários |      |
|---|--------|------------|---------------------------------|------------------|-------------------------------|------|
| Número de habitantes por pessoal de saúde | 4310   | 1498       | 3678                            | 96977            | n.i.                          | 2014 |
|   | 4459   | 1029       | 1977                            | 14920            | 4910                          | 2015 |
|   | 5968   | 1830       | 2485                            | 64652            | n.i.                          | 2016 |

## HABITAÇÃO

### 11. Número de pessoas por quarto por tabanca vila ou bairro de cidade

| Número de pessoas por quarto | 2014        |             | 2015 | 2016 |
|------------------------------|-------------|-------------|------|------|
|                              | 1.ª recolha | 2.ª recolha |      |      |
|                              |             | 3,9         | 2,1  | 3,1  |

### 12. Número de casas onde se pode ver melhorias, por tabanca vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas melhoradas em % das observadas          | 21,1 | 54,3 | 64,5 |
| Casas com água canalizada em % das observadas | 18,1 | 29,6 | 29,0 |

## ÁGUA POTENCIALMENTE TRATADA

13. Número de poços tradicionais, melhorados, com bomba a funcionar, existência de água canalizada, por tabanca vila ou bairro de cidade

| Tradicionais | Tradicionais melhorados | Com bomba de extracção a funcionar |      |
|--------------|-------------------------|------------------------------------|------|
| 34,4         | 65,6                    | 0                                  | 2014 |
| 26,0         | 73,9                    | 0,1                                | 2015 |
| 39,5         | 56,2                    | 4,3                                | 2016 |

## ENERGIA

14. Número de casas de habitação iluminadas, parte da noite, com lâmpadas eléctricas alimentadas por energia de qualquer fonte (em geral rede, gerador ou painel solar), por tabanca, vila ou bairro de cidade em %

|   | 2014 | 2015 | 2016 |
|---|------|------|------|
| Casas com luz eléctrica em % das observadas | 51,1 | 66,7 | 67,2 |

## SANEAMENTO

15. Destino do lixo dos agregados familiares

|      | Esgotos públicos | Retirada | Incineracção | Enterro | Esgotos selvagens | Outros | Total |
|------|------------------|----------|--------------|---------|-------------------|--------|-------|
| 2015 | 1,9              | 43,7     | 28,6         | 1,9     | 23,9              | 0      | 100,0 |
| 2016 | 2,0              | 48,0     | 26,5         | 2,0     | 21,6              | 0      | 100,0 |

## JUSTIÇA

### 16. Distância do local de habitação a um tribunal de primeira instância

|  | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Distância entre habitação e um tribunal de primeira instância (km) | 2,5  | 2,0  | 2,5  |

### 17. Número de pessoas detidas por área das celas, por sexo e por centro de detenção

| Sexo   | Área em m2 de detenção por pessoa |            | 2015 | 2016 |
|--------|-----------------------------------|------------|------|------|
|        | 1ª recolha                        | 2ª recolha |      |      |
| Homem  | 1,3                               | 0,3        | 0,8  | 0,6  |
| Mulher | 6,3                               | 25,0       | 8,3  | 8,3  |

### 18. Número de pessoas presas por área das celas, por sexo, na prisão de Bafatá e na de Mansoa

NÃO SE APLICA

### 19. Condições das zonas de detenção nos centros de detenção (ventilação, acesso a água, alimentação, cobertura, dormitório)

| Tipos de condições | Classificação 2014 |          |         |               | Classificação 2015 |          |         |               | Classificação 2016 |          |         |               |
|--------------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|--------------------|----------|---------|---------------|
|                    | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima | Boa                | Razoável | Regular | Má ou péssima |
| Ventilação         | 0                  | 0        | 4       | 0             | n.i.               | n.i.     | 7       | 1             | 1                  | 0        | 4       | 4             |
| Cobertura          | 4                  | 0        | 0       | 0             | 8                  | n.i.     | n.i.    | n.i.          | 3                  | 0        | 0       | 6             |
| Dormitório         | 0                  | 0        | 0       | 4             | n.i.               | n.i.     | n.i.    | 8             | 0                  | 0        | 0       | 9             |

| Acesso a água |     | Fornecimento de refeições |     |      |
|---------------|-----|---------------------------|-----|------|
| Não tem       | Tem | Não tem                   | Tem |      |
| 4             | 0   | 4                         | 0   | 2014 |
| 8             | 0   | 8                         | 0   | 2015 |
| 8             | 1   | 9                         | 0   | 2016 |

## 20. Entidade a quem se queixa se for vítima de roubo de gado (polícia, tradicional, tribunal)

|      | Autoridade a que se queixa no caso de roubo de gado (em %) |         |             |       |
|------|--|---------|-------------|-------|
|      | Tribunal   | Polícia | Tradicional | Total |
| 2014 | 16,7   | 61,1    | 22,2        | 100,0 |
| 2015 | 9,1  | 36,4    | 54,5        | 100,0 |
| 2016 | 0  | 50,0    | 50,0        | 100   |

## MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

### 21. Refeições diárias tomadas em casa pela família

| Percentagem de refeições diárias tomadas na casa | Uma  | Duas | Três | Quatro ou + |      |
|--|------|------|------|-------------|------|
|  | 22,5 | 22,5 | 54,0 | 0,5         | 2015 |
| 17,4   | 22,2 | 53,6 | 0,5  | 2016        |      |

## ANEXO IV - METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ÍNDICE DE SÍNTESE DE ACESSO AOS DIREITOS HUMANOS NA GUINÉ BISSAU

A metodologia deste índice tem os seguintes pontos de partida:

- 1) Todas as áreas têm o mesmo peso na fórmula de cálculo de síntese.
- 2) As áreas (Educação, Saúde, etc.) são ponderadas pelo número de indicadores recolhidos. Ou seja considera-se que quanto mais indicadores recolhidos, maior é o conhecimento sobre uma área de direitos humanos e portanto maior é a fiabilidade dos dados de síntese produzidos. Não se faz qualquer juízo de valor mas apenas um juízo de confiança nos indicadores.
- 3) As escalas a utilizar devem ser as mesmas para todos os indicadores e variarem no mesmo sentido. Ou seja quando os números aumentem ou diminuam o significado em todos os indicadores tem de ser o mesmo de melhorar ou piorar os direitos que esse indicador quer retratar.
- 4) Todos os indicadores são reduzidos à escala 1-8 de ordenação do melhor (1) para o pior (8) de acesso a direitos humanos. A atribuição do valor de ordenação faz-se a partir do melhor para o pior, repetindo os valores se os resultados forem iguais.
- 5) As componentes de cada indicador têm uma escala e/ou uma ponderação específica obedecendo à formulação base referida no ponto 6). Ver Tabela II.1.
- 6) Formulação matemática:
  - a. Seja NI o número do indicador = 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15.
  - b. Seja e a escala de ordenação = 1,2,3,4,5,6,7,8.
  - c. Nos indicadores compostos (ex.: condições de centros de detenção) a fórmula base de agregação é o  $\Sigma e=1-8$ , voltando a normalizar-se na escala 1-8 o resultado do somatório.
  - d. Ponderadores das áreas Educação=5; Saúde= 5; Habitação e outros=4; Justiça=4; Meios de subsistência=2.
  - e. Fórmula final para cada região:

$$\frac{\sum (w_i * I_a)}{\sum w_i} \Rightarrow \frac{5 * IE + 5 IS + 4 IH + 4 IJ + 2 Im}{5 + 5 + 4 + 4 + 2} \Rightarrow \text{Índice do acesso a DH na Região R}$$

Com  $w_i = 5, 5, 4, 4, 2$

Ia= Educação, Saúde, Habitação e Outros, Justiça, Meios de Subsistência

R = Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali, SAB.

| INDICADOR  | ESCALA   |
|--|--|
| 1. ABANDONO ESCOLAR POR SEXO DOS ALUNOS, NO FINAL DO ANO LETIVO  | 1,2,3,4,5,6,7,8  |
| 2. NÚMERO DE ALUNOS POR PROFESSOR NO INÍCIO DO ANO LETIVO  | 1,2,3,4,5,6,7,8  |
| 3. DISTÂNCIA MÉDIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E UMA ESCOLA ONDE HAJA ENSINO BÁSICO.  | 1,2,3,4,5,6,7,8  |
| 4. DISTÂNCIA ENTRE O LOCAL DE HABITAÇÃO E O LOCAL ONDE EXISTA CONSULTA PRÉ-NATAL   | 1,2,3,4,5,6,7,8  |
| 5. CUSTO DA PRIMEIRA CONSULTA PRÉ-NATAL (CARTÃO, ANÁLISE E CONSULTA) POR LOCAL ONDE SEJA POSSÍVEL FAZER ESSA CONSULTA  | ∑ CUSTOS E 1,2,3,4, 5,6,7,8  |
| 6. CUSTO DE 5 MEDICAMENTOS (PARA PALUDISMO, FEBRE, DIARREIA, DORES E HIDRATAÇÃO INFANTIL)  | ∑ CUSTOS E 1,2,3,4, 5,6,7,8  |
| 7. CUSTO DE CONSULTA, EXAMES/ANÁLISES, MEDICAMENTOS, SORO, PARA PALUDISMO DE 3 CRUZES  | ∑ CUSTOS E 1,2,3,4, 5,6,7,8  |
| 8. PESSOAL DE SAÚDE POR HOSPITAIS, CENTROS OU UNIDADES DE BASE POR REGIÃO (MÉDICO, ENFERMAGEM, PARTEIRA)   | MÉDICO =3 ENFERMAGEM =2 PARTEIRA=1<br>∑ E 1,2,3,4, 5,6,7,8                               |
| 9. NÚMERO DE PESSOAS POR QUARTO  | 1,2,3,4, 5,6,7,8   |
| 10. NÚMERO DE CASAS ONDE SE PODE VER MELHORIAS, EM %   | 1,2,3,4, 5,6,7,8   |
| 11. NÚMERO DE POÇOS TRADICIONAIS, MELHORADOS, COM BOMBA A FUNCIONAR  | TRADICIONAIS=1 TRADICIONAIS MELHORADOS=2 COM BOMBA A FUNCIONAR=3<br>∑ E 1,2,3,4, 5,6,7,8 |
| 12. NÚMERO DE CASAS DE HABITAÇÃO ILUMINADAS PARTE DA NOITE COM LÂMPADAS ELÉTRICAS ALIMENTADAS POR ENERGIA DE QUALQUER FONTE (EM GERAL REDE, GERADOR OU PAINEL SOLAR) EM % DAS OBSERVADAS | 1,2,3,4, 5,6,7,8   |
| 13. DISTÂNCIA DO LOCAL DE HABITAÇÃO A UM TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  | 1,2,3,4, 5,6,7,8   |
| 14. CONDIÇÕES DAS ZONAS DE DETENÇÃO NOS CENTROS DE DETENÇÃO (VENTILAÇÃO, COBERTURA, DORMITÓRIO)  | BOA = 1; RAZOÁVEL = 2; REGULAR = 3; MÁ OU PÉSSIMA = 4<br>∑ E 1,2,3,4, 5,6,7,8            |

15. ENTIDADE A QUEM SE QUEIXA SE FOR VÍTIMA DE ROUBO DE GADO (POLÍ-  
CIA, TRADICIONAL, TRIBUNAL)

TRIBUNAL = 1;POLICIA =2; TRADICIO-  
NAL = 3;

$\Sigma$  E 1,2,3,4, 5,6,7,8





FINANCIADORES



PARCERIA



CESAM | Centro de Estudos sobre  
África, Ásia e América Latina